

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROJETO UNIVERSIDADE CAMPONESA – UNICAMPO
ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Original

**O crédito da Esperança:
A participação do Cooperativismo de Crédito na
Dinamização Econômica dos Territórios -
Um olhar sobre o cooperativismo ascoobiano no Território
Sisal (BA)**

Jerônimo Rodrigues Souza

Campina Grande - Paraíba

2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROJETO UNIVERSIDADE CAMPONESA – UNICAMPO
ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

O crédito da Esperança
A participação do Cooperativismo de Crédito na Dinamização
Econômica dos Territórios
Um olhar sobre o cooperativismo ascoobiano no Território
Sisal (BA)

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do Grau de Especialista em Desenvolvimento Rural Sustentável, do Centro de Humanidades, da Universidade Federal de Campina Grande

Orientador: Prof. Dr. Olívio Alberto Teixeira
Olivo@ufs.br

Pesquisador: Jerônimo Rodrigues Souza
Jubiabah@yahoo.com.br

Campina Grande, Paraíba

2007



S729c Souza, Jerônimo Rodrigues.

O crédito da esperança: a participação do cooperativismo de crédito na dinamização econômica dos territórios - um olhar sobre o cooperativismo ascoobiano no Território Sisal (BA). / Jerônimo Rodrigues Souza. - 2007.

132 f.

Orientador: Professor Dr. Olívio Alberto Teixeira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS).

1. Cooperativismo de crédito. 2. Crédito rural. 3. Território Sisal - BA. 4. Desenvolvimento territorial. 5. Desenvolvimento rural sustentável. 6. Dinamização econômica de territórios. 7. Sisal - BA. 8. Sustentabilidade territorial. 9. ASCOOB. I. Título. II. Teixeira, Olívio Alberto.

CDU: 316.334.55(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626



Biblioteca Setorial do CDSA. Novembro de 2022.

Sumé - PB

TERMO DE APROVAÇÃO

O crédito da Esperança: a participação do Cooperativismo de Crédito na Dinamização Econômica dos Territórios – Um olhar sobre o cooperativismo ascoobiano no Território Sisal (BA).

Trabalho aprovado em 22 de Novembro de 2007, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista no Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande (PB), pela seguinte banca examinadora.

BANCA EXAMINADORA:

Professor Dr. **Olívio Alberto Teixeira**

Orientador - Presidente da Banca

Orientador

Professor Dr. **Paulo Diniz**

Membro da Banca (UFSE)

Professor Dr. **Pablo Sidersky**

Membro da Banca (CH / UFCG)

Campina Grande – PB

2007



Este trabalho é dedicado aos sujeitos da agricultura familiar e da economia solidária do Território Sisal que, com todos os percalços e desafios encontrados, conseguem construir um processo de dinamização econômica, voltado para fortalecer o Desenvolvimento Territorial Sustentável.

"Na década de oitenta, um gerente de uma agência do Banco do Brasil, em Feira de Santana (BA), provocou a representação dos trabalhadores rurais e lideranças da agricultura familiar dizendo:

'Vocês, agricultores familiares e trabalhadores rurais são muito exigentes...

Já que reclamam tanto, por que vocês não criam um banco para vocês?'

... E aí, não criamos um banco mas, algo melhor do que isso, criamos uma
Cooperativa de Crédito Rural"

Citação do Sr. **Dionízio Pereira** - presidente da CRESER – Feira de Santana, e primeiro presidente da ASCOOB, em entrevista em novembro de 2006.

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo I - Cooperativismo de Crédito – de Rochdale ao Território Sisal	18
1. Cooperação e Cooperativismo	18
1.1. A (des) Construção histórica do Cooperativismo no Mundo	18
1.2. A (des) Construção histórica do Cooperativismo no Brasil	22
1.3. O Cooperativismo de Crédito	22
1.3.1. Saltos e Topadas – no Mundo	26
1.3.2. O cooperativismo de Crédito no Brasil – evolução e desafios, da construção e participação na dinamização econômica – da vida comunitária ao território	29
Capítulo II – O Território de Identidade do Sisal – da fibra à sustentabilidade Territorial	42
2.1. Passos introdutórios para uma tentativa de conceituação de Territórios	42
2.2. O Território sob o olhar e as preocupações de brasileiros, baianos e sisaleiros	53
2.3. Desfibrando e conhecendo a história do Território de Identidade do Sisal	57
2.4. Aspectos naturais: a geografia e o ambiente como fatores determinantes do desenvolvimento do Território Sisal	61
2.5. Contexto do desenvolvimento do Território Sisal – uma análise crítica sobre os temas potenciais do desenvolvimento	64
2.5.1. As pessoas do Território Sisal – evolução	64
2.5.2. Analisando o contexto educacional, cultural e da saúde do Território Sisal	69
2.5.3. Uma análise sobre o contexto econômico territorial	70
2.6. A Gestão do Território Sisal – desafios históricos e conquistas em construção	73
Capítulo III – O Crédito da Esperança: a Dinamização Econômica do Território Sisal e a participação do cooperativismo de crédito filiado à ASCOOB	75
3.1. buscando construir a concepção de Dinamização Econômica, tendo a sustentabilidade como desafio	75
3.2. Dinamizar os circuitos econômicos dos territórios. Uma necessidade, mas com quais recursos?	84
3.3. Nem só, nem mal acompanhado mas, cooperando. A formação e a atuação da ASCOOB	93
Considerações Finais	116
Referências	123
Apêndices	130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Cooperativas por Região no Brasil (2005)	26
Gráfico 2 - Evolução das Cooperativas de Crédito no Brasil (1960- 2005)	36
Gráfico 3 - Evolução Financeira da ASCOOB (1999–2005) – Crédito Rural (R\$ 1,00)	105
Gráfico 4 - Evolução Financeira das filiadas da ASCOOB (1999-2005) – Empréstimo R\$ 1,00 - Recursos Próprios	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução do Cooperativismo Brasileiro (2004 – 2005)	24
Quadro 2 - Participação das Cooperativas de Crédito nos principais agregados financeiros do segmento bancário, no período de 1997- 2006, em % - (COSIF)	40
Quadro 3 – População Total dos municípios do Território Sisal 1980, 1991, 2000 e 2005	65
Quadro 4 – População Total, Urbana e Rural dos municípios do território Sisal (1991)	66
Quadro 5 - População Estimada 2005, População 2000, Área dos Municípios e Densidade Demográfica, do Território Sisal	67
Quadro 6 - População Rural dos municípios do Território Sisal (1980, 1991 e 2000)	68
Quadro 7 – Quatro municípios do Território Sisal com pior situação em relação à receitas per capita de ICMS dos 417 Municípios Baianos – 2005	84
Quadro 8 – Total de repasse de recursos do PETI, de janeiro a agosto de 2007, nos municípios de Araci, Santa Luz, Serrinha e Valente – Território Sisal (BA)	85
Quadro 9 - Formação do Produto Interno Bruto (PIB) municipal e PIB <i>Per Capita</i> , no Território Sisal (Ba) - 2002	87
Quadro 10 - Indicadores de Pobreza e Desigualdade e Renda Per Capita dos municípios do Território Sisal (Ba) - 2000	89
Quadro 11 - Acesso a Bens e Serviços pela População dos municípios do Território Sisal (Ba) - 2002	90
Quadro 12 - % de pessoas que vivem com renda proveniente de transferência governamental nos municípios do Território Sisal (Ba) - 2002	91
Quadro 13 - Arrecadação municipal no Território Sisal (Ba) - 2002	92
Quadro 14 - Cooperativas de Crédito filiadas à ASCOOB e suas características – 2007	95
Quadro 15 – Distribuição das cooperativas de crédito, filiadas à ASCOOB, por municípios, com sede e pontos de atendimentos, no Território Sisal – 2007	98
Quadro 16 - Comparação dos depósitos e operações de crédito nas CCR de Araci, Itapicuru, Serrinha e Valente – maio-2004 e maio-07	104
Quadro 17 – Evolução de Cooperativas de crédito com atuação no sisal – depósitos e operações de crédito – Maio 04 e Maio 2007	108
Quadro 18 – Comparação entre números do sistema bancários e números do cooperativismo de crédito ascoobiano (2007)	110

Quadro 19 – Comparativo de operações de crédito entre Bancos e Cooperativas de Crédito – 2007	111
Quadro 20 - Participação das Cooperativas de crédito, nos principais agregados financeiros do segmento bancário, com base nos dados do Banco Central do Brasil, (2007)	112
Quadro 21 – Destinação dos recursos livres para operações de crédito, Brasil - (2002-2006)	113

Lista de Apêndices

Apêndice 1 - Questionário para Dirigentes das Singulares	130
Apêndice 2 - Questionário / Dirigentes/assessores da ASCOOB	131
Apêndice 3 - Questionário / Dirigentes de entidades com atuação no Território Sisal (CODES, APAEB, MOC, COOPERAFIS, ADS)	132

Resumo

O crédito da Esperança! A participação do Cooperativismo de Crédito na Dinamização Econômica dos Territórios - Um olhar sobre o cooperativismo ascoobiano no Território Sisal (BA)

O foco desse estudo é a dinamização econômica do Território Sisal, relacionada-a com a participação do Cooperativismo de Crédito Rural (CCR), filiado à Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar (ASCOOB). O tema, é imprescindível ao desenvolvimento Territorial (DT), mas nunca foi abordado de forma a contribuir com o referido desenvolvimento, de maneira estratégica, aliado a outras temáticas e, pensada de forma para além da agricultura familiar e da economia solidária, mesmo que estes sejam prioritários para o Sisal. A referida dinamização não deve ser vista como mais uma atividade que os territórios, devam somar a um rol sem fins, de compromissos, ou como peça formal e burocrática, 'por exigência' do MDA/SDT mas, deve ser incorporada como elemento articulador de políticas econômicas, para o DT. O objetivo, é entender como o CCR tem contribuído com a dinamização da economia do Sisal. Este trabalho enfoca as cooperativas de crédito singulares, filiadas à ASCOOB, com atuação no Sisal (Araci, Coopere Valente, Itapicuru/Santa Luz e, Serrinha), perfazendo um total de 12 municípios, com atuação direta, das filiadas da ASCOOB. No primeiro, capítulo será feita uma abordagem histórica e evolutiva do cooperativismo mundial, no Brasil e no sisal, com destaque para as suas principais características. No segundo, é abordado o debate da territorialidade, no mundo, Brasil e no Sisal, com suas concepções, caracterizações, conquistas e desafios. E, no terceiro, é trazida a dinamização econômica como tema que motiva o desenvolvimento territorial, com um olhar dirigido para a intervenção das cooperativas de crédito da ASCOOB e suas relações e resultados. É destacado o desempenho ASCOOB, como mediadora dos recursos financeiros provenientes de recursos próprios e de outras fontes, para a agricultura familiar e seus respectivos resultados, no financiamento dos circuitos econômicos, através das CCR, da ASCOOB, com enfoque na construção do DT Sustentável do Sisal. A pesquisa-ação é o método utilizado para se chegar ao resultado do estudo e de uma intervenção democrática, na realidade, que traduz a realidade de um território que constrói o desenvolvimento sustentável, utilizando-se de um '*Crédito, denominado aqui de crédito da Esperança*'.

Palavras-chave: cooperativismo de crédito rural; desenvolvimento territorial; dinamização econômica; e, território do sisal

Introdução

Este estudo teve seu foco voltado para a Dinamização Econômica (DE) do Território Sisal, relacionada com a participação do cooperativismo de crédito rural, filiado à Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar (ASCOOB). O assunto, num primeiro momento, apresenta-se como imprescindível ao desenvolvimento territorial, mas nunca foi abordado de forma a contribuir com o referido desenvolvimento, de maneira estratégica, aliado às outras temáticas e pensada de forma para além da agricultura familiar e da economia solidária, mesmo que estes sejam os temas centrais e prioritários do Desenvolvimento Territorial. E, por conta dessa tendência territorial o trabalho se dedicou e percorreu este caminho (DT).

A dinamização econômica territorial não deve ser vista como mais uma atividade que os territórios, no Brasil, devam somar a um rol sem fins de compromissos, ou como peça formal e burocrática, por exigência do MDA/SDT mas, deve ser incorporada como elemento articulador de políticas econômicas, nos instrumentos de planejamento, tais como o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), o Plano Safra Territorial (PST), estudo propositivo e, assim por diante. Não obstante, é fundamental que os planejamentos individuais, das organizações, que compõem o movimento de territorialização, voltem-se para essa direção.

Dada a importância do tema, os objetivos específicos assumiram o seguinte perfil: analisar construções teóricas e reflexões das principais correntes que envolvam o Cooperativismo de Crédito Rural (CCR) e o desenvolvimento territorial e relacioná-las com os conteúdos e ações praticadas pelo referido cooperativismo, no território sisaleiro; analisar a trajetória do comportamento da ASCOOB, através de suas cooperativas singulares e, como estas contribuem com a dinamização econômica-financeira; dimensionar e analisar o volume de recursos gerenciados pelas CCR e relacionar com os montantes gerenciados pelos bancos; identificar as reais capacidades do CCR para contribuir com a dinamização econômica e, com isso com o desenvolvimento do território sisal, destacando seus principais avanços e entraves.

Vale ressaltar a influência sobre a Dinamização Econômica de diversos sujeitos e processos oriundos do estabelecimento de relações, a exemplo da atuação do Estado, em seus diversos níveis e esferas de governo (municipal, estadual, federal e legislativo, executivo e judiciário), do comportamento empresarial, da força e capacidade dos movimentos sociais, das

instituições, do nível de relacionamento com outros territórios, etc. Neste estudo, daremos um enfoque especial às cooperativas de crédito e bancos, relacionando-os com as concepções e princípios que os cercam, bem como com os números relacionados.

O Território Sisal, localizado no Nordeste da Bahia, região semi-árida da Bahia, com uma distância média de 200km para a capital baiana. É composto por vinte municípios, com perfil eminentemente rural (63% da população), tendo uma com população, que em 2007, já ultrapassam de meio milhão de pessoas e com índices de desenvolvimento baixíssimos (educação, saúde, renda, etc.) e, com sérias dificuldades de acesso aos serviços de crédito e outros serviços bancários;

Os grandes bancos, inclusive o Bancos do Brasil e do Nordeste, ainda estão longe de incluírem a economia solidária e a agricultura familiar, que predomina em 93% das propriedades e, equivale a 76% da população economicamente ativa local. Conforme IBGE (2006), 9,7% dos agricultores familiares da Bahia estão neste território e, entre estes, 68,5% são classificados como quase sem renda. Entre os mais de 100 territórios apoiados pela MDA/SDT, no Brasil, é o território com maior concentração de agricultura familiar.

Com esse breve quadro exposto, as instituições e lideranças territoriais do sisal percebem a necessidade de se criar um instrumento que pudesse democratizar o acesso ao crédito, bem como direcionar o mesmo para a dinamização econômica e a inclusão social e, com essa perspectiva surge a idéia de se criar as cooperativas de crédito, que nasce com o papel de fazer circular os recursos financeiros dentro dos circuitos produtivos do território; evitar/reduzir a evasão dos referidos recursos do território; apoiar, de forma intencional, as atividades potenciais e de interesse territorial (exemplo: sisal, artesanato, projetos de jovens, pequenas criações...). E esse sonho teve início, no Sisal, com a Coopere valente - (1980), depois em Araci (1987); Itapicuru/Santa Luz (2001) e Serrinha (2001). Com a evolução do cooperativismo de crédito, no território, houve a necessidades de se organizarem uma entidade que articulasse e fortalecesse esse projeto e desse desejo criam a ASCOOB (1998).

Assim sendo, a justificativa da escolha do tema desse trabalho se dá a partir da necessidade e demanda por parte de dois sujeitos: a ASCOOB e o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Sisal (CODES), ambos buscando aprimorar a atuação do cooperativismo de crédito, com o fim de ampliar o volume de recursos financeiros que circula no território, bem como pela

necessidade de orientação e gestão do crédito, a partir de uma política de assistência técnica de qualidade, e a necessidade de pressionar para se chegar a democratização dos serviços bancários, no território. O desejo é entender como cooperativismo de crédito tem contribuído com a dinamização da economia do território sisal e conhecer e analisar quais os avanços e desafios que este cooperativismo tem encontrado, no processo de participação do desenvolvimento Territorial do Sisal. Vale destacar, conforme revelará o texto, que a ASCOOB é pioneira no cooperativismo de crédito, com esse enfoque dado ao Sisal, assim como, o CODES foi o primeiro território a ser constituído, antes mesmo que o MDA definisse as regras e a política de desenvolvimento territorial, então o pioneirismo tem dupla face – na ASCOOB no CODES. Talvez, por isso mesmo o problema desse estudo, tenham raízes mais profundas.

A área e os sujeitos participantes deste trabalho foram definidos como o território sisal, com enfoque na área de atuação das cooperativas de crédito singulares, filiadas à ASCOOB, quais sejam: Araci, com os municípios de Araci, Teofilândia e Tucano); Coopere Valente, através dos municípios de Conceição do Coité, Retirolândia e Valente; Itapicuru/Santa Luz, com Cansanção, Queimadas, Quijingue e Santa Luz e por fim, a cooperativa de Serrinha, com Ichú e Serrinha, perfazendo um total de 12 municípios, com atuação direta, das filiadas da ASCOOB. Portanto, a nossa amostra é composta de 100% da população.

Considerando esse conjunto de considerações, optamos pelo uso do método da pesquisa-ação, uma vez que “o tema escolhido se relaciona com um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (Thiollent, 1986, p.14). O sujeito da pesquisa em questão serão os agricultores e agricultoras familiares e segmentos da economia solidária, do Território Sisal, sendo o sujeito da ação, assumindo duas condições de sujeitos: uma, na condição de agricultor/a e empreendedor/a, tendo seu lugar na sua propriedade; outra, como dirigente/gestor da cooperativa, já que as cooperativas são dirigidas pelos mesmos.

Foi acatada a recomendação de Piraux, Tonneau e Arns (2006), sobre as etapas da pesquisa-ação, quando sugerem o início da pesquisa com o momento do diagnóstico da realidade, que

deu embasamento para definir e redefinir as leituras, as técnicas, o roteiro e, principalmente, as escutas. Na seqüência, os contatos com os grupos envolvidos, foi uma constante e uma necessidade, não só para levantar outros dados mas, para construir a pauta de intervenção do estudo, e participar do debate sobre como o território sisal (CODES) e a ASCOOB vão enfrentar a problemática da dinamização econômica do território, através das cooperativas de crédito. As ações de levantamento de dados, de debate e reflexões foram desenvolvidas junto aos grupos do CODES (reunião com o conselho, com secretaria executiva, contatos com conselheiros, individualmente, entidades membros e assessores/MOC) e da ASCOOB (conselho de administração, diretoria, departamentos de assessoria, principalmente o de gestão, cooperativas singulares e entidades parceiras). Buscou-se ainda manter contato com estudiosos do tema relacionado.

Os dados levantados, sobre o contexto do estudo, foram sistematizados e em seguida socializados, em etapas, para serem discutidos, analisados, interpretados, com os grupos envolvidos (conselho da ASCOOB e coordenação do CODES), e a partir desses momentos se delinearam e foram dados novos passos metodológicos, ora para frente, ora recuando ou redirecionando a caminhada pedagógica (de aprendizagens para os grupos e para o pesquisador).

O processo de levantamento dos dados, de uma pesquisa-ação carece do uso de técnicas que possibilite a governança do projeto, conforme o pensamento de Piraux (2006). Sendo assim, para essa pesquisa participativa, foram utilizadas as seguintes técnicas de levantamento e construção dos dados, quais sejam: observação da realidade, através dos cenários contextualizados e do comportamento dos grupos; entrevista coletiva e individual, questionários, estudo dos documentos, dos arquivos. Participamos de reuniões, seminários, oficinas, assembléias, etc. para consolidar os pressupostos estabelecidos, priorizando as história contadas pelos sujeitos, em seus diversos locais e com seus valores específicos.

Sobre a construção do contexto atual de um determinado grupo e de seu território, através da história oral Alberti (2004), afirma que “uma das principais vantagens da história oral deriva justamente do fascínio do vivido. A experiência histórica do entrevistado torna o passado mais concreto, sendo, por isso atraente na divulgação do conhecimento” (p 22).

Este trabalho tem dois pressupostos básicos que são: as cooperativas de crédito gerenciam um volume de recurso financeiro significativo e participam, portanto da dinamização econômica

do desenvolvimento territorial do sisal porém, de forma “periférica”, podendo incrementar esse nível de participação de maneira mais sustentável e ampliada (i); O nível de participação do cooperativismo de crédito, na dinamização econômica territorial do sisal tem sido muito importante mas, tem se limitado a gerenciar os recursos de seus sócios e assim, não tem contribuído na definição e gerenciamento de uma política creditícia, voltada para o fortalecimento da agricultura familiar e economia solidária, dirigida para o desenvolvimento territorial do sisal (ii);

Para se checar os pressupostos centrais desse estudo, este trabalho foi dividido, de uma forma geral, em três capítulos e mais uma introdução e as considerações finais.

No primeiro capítulo será feita uma abordagem histórica e evolutiva do cooperativismo mundial, enfatizando dentro desse contexto os principais precursores e correntes teóricas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a formação do cooperativismo em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, enfatizando de forma positiva, os princípios atinentes aos Pioneiros de Rochdale, que surgiram ano de 1844, na Inglaterra, e que mais adiante foram reconfigurados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Destacar-se-á ainda, na parte final desse primeiro capítulo o surgimento do Cooperativismo de Crédito no mundo, no Brasil e no território sisal mostrando, inclusive, as suas características gerais. No capítulo dois, é abordado sobre o debate da territorialidade, no mundo e no Brasil. Sua diversidade de concepções e a trajetória histórica do território sisal, sua caracterização, conquistas e desafios. E, por fim, no terceiro, é trazida a dinamização econômica como tema que motiva o desenvolvimento territorial, com um olhar dirigido para a intervenção das cooperativas de crédito. Este quadro é apresentado através de dados, que podem ser comparados entre os benefícios pertinentes à ação da instituição financeira de cunho cooperativista e, as estratégias e resultados das instituições financeiras tradicionais. Para revelar o papel das cooperativas de crédito, no processo de dinamização econômica territorial do sisal, é destacado o desempenho ASCOOB, como mediadora dos recursos financeiros, provenientes de recursos próprios e do PRONAF, para os agricultores familiares e, seus respectivos resultados.

O caráter inédito dessa pesquisa contribuiu para revelar o potencial existente no financiamento dos circuitos econômicos, através das cooperativas de crédito, representado pela ASCOOB, com enfoque na construção do desenvolvimento Territorial Sustentável do Sisal. Um território com muita história e por isso, uma história de muita gente, daí a

necessidade de se poder contar com um *Crédito da Esperança*. No primeiro capítulo será feita uma abordagem histórica e evolutiva do cooperativismo mundial, enfatizando dentro desse contexto os principais precursores e correntes teóricas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a formação do cooperativismo em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, enfatizando de forma positiva, os princípios atinentes aos Pioneiros de Rochdale, que surgiram ano de 1844, na Inglaterra, e que mais adiante foram reconfigurados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Destacar-se-á ainda, na parte final desse primeiro capítulo o surgimento do Cooperativismo de Crédito no mundo, no Brasil e no território sisal mostrando, inclusive, as suas características gerais. No capítulo dois, é abordado sobre o debate da territorialidade, no mundo e no Brasil. sua diversidade de conceitos e concepções e a trajetória histórica do território sisal, sua caracterização, conquistas e desafios. E, por fim, no terceiro, é trazida a dinamização econômica como tema que motiva o desenvolvimento territorial, com um olhar dirigido para a intervenção das cooperativas de crédito. Este quadro é apresentado através de dados, que podem ser comparados entre os benefícios pertinentes à ação da instituição financeira de cunho cooperativista e, as estratégias e resultados das instituições financeiras tradicionais. Para revelar o papel das cooperativas de crédito no processo de dinamização econômica territorial do sisal, é destacado o desempenho ASCOOB, como mediadora dos recursos financeiros provenientes de recursos próprios e do PRONAF, para os agricultores rurais e seus respectivos resultados.

O caráter inédito dessa pesquisa contribuiu para revelar o potencial existente no financiamento dos circuitos econômicos, através das cooperativas de crédito, representado pela ASCOOB, com enfoque na construção do desenvolvimento Territorial Sustentável do Sisal. Um território com muita história e por isso, uma história de muita gente, daí a necessidade de se poder contar com um *Crédito da Esperança*.

Capítulo I – Cooperativismo de Crédito - De Rochdale ao Território do Sisal

1. Cooperação e Cooperativismo

1.1. A (des) Construção Histórica do Cooperativismo no Mundo

A história da sociedade humana guarda, em suas páginas e capítulos, a presença marcante da cooperação. Desde os tempos mais remotos da humanidade que são registrados atitudes, construções e ações com bases no espírito cooperativo. BÚRIGO (2007) relata um conjunto desses exemplos que vão desde os primeiros anos da era cristã, principalmente na atividade agropastoril. Nessa época, a ação de cooperação já tinha fins coletivos mas predominavam os interesses individuais, familiares, ainda muito restritos a aldeia, a tribo ou as pequenas vilas. A prática da cooperação foi, aos poucos, sendo demandada a dar respostas a questões de fórum cada vez mais específico e em escala que ultrapassava os limites das aldeias, feudos e das tribos. Esse panorama introdutório oferece três lições ou provocações sobre como deve se comportar essa nossa caminhada teórica, são elas:

- Primeira: a idéia de que o ato da cooperação tem fins e princípios claros. Isto é, a cooperação atende a um grupo social específico, que naquele devido momento carece da referida intervenção;
- Segunda: de acordo o tipo da atividade praticada pelos grupos envolvidos dentro da ação de cooperação é que vão ser desenhados, tempos depois os vários tipos de ramos cooperativos;
- Terceira: O surgimento do ato de cooperação, nos primórdios, dá-se de forma intencional e estratégica e não de forma natural e ingênua como algumas correntes teóricas anunciam;

Estes elementos deverão acompanhar nossas preocupações ao longo desse texto, uma vez que para no decorrer da caminhada histórica da humanidade a cooperação segue seu trajeto, com sua missão e princípios e ao lado, uma parte significativa dessa cooperação é institucionalizada num formato de associativismo, sindicalismo e cooperativismo e é justamente esta última que nos dedicaremos neste capítulo.

Registra-se ao final do século XVIII e início do século XIX, a concepção de que poderia haver uma harmonia entre os interesses individuais e sociais, com base na Ordem Natural, defendida pelos ideais econômicos da fisiocracia e dos clássicos. Contrapondo-se à teoria clássica, Sismondi, contrapõe-se afirmando que naquela época “o principal interesse dos

clássicos estava em torno dos problemas da produção, na busca da riqueza (...) crescendo a miséria à medida que a produção aumenta”. (HUGON, 1980, p. 270-271). No início século XIX, a realidade econômica e social na Europa, principalmente na Inglaterra, traduzia a miséria da classe proletariada, agravada exatamente no momento em que se avolumava a produção industrial.

Com este quadro reinante de novidades e de construção dos pilares capitalistas que carrega consigo nuances de mal-estar, nesse período, muitas reações surgem através de correntes teóricas, como o anarquismo, o socialismo utópico, a social-democracia e já apareciam os ideais de Marx, pois estes vinham estimulando o surgimento de associações e cooperativas como forma de trabalho socializado capaz de afastar-se das amarras do modo de produção capitalista (HUGON, 1987).

Por um lado, o surgimento de práticas cooperativistas vem como base de atividade econômica, numa época marcada pela dinâmica da produção e início da expansão do capitalismo e por outro, como uma alternativa de busca de geração de trabalho e renda, de organização das categorias, etc. principalmente sob a inspiração dos socialistas utópicos, destacando a autogestão da produção e da solidariedade voltada para as condições de trabalho. Assim, com princípios democráticos e igualitários, era proposto o associativismo no trabalho, ainda dentro do capitalismo ou como forma de superar o capitalismo. Marx (apud PAGOTTO, 2005) ao redigir as resoluções da assembléia, da Primeira Internacional Comunista sobre o trabalho cooperativo, resumidamente, reconhece que:

“O movimento cooperativo é uma das forças transformadoras da sociedade baseada em antagonismos de classe; que seu grande mérito é mostrar que a cooperação subordinada ao capital, causadora da miséria da classe operária, pode ser superada pela associação de produtores livres e iguais” (MARX, 1866).

De um lado haviam os operários, artesãos, camponeses (...) preocupados com a sobrevivência sua, de sua família e dos co-irmãos da comunidade, enquanto isso os teóricos defensores da prática cooperativista, como os socialistas utópicos defendiam o cooperativismo para a construção de um mundo solidário e equitativo e até aqueles que achavam e defendiam a necessidade de um relacionamento social e econômico a partir de um regime de trocas.

O movimento cooperativista, no mundo, é representado por um conjunto de estudiosos e líderes, tais como Gales Robert Owen, tido como o pai do cooperativismo; o francês Charles Fourier, por ter criado grupos organizados com base numa vida em comum, denominando-os de “falanges” e por fim Louis Blanc (francês), que condenava a livre concorrência, segundo ele a principal responsável pelos males e injustiças sociais nocivas aos operários e também a burguesia, defendendo assim que o Estado interferisse no referido quadro (MLADENATZ, 2003, p. 37, 51, 66). A partir destes e de outros pensadores foram criados os diversos modelos cooperativistas modernos, com suas nuances de gestão, de foco, de concepção etc.

Mladenatz (2003, p. 76) citado por Freitas (2007) assinala que os sistemas cooperativos estão ligados designadamente a três nomes a brilhantes na história da cooperativa moderna, que dominam o movimento atual: os probos Pioneiros de Rochdale, Schulze-delitzsch e Raiffeisen, correspondendo-os respectivamente as três categorias de classes trabalhadoras que formam a massa dos cooperados: a classe operária industrial, a classe média das cidades e a massa dos pequenos agricultores. Afora esses três sistemas, complementa Mladenatz, apresentam-se ainda os sistemas cooperativos de Hass, Luzaatti, Wollemborg, o sistema dinamarquês e os métodos da *cooperativa agrícola francesa* etc.

Pinho (1982) relata que o cooperativismo surge, institucionalmente, em Rochdale, no dia 21 de dezembro de 1844 (o registro oficial foi obtido três dias depois). Os Pioneiros de Rochdale implantaram um armazém, organizado e regido por normas estatutárias. Eles, ao questionarem a sociedade em que o único benefício é o capital, afirmaram que a cooperativa é uma empresa de pessoas, articulando de tal forma uma série de princípios que isoladamente não eram novos, mas que no seu conjunto foram revolucionários. Pinho (1982, p.32), afirma que o cooperativismo é regido por princípios, definido pelos Rochdaleanos, quais sejam: controle democrático, um sócio um voto; Juros limitados ou fixados sobre o capital subscrito; distribuição de parte do excedente proporcional às compras; vendas à vista, sem crediário; venda só de produtos puros, não adulterados; neutralidade política e religiosa; adesão aberta de novos membros no mesmo pé de igualdade dos antigos.

Com base nesses princípios o cooperativismo evoluiu e conquistou um espaço próprio no mundo, definindo-se por uma nova forma de pensar do homem, do trabalho e do desenvolvimento social. A Aliança Cooperativa Internacional é uma organização não-governamental independente que congrega, representa e presta assistência às organizações

cooperativas do mundo todo. No movimento cooperativista existem 13 diferentes setores do cooperativismo no mundo, chamados ramos: produção, agropecuária, crédito, trabalho, saúde, turismo e lazer, educação, consumo, habitação, mineral, infra-estrutura, especial e transportes (Pinho, 2004).

Rodrigues (2002) comenta que em alguns países como Itália, Canadá, Estados Unidos, Alemanha, França e o Japão, o cooperativismo transcende a tradicional função social e econômica, ganhando uma nova dimensão de caráter político, que é a defesa da democracia, sendo considerado um braço econômico da sociedade. Nesses países desenvolvidos, onde a consciência solidária é a mais constante, é onde estão os melhores exemplos de consolidação do cooperativismo mundial, trazendo aos seus beneficiários vantagem tanto econômica quanto social. No Brasil esse processo cultural ainda está em construção.

Mesmo achando que o mundo atua pouco em cooperativas, destacamos com base em dados da OCB (2006) cerca de 40% da população mundial está ligada ao cooperativismo e mais, há uma tendência que aponta para evolução e ganho de força no cenário socio-econômico. Enquanto isso, no Brasil, os números relacionados a essa situação, embora venha evoluindo ainda não é condizente com o espírito de cooperação e de solidariedade da realidade brasileira, já que além de possuir uma distribuição irregular das cooperativas por regiões, apenas 7% da população nacional possuem algum vínculo com o cooperativismo.

A proporção de rapidez e dinamismo não foi e nem tem sido a mesma, mas os ideais cooperativistas começaram a se mundializar de forma que outros países e continentes passaram a incorporar seus princípios e estratégias como base de ações econômicas, sociais, culturais e políticas. Em alguns espaços, o capitalismo apoiou a difusão do cooperativismo vendo neste a possibilidade de tê-lo como anexo e fortalecedor de suas bases produtivas ampliando assim os números da mais-valia e em outros espaços, o cooperativismo conseguiu manter e ampliar seus princípios trazendo ao mundo contemporâneo valores como solidariedade, cooperação e possibilidades estratégicas de desenvolvimento com inclusão, com sustentabilidade. Com isso pode-se imaginar ou desejar que o cooperativismo tem uma função o desenvolvimento da humanidade, como desejavam os Rochdaleanos. E como isso vai se dar no Brasil é o que veremos em seguida, de forma muito sintética, mas com conteúdo suficiente para relacionar essa evolução com o estudo em questão.

1.2. A (des) Construção Histórica do Cooperativismo no Brasil

O cooperativismo no Brasil tem seu início, oficial, três décadas e meia, depois de sua ocupação pelos portugueses. Isso aconteceu em 1847, através do profissional em medicina, Jean Maurice Faivre, francês que criou a fundação da colônia Santa Tereza Cristina, no Sertão do Paraná, e que teve vida curta, mas necessária o suficiente para o florescimento do ideal cooperativista brasileiro. Porém, uma outra história relata que o início do cooperativismo no país aconteceu exatamente na área urbana, em Ouro Preto (MG), no ano de 1889, com a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, depois, se expandiu para Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e nas Minas Gerais (Etgeto, 2005). Este quadro inicial do surgimento do cooperativismo no Brasil revela um predomínio do Sul e Sudeste, dado ao perfil característico do processo de colonização do Brasil.

Acompanhando o contexto nacional de expansão do cooperativismo no mundo, com o Brasil isso vai se aliar ao quadro de exploração econômica, com um diferencial marcante do que houve na Inglaterra, uma vez que nessa época o Brasil nem sonhava com o desenvolvimento da industrialização nacional. O país era, na época, eminentemente rural, muito embora os relatos mostram um predomínio de cooperativismo ligado ao consumo, mas isso com o tempo vai sendo modificado e se relacionando direto com a realidade econômico-social do país, como vai acontecer, por exemplo, na década de 60, do século XX, quando o país investiu pesadamente no mundo agropecuário.

Os diversos ramos de cooperativismo, no Brasil, estabelecem-se de acordo às necessidades, do espaço, da capacidade dos grupos sociais envolvidos e que banquem a sua constituição e fortalecimento. E assim se deu com o cooperativismo de consumo, agropecuário, habitacional, de trabalho (...). e todos esses tipos de cooperativismo se inicia com práticas sociais e econômicas típicas do grupo que toma a iniciativa. O cooperativismo de crédito de crédito, por exemplo, antes de se estabelecer passou por experiência de fundos rotativos, caixas comunitários, mensalidades associativas, dízimos de algumas igrejas (...) e daí muitas delas mais tarde se adequam a uma instituição, de cunho mais formal denominada de cooperativa de crédito.

A lei que rege o cooperativismo brasileiro é de sessenta e quatro, surgida a partir da resolução da Lei 5.764, de 16.12.1971 e, vale destacar que essa legislação foi inquestionada por um longo tempo, dada a unicidade no pensamento cooperativista que perdurou em torno da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) que representou o sistema cooperativista brasileiro por muito tempo. Entre outras suas atribuições, cabe-lhe a responsabilidade de promoção, fomento e defesa do sistema cooperativista em todas as instâncias políticas e institucionais, além disso, fica a seu cargo, a preservação e o aprimoramento desse sistema, o incentivo e a orientação das sociedades cooperativas. Mas a partir da década de 80, surge um movimento buscando constituir um novo cooperativismo, voltado para outro tecido social, qual seja: a agricultura familiar e a economia solidária. E com este intuito estão os movimentos sindicais, associativos, cooperativas populares, argumentando que a OCB até então representou, e bem, o segmento do grande capital, principalmente o agronegócio. Nos meados da década de noventa é criada no Brasil, uma instituição, denominada União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), que segundo seus dirigentes e lideranças é a outra opção de confederação representativa do cooperativismo solidário e popular (UNICAFES, 2005).

O surgimento da UNICAFES oxigena o debate nacional em torno do cooperativismo e, dentre os diversos temas suscitados está a legislação brasileira, em tramitação no Congresso brasileiro sendo puxado de um lado e outro pelos congressistas que defendem suas bases representadas em ambos os lados. É claro que o Congresso Nacional não pode decidir por um lado ou outro apenas dando um sim ou não no ato do voto. Essa votação traz consigo uma reorientação na prática e na cultura cooperativista do país. E a nós, cabe referendar a nossa defesa, de forma intransigente, para que ganhe o movimento cooperativista alinhado com a solidariedade, ética, democracia e comprometida com o desenvolvimento nacional.

De qualquer sorte, os ramos cooperativistas, continuam evoluindo e se fortalecendo e, segundo a OCB (2006), o país possui 13 ramos de cooperativismo divididos com o seguinte perfil: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, infra-estrutura, habitacional, mineral, produção, saúde, trabalho, turismo e lazer, transportes de cargas e passageiros, conforme é apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Evolução do Cooperativismo Brasileiro (2004 – 2005)

RAMO	Número de Cooperativas			Número de Associados			Número de Empregados		
	Posição 2004	Posição 2005	%	Posição 2004	Posição 2005	%	Posição 2004	Posição 2005	%
Agropecuário	1.398	1.514	8,30	865.173	879.918	1,70	116.919	123.368	5,52
Consumo	144	147	2,08	1.820.531	2.184.111	19,81	7.463	6.938	-7,03
Crédito	1.068	1.101	3,09	1.890.713	2.164.449	14,48	26.068	20.555	-21,15
Educacional	311	319	1,57	66.569	73.951	11,09	2.827	3.144	11,21
Especial	9	10	11,11	326	289	62,27	0		0,00
Habitacional	356	355	-0,28	428.940	94.299	-29,19	1.126	1.562	38,72
Infra-Estrutura	171	160	-6,46	585.857	600.399	2,48	5.299	5.213	-1,62
Mineral	37	44	18,92	48.846	15.212	-68,86	27	52	92,59
Produção	136	173	27,21	25.490	17.569	-31,07	373	323	-13,40
Saúde	883	899	1,81	326.579	287.868	-11,85	28.249	28.599	1,24
Trabalho	1.894	1.994	5,28	346.100	425.181	22,85	4.154	6.506	56,62
Transporte	715	783	9,51	52.793	50.600	-4,15	2.590	3.411	31,70
Turismo e lazer	14	19	35,71	1.741	2.947	67,55	5	9	80,00
TOTAL	7.136	7.518	5,35	6.159.658	6.791.057	10,25	195.100	199.680	2,35

Fonte: OCE's e OCB (2006) – citado por Freitas (2007)

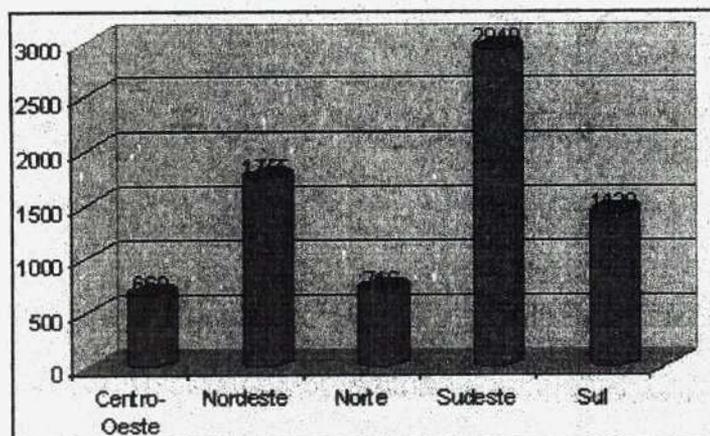
Embora haja concepções distintas sobre a concepção do cooperativismo no Brasil e no mundo, algumas preocupações são comuns nos documentos da OCB (2006) e da UNICAFES (2007). Dentre, os mesmas destaca-se a elevação da taxa de desemprego e à aceleração do processo de terceirização, que acaba contribuindo sensivelmente para o crescimento do número de cooperativas no país. Mas outros ramos cooperativos trazem consigo significados importantes, tais como, o de crédito que revela a necessidade da construção de um sistema financeiro que realmente responda às demandas sociais, de seus sujeitos, inclusive os desprovidos de oportunidades econômicas. Como o sistema capitalista não vai responder a essa demanda tal qual é posta, os referidos sujeitos buscam alternativas de resolução da situação.

De acordo o Quadro 1, até 2005, das mais de sete mil cooperativas existentes no Brasil, mais da metade está concentrado nos ramos de trabalho, agropecuário e de crédito. Isso revela o papel das cooperativas atuando em áreas de produção, de geração de trabalho e renda e de crédito. Três áreas estratégicas, para não dizer crucial, ao desenvolvimento. E aqui não acompanha nenhum sentimento de ingenuidade ao afirmar a importância do cooperativismo para o desenvolvimento nacional pois como se viu anteriormente o capitalismo busca usufruir desse papel do cooperativismo tentando integrar-lhe na busca da ampliação da acumulação do capital.

Os números do cooperativismo no Brasil requerem análise sobre o comportamento da distribuição das cooperativas ao nível nacional. A história do cooperativismo no Nordeste, por exemplo, acompanha os mesmos contrastes, reproduzidos pelo modelo concentrador e excludente que teve e tem o modelo de desenvolvimento nacional, baseado numa estrutura agrária voltada para a monocultura, latifúndio e o mercado externo. Mas o Nordeste vem se destacando em números e qualificação na intervenção de suas cooperativas. Isso se dá por um lado pelo agronegócio que estimula cooperativas de grandes para baixar custos, acessar capitais e elevar nível tecnológico e por outro, pelo avanço das organizações da sociedade civil que vê no cooperativismo a única saída para o fortalecimento da agricultura familiar, economia solidária e a sustentabilidade ambiental. No que tange ao fortalecimento do segmento das cooperativas do setor popular vale ressaltar o papel das ONG's nacionais e internacionais, bem como dos organismos e movimentos sindicais, religioso, fóruns realizados em vários estados, na sua grande maioria promovidos pelas entidades representativas do cooperativismo é pelas universidades, sobretudo no que diz respeito à formação do seu quadro social e à capacitação dos seus dirigentes. Ainda é muito localizada geograficamente e por setor, mas as incubadoras deverão dá uma contribuição significativa às cooperativas brasileiras e em especial as nordestinas, no que tange à sua gestão interna e no seu relacionamento com o mercado.

De acordo os dados divulgados pela OCB (2006), o Nordeste participa com 28,1% do total da população brasileira e contribui com 13,1% do PIB. Em 2001 contou com 21,8% do total de cooperativas existentes no país, aparecendo na segunda posição em número de cooperativas, chegando em 2005 chega a 1755, ficando atrás apenas do Sudeste, conforme pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Cooperativas, por Região, no Brasil (2005)



Fonte: OCE's e OCB (2006), Elaboração: GERMERC

Quando comparados os dados do Gráfico 1 com dados do SEBRAE (2006) referentes número de cooperativas existentes em 2003 no Nordeste, a variação chega a ordem de um crescimento de 7,4%. Ou seja, o Nordeste em 2003 possuía 1634 cooperativas e em 2005 chegou 1755, apresentando assim acréscimo de 121 instituições cooperativas. Se comparado, esse crescimento reproduz as especificidades geradas pela estrutura de sua região e por seu padrão socio-econômico e de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo em que esses números revelam uma evolução do cooperativismo brasileiro e em especial do nordeste, revela também a necessidade do fortalecimento do movimento cooperativista, assim como do apoio do estado brasileiro através das políticas públicas com ações voltadas para a capacitação, programas de crédito, revisão da infra-estrutura nacional (energia, telefonia, estradas, portos, etc.), dentre outras.

1.3. O Cooperativismo de Crédito

1.3.1. Saltos e Topadas – no Mundo

Búrigo (2007) citando Matcon (1990) afirma que foi na Alemanha, em 1846, que surgiram as idéias das primeiras cooperativas de crédito, com propostas parecidas com a das cooperativas de Rochdale. Com o amadurecimento das referidas idéias, quatro anos depois, em 1850, surge a primeira cooperativa de crédito, na cidade de Delitzch, na Alemanha, sob o estímulo do funcionário de governo, denominado Hermann Schulze. O vínculo, do cooperativismo

pioneiro alemão naquele momento, foi com a agricultura e justamente num momento de dificuldade e crise de produção. Esse marco histórico de surgimento do cooperativismo de crédito, no mundo, marcado por dificuldades vai ser o símbolo marcante na trajetória de criação e consolidação desse movimento, muito embora, interesses de outras naturezas irão também acompanhá-lo, como será visto mais adiante.

No decorrer das leituras teóricas sobre as experiências dos pioneiros de Rochdale, ressaltam-se as cooperativas de crédito com um papel determinante para a formação e consolidação do pensamento cooperativo. Não obstante, diferenças culturais e de concepção, entre os cooperativistas ingleses e outros povos que aderiram à corrente cooperativista, como os Alemães e Italianos, contribuíram significativamente para as mudanças de formatação dos princípios adotados pelos Rochdaleanos.

Três modelos, dentre tantas as tentativas de criação de referências, foram traduzidas e relevadas em experiências desde o início dessa construção e as mesmas se destacam e serviram de base para a formulação teórica do cooperativismo de crédito contemporâneo, sendo eles: no modelo é *Schulze-Delitzch*, o público envolvido, tem origem na classe média urbana a orientação intencional foi eminentemente econômica. O *Raiffeisen* tem vinculação originária nos grupos rurais e tomou como referência inicial o modelo Schulze-Delitzch e em seguida seus seguidores acrescentaram outros valores, com destaque para o campo ético e cristão, mas manteve a vertente econômica. O Modelo *Luzzati* se aproxima do Raiffeisen, com dois diferenciais: o foco das atividades econômicas dos cooperados não se limita ao rural, mas a diversos e a natureza da responsabilidade é limitada. Nas Américas, especificamente no Canadá, surgiu no dia 6 de dezembro de 1900 um tipo de cooperativa de crédito que recebeu o nome de seu fundador: *Desjardins*, que tinha seu público básico na agricultura e nas demais características se assemelhava aos demais modelos.

Além desses modelos de cooperativas de crédito que mais se destacaram, surgiram outros, mas o que interessa a esse movimento, não é apenas o seu volume de cooperativas que vinham surgindo, e sim o significado da construção de um sistema, de uma formatação de modelo de cooperativismo voltado para um produto sensível e necessário ao desenvolvimento de um país: o crédito. Esse agrupamento de variações do cooperativismo de crédito impôs ao mundo um novo cenário relacionado ao mercado financeiro: o crédito pode acontecer para outros públicos que não o capitalista, mas também para o pobre e até o excluído pode se

organizar para acessá-lo, a um custo e método diferenciados e com outros fins, que não o lucro, sempre imposto pelo mercado financeiro. Ainda assim, nesse contexto, o ESTADO viu a possibilidade de desenvolver Programas através das cooperativas de crédito. Programas voltados, por exemplo, para a assistência social e, principalmente, para a área agrícola. Mas adiante, o Estado, em diversos países, vai intermediar, via cooperativas de crédito, programas claramente de cunho capitalista, como por o que aconteceu com a modernização da agricultura brasileira. Ainda assim o movimento popular, defensor de um modelo de cooperativismo incluyente e solidário mantém-se na retaguarda de criadores de um movimento pela via socialista, que se contrapõe ao mundo capitalista.

Esse movimento tomou corpo e se estruturou, espalhando por todo o mundo, surgindo assim o que se denomina por *Economia Solidária*¹. Surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizado do mercado de trabalho (Singer, 2000).

Segundo Singer (2000), a economia solidária não é uma criação intelectual surgida das elaborações científicas, muito embora ele reconheça a contribuição ao seu desenvolvimento, através dos socialistas utópicos, da primeira metade do século XIX (Owen, Fourier, Buchez, Proudhoun...). E conclui dizendo que a economia solidária é uma *criação em processo contínuo* de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Mas esse conceito não é aceito de forma tranqüila, por muitos economistas, empresários, cientistas (...). Há resistências e muitos conflitos em torno da economia solidária e isso, ao nosso olhar, estão claros e simboliza os conflitos de interesses, concepções de modelo de desenvolvimento de sociedade, e por que não disputa no âmbito da "luta de classes". Embora Singer (2004) chama a atenção para o fato do seu modo de produção e distribuição parecer com uma formatação mascarada entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Nesse debate de diferenciação entre as economias solidária e a capitalista, Oliveira (2002) entra em conflito com os conceitos de Singer (2000) a respeito da presença do assalariamento da mão-de-obra. Para Oliveira (2002) existem várias características para uma empresa ser considerada da economia solidária, a exemplo da autogestão, da democracia, etc. enquanto para Singer (2000), uma empresa pode praticar todos eles mas se houver assalariamento perde o caráter da solidariedade. Para este,

¹ Há, segundo Irion (1997), um conceito que envolve a Economia Solidária que é a Economia Social, que resumidamente designa o conjunto de instituições resultantes da organização dos trabalhadores, que nelas investem suas economias, para através da auto-ajuda promoverem o progresso social e sua ampla participação na produção e nos frutos da atividade econômica.

na empresa capitalista o fator trabalho é meio, é instrumento (visando a reprodução do capital) enquanto num empreendimento solidário o fator trabalho é também um fim. Os trabalhadores são sujeitos do empreendimento (e busca a reprodução dos valores humanitários, da ética, da vida).

Mas, esse debate não se inicia e nem se encerra aqui e, concordando com Singer (2000) e procurando entender Ferreira (2000) quero registrar que é patente afirmar que a economia solidária tem um papel significativo para o desenvolvimento de um determinado território, não obstante o crédito é como uma alma para a sustentabilidade da economia solidária e daí se justifica e se fortalece o surgimento das cooperativas de crédito. E estas, cumprem um desafio de responder uma agenda pública e não apenas uma agenda de um grupelho ou de uma determinada matiz governamental. Entre estes compromissos da agenda estão: a geração de trabalho e renda, a promoção da autogestão, da democracia etc.

Buscando envolver essas preocupações é que surge a necessidade de construir conceituações que se adapte a tal intento. Com base em legislações e construções teóricas está o conceito que afirma que as cooperativas de crédito (CC), existentes em quase todo o mundo, são instituições financeiras, constituídas como sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeitas a falência, com o objetivo de propiciar crédito e prestar serviços aos seus associados (Pinheiro, 2006). As CC têm com finalidade básica, proporcionar, aos seus associados, a disposição de crédito e moeda por meio da mutualidade e da poupança. Na verdade elas se preocupam em eliminar o intermediário na captação de recursos, nos investimentos e na concessão de empréstimos, fazendo do tomador e do investidor uma só pessoa (Mello, 2005). Essas conceituações e finalidades foram se espalhando e se aperfeiçoando por todo o mundo e assim chegou ao Brasil, como veremos a seguir.

1.3.2. O Cooperativismo de Crédito no Brasil – Evolução e Desafios da construção e participação na dinamização econômica - da vida comunitária ao território

Como se dá em outros ramos cooperativistas o surgimento do de crédito no Brasil não careceu de autorização de forças internacionais ligadas ao capital ou ao governo. O seu surgimento vem da tentativa, primordialmente, de um ato de prática cultural da cooperação. Ou seja, a

política de ampliação do cooperativismo, de crédito, por exemplo, não tem dependência exclusiva de ação governamental ou de cadeias externas. Não se cria cooperativas por decreto governamental ou por uma encíclica papal, assim como não se cria sindicatos ou associações etc. É fundamental ter apoio de gestores públicos, através de políticas públicas, de redes externas mas, acima de tudo, os sujeitos envolvidos, daquele local, devem assumir suas responsabilidades, seus papéis, principalmente na gestão do empreendimento cooperativo.

A primeira experiência institucional, no Brasil, surge graça ao pioneirismo do suíço Theodor Amstadt, padre que em 1902, estimulou a criação de uma cooperativa de crédito, no Rio Grande do Sul, e a partir de 1906 nasceram e se desenvolveram as cooperativas no meio rural, idealizados por produtores agropecuários, cuja propagação deu-se em vários estados, basicamente junto às populações de imigrantes europeus, principalmente de alemães e italianos, que dará um formato tipicamente brasileiro ao cooperativismo existente nacional (Schneider, 2003)..

A criação de uma cooperativa de crédito é recheada por diversas motivações, desde as preocupações de certo grupo em captar recursos para seus investimentos, ou de proteger seu capital, até o processo de evitar a evasão de recursos financeiros e apoio à fixação e circulação deste capital na dinamização da economia local. As esferas de governo também se beneficiam com essa iniciativa, uma vez que amplia a sua capilaridade no que tange à implementação de Programas sociais, de distribuição de renda, a exemplo do PRONAF, Bolsa Família etc.

Os referidos fins das CC vêm sendo, ao longo dos tempos, condensados na construção da concepção e conceito, que desde a constituição da primeira cooperativa de crédito até esse início do século XXI, a exemplo do que está registrado na Lei Cooperativista 5.764, de 16 de dezembro de 1971:

“Cooperativa é o empreendimento econômico de propriedade e sob controle dos seus usuários, que realiza a intermediação dos interesses econômicos desses com o mercado, e que distribui benefícios e custos na razão da utilização que esses usuários-proprietários fazem dos serviços a eles disponibilizados”.

E complementa,

“...é uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeita a falência, constituída para prestar serviços aos associados”.

Trazendo para o conceito de CC, buscamos o conteúdo disposto nas Leis 4.595, de 31.12.1964, artigo 6º, § 1º da Lei 5.764, de 16.12.1971, e 10.406, de 10.1.2002, nos atos normativos baixados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelo respectivo estatuto social. (BACEN, 2006), onde afirmam que as cooperativas de crédito são “instituições financeiras, constituídas como sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar crédito e prestar serviços aos seus associados”.

Segundo o BACEN (2006), as CC funcionam mediante a sua autorização, sendo também fiscalizadas e consideradas instituições financeiras por equiparação, ademais, existem diferenças sobre o olhar da legislação e das políticas públicas voltadas para apoiá-las, reconhecidas pelo próprio BACEN (2006), quando afirma:

“As cooperativas de crédito são instituições financeiras supervisionadas pelo Banco Central. São propriedades coletivas, administradas democraticamente por integrantes de seu quadro social. Não têm, entretanto, acesso à Câmara de Compensação, à Reserva Bancária e ao Mercado Interfinanceiro. Sendo assim, para operarem, necessitam de um banco comercial como parceiro. As cooperativas de crédito têm em comum com o sistema bancário tradicional apenas o nome de alguns produtos que oferecem e de alguns serviços que prestam” (BACEN, 2006).

Com base no SEBRAE (2003) são quatro os principais objetivos básico de uma Cooperativa de Crédito frente aos seus associados. São eles:

“(a) - O estabelecimento de instrumentos que possibilitem o acesso ao crédito e a outros produtos financeiros pelos associados; (b) o despertar no associado o sentido de poupança; (c) a concessão de empréstimos a juros abaixo do mercado e (d) a promoção de uma maior integração entre os empregados de uma mesma empresa, entre

profissionais de uma mesma categoria entre micro e pequenos empresários, desenvolvendo espírito de grupo, solidariedade e ajuda mútua. Contudo o principal negócio da Cooperativa de Crédito é a realização de empréstimos aos seus associados (SEBRAE, 2003, p. 5).

No que tange os caracteres básicos das CC, no Brasil, pode destacar a prestação de serviços financeiros aos seus associados, operando com capital próprio dos seus membros. As operações e serviços autorizados estão constados na Resolução n. 2.771, de 30 de agosto de 2000, do Banco Central do Brasil, oferecendo-o aos mesmos os seguintes produtos e serviços:

“Capitalização; Empréstimos pessoais; Saneamento financeiro; Seguro de vida solidário; Conta corrente/cheque especial; Financiamento de bens duráveis; Poupança cooperativada comum; Cartões de afinidade e de crédito; Poupança cooperativada programada e Recebimento de contas/ Débitos em conta; Aplicações financeiras (recibo de depósito a prazo, recibo de depósito cooperativado com taxas pré e pós-fixadas), Seguro de vida solidário; Capitalização”.(SEBRAE, 2003, p. 6).

Não obstante, as CC filiadas às centrais vinculadas a Economia solidária e a economia solidária vem desenvolvendo um conjunto de ações que extrapolam o mundo financeiro, a exemplo de plano de saúde, possibilidade de construção e melhoria a habitacional etc. todavia, todas essas vantagens disponibilizadas aos cooperados com inúmeras vantagens, tais como juros mais baixos em empréstimos, remuneração mais alta nas aplicações e taxas de serviços a preço de custo etc. Além de poderem indiretamente dirigir e controlar a cooperativa, dispõe também de acesso ao crédito, poupança e outros serviços bancários. Além de tudo possuem ainda um baixo custo operacional em relação aos bancos; crédito imediato e adequado às condições dos associados (valor, carência, amortizações etc.); atendimento personalizado; facilidade na abertura de contas; oportunidade de maior rendimento nas aplicações financeiras e ganho na distribuição de sobras e excedentes “. (SEBRAE, 2003). Ainda como vantagens, então as cooperativas apresentam menores custos operacionais que os bancos, funcionam próximos aos seus associados, atendem mais rapidamente as demandas que chegam, praticam juros mais baixos e dividem os lucros (sobras) entre os associados ou reinvestidores.

Lendo Freitas (2007), é possível entender noções quanto à classificação das Cooperativas de Créditos, quando cita o BACEN (2006), podendo estas serem de três tipos: **a** - Cooperativas singulares de crédito, sendo constituídas pelo número mínimo de pessoas físicas necessário para compor a administração da sociedade; **b** - Cooperativas centrais ou federações de cooperativas, constituídas de no mínimo três cooperativas de crédito singulares; e **c** - as Confederações de cooperativas, constituído de pelo menos três federações de cooperativas de crédito ou cooperativas centrais de crédito. Contudo, a maior parte das 1435 cooperativas de crédito que existem Brasil é formada por categorias profissionais específicas, classificando-os quanto à natureza em Cooperativas de Créditos Rurais, Créditos Mútuos, Créditos do tipo “Luzatti” e com a Resolução 3.106 do Banco Central, de 25 de agosto de 2003, as instituições do tipo “livre admissão”.

As Cooperativas de Créditos Mútuo e Rural possuem como objetivos específicos respectivamente, a promoção de linhas de crédito para empréstimos de caráter pessoal ou produtivo e promoção de linhas de crédito para investimentos produtivos e custeio de safras. A avaliação dos dados presentes quadro 3 a seguir permite informar que a segmentação por tipo e ramo de atividade apresentada pelas cooperativas de crédito no Brasil é bastante diversificada. Observa-se que o segmento de cooperativas, do tipo crédito mútuo, no país é a que apresenta em termos numéricos as maiores quantidades, ao todo 959, representando 65% das cooperativas em operação no Brasil (ASSOCENE, 2003).

Ao concluir observa-se que diante de tantos desafios e conquistas vividos pode-se avaliar que nesse trajeto de 100 anos, o cooperativismo brasileiro em geral está passando por um novo momento. As atuais políticas públicas têm conciliado muito a organização para que se tenham cooperativas fortes, representativas e que de fato estejam contribuindo para o desenvolvimento territorial do país.

Para fortalecermos a convicção do papel das CC no desenvolvimento territorial, relacionando os aspectos jurídicos com o nível de participação, vale a pena voltar ao Quadro 1 e analisarmos os números referentes ao cooperativismo de crédito veremos que no período de dois anos, enquanto o número de cooperativas cresceu 3%, o número de cooperados cresceu cinco vezes mais, chegando a aproximadamente 15%. O surgimento de Cooperativas de Crédito (CC), no Brasil, tem o controle do Banco Central e este tem sido rigoroso, já que aquelas atuam no sistema financeiro e o passado mostra, ao mundo financeiro e aos

cooperados, o que significa o fechamento de uma CC. A última coluna do Quadro 1 traz ainda uma informação que requer um olhar cuidadoso já que se trata da atuação das CC's, no que diz respeito à gestão das mesmas, no tocante ao número de funcionários envolvidos. Aparece um número negativo da ordem de 21%, o que simboliza uma postura dos gestores e lideranças que buscam redução de custos e efficientização dos serviços aos cooperados. Registra-se segundo a ASCOOB (2006) que a CC foi, no seu surgimento, em alguns municípios de sua atuação, cabide de emprego e seus gestores não se preocupavam com uma gestão onde as singulares zelassem, nesse aspecto, com mais rigor pelos recursos dos cooperados, da comunidade. Não se tratava, dessa forma, de se atuar assim por perversidade, mas acontecia dado ao momento que era de aprendizagem e além disso o nível de acesso à tecnologia era muito deficiente.

Em 1964, em plena revolução, o Estado Brasileiro quis assumir a função de promover o desenvolvimento econômico, chegando a promover uma profunda reforma no Sistema Financeiro Nacional (SFN). A partir desse período, até meados da década de 90, houve uma grande interferência do Banco Central - órgão responsável pelo monitoramento, normatização e fiscalização do SFN, inclusive sobre as cooperativas de crédito, o que causou vários problemas, o que provocou uma redução, no geral, nos números das CC.

O poder econômico dos bancos comerciais se sobrepõe e fez um lobby forte, como é comum, e exigiram do governo medidas restritivas à atuação do movimento cooperativista no setor financeiro, resultando na imposição, mediante resoluções baixadas pelo Banco Central, de barreiras ao crescimento do segmento cooperativo de crédito, culminando com o fechamento de muitas organizações, inclusive a central gaúcha. Junto a essa pressão, criou-se também para a sociedade uma imagem de incompetência, de fragilidade e insegurança das cooperativas de crédito, que perdura até este início do século XXI, mas que dada ao fortalecimento do movimento popular e as mudanças políticas no governo, no Brasil, e ao surgimento de uma cultura mundial de gestão compartilhada esse quadro vem se modificando e as CC vêm ocupando um espaço relevante.

A partir de 1980, no entanto, o modelo econômico de forte participação do estado-empresa deu sinais de debilidade, sinalizando a exaustão das fontes de financiamento subsidiado, especialmente ao setor agropecuário. Tal situação levou a Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul (FECOTRIGO- RS) a construir um sistema alternativo de

financiamento aos produtores rurais, objetivando minorar os efeitos das transformações que já se anunciava. (SCHARDONG, 2002, p. 66). E, o apoio das cooperativas agropecuárias foi reunido as cooperativas de créditos remanescentes e constituída a Cooperativa de Crédito do Rio Grande do Sul Ltda. (COCECRER), procurando evitar o processo de liquidação das suas filiadas e discutir com o Banco Central do Brasil um projeto de reformulações aplicáveis a essas instituições. Assim, a partir desse fato nascia no Brasil o primeiro Sistema de Crédito Cooperativo, tendo como premissa básica à idéia sistemática de organização.

Em março de 2006 o segmento cooperativista já demonstrava que os sistemas cooperativos de crédito no Brasil encontravam-se estruturados com dois bancos cooperativos, sendo um múltiplo e outro comercial, quatro confederações, uma federação, 37 cooperativas centrais e 1.399 cooperativas singulares, somando mais de dois milhões de associados (Pinheiro, 2006). Vale destacar que a lei que regulamenta a existência e funcionamento das CC no Brasil, exige que estas estejam filiadas a uma Central de cooperativas, que é na verdade uma união de cooperativas que coadunam dos mesmos fins e objetivos. Centrais são propriedades coletivas, administradas democraticamente por integrantes de seu quadro social, sendo supervisionadas pelo Banco Central. Segundo a UNICAFES (2007), no Brasil, neste início de século XXI, a referida evolução vem sendo organizada por três principais sistemas cooperativistas do país: o SICREDI, o SICOOB e o UNICREDI, e outros sistemas menores, como o CRESOL e o ECOSOL. Nesse sentido, a ASCOOB está com o projeto de constituição da Central ASCOOB, junto ao Banco Central, prevista para aprovação em 2007/2008.

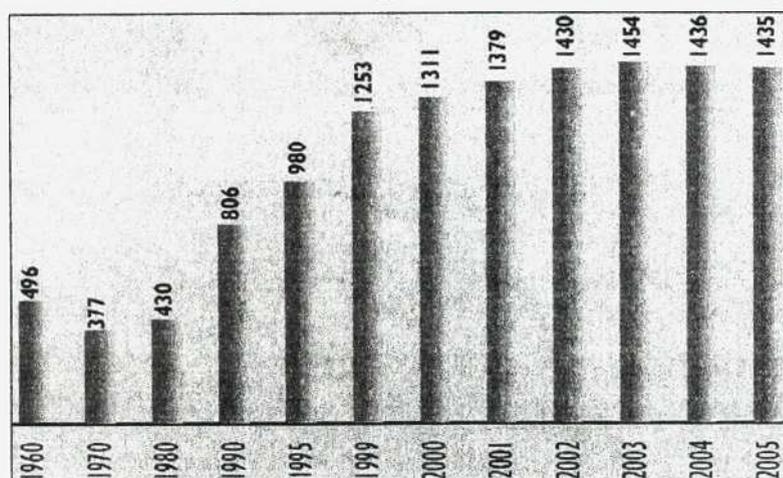
Com base em dados do Banco Central analisados pelo SEBRAE (2003), o Banco Cooperativo SICREDI S.A. (BANSICREDI), foi o primeiro banco cooperativo privado brasileiro. E em seguida, o Banco Cooperativo do Brasil S/A (BANCOOB), banco das cooperativas de crédito do Sistema SICOOB. O UNICRED do Brasil é sistema de crédito urbano formado por categoria de médicos e profissionais de saúde, da rede UNIMED. E, o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), criado por organizações não governamentais e entidades de representação dos interesses dos agricultores familiares, opera com o Banco do Brasil. Outro sistema cooperativo importante no país é o ECOSOL, Cooperativa Central de Crédito e Economia Solidária que atua por intermédio do BANCREDI, a cooperativa dos bancários da cidade de São Paulo e municípios vizinhos.

Com base em estudo realizado pelo SEBRAE (2004), fazendo referência ao período de 96 a 2003, houve aumento no número de associados desses cinco principais sistemas cooperativos de crédito (SICOOB, SICREDI, UNICREDI, CRESOL e ECOSOL), dando um da ordem de 950%, passando de 179 mil para quase 1,9 milhão, respondendo os cinco sistemas por 80% das cooperativas em funcionamento no país.

Existem diversas justificativas para explicar esse aumento, dentre eles estão o alto custo dos serviços financeiros oriundo das altas tarifas cobradas sobre os serviços bancários, que acabam onerando as operações financeiras, e também dos níveis altíssimos dos *spreads*² bancários. Além disso, como os bancos são instituições extremamente formais, acabam dificultando muitas vezes através da burocracia o acesso de agricultores às linhas de crédito. Mas, as organizações populares envolvidas nessa atividade, principalmente as CC ligadas ao sistema CRESOL, ECOSOL e ainda a ASCOOB, todas filiadas a ANCOSOL, insistem em afirmar que existe um motivo mais significativo que é o fortalecimento do processo de construção de um modelo de sociedade incluyente e participativa, sendo que a democratização do crédito é um desses fatores, tão importante quanto os demais.

É possível fazer essa leitura a partir do Gráfico 2, elaborado pelo SEBRAE (2006), com base em dados do Banco central (2006), que revelam o a evolução do Cooperativismo de Crédito no Brasil, no período compreendido entre 1960 a 2005.

Gráfico 2 - Evolução das Cooperativas de Crédito no Brasil (1960- 2005)



Fonte: Banco Central (2006).Elaboração: SEBRAE (2006).

² Segundo o Banco Central (2006), *Spread* é a margem bancária adicionada à taxa aplicável a um crédito, sendo variável conforme a liquidez e as garantias do tomador, o volume do empréstimo e o prazo de resgate.

Pode ser constatado que entre 1960 e 80 números mantêm uma média próxima e abaixo de quinhentas cooperativas e na década de 90 se aproxima de um milheiro, chegando ao final da referida década a ultrapassar a casa de mil cooperativas e em seguida (a primeira metade da primeira década do século XXI), manter uma média que se estabiliza próxima de 1500 instituições. Segundo o Departamento de Gestão da ASCOOB (2007), com base em fontes do BC, em 2006, esse número chega a 1443 e em dezembro de 2007 o número de cooperativas de crédito, no Brasil, é de 1452. Uma análise que deve ser feita é a estabilidade nesses números, o que significa que nem está surgindo nem sendo liquidadas um número descontrolado de cooperativa. Na verdade isso demonstra uma maturidade tanto nos movimentos cooperativos de crédito quanto no controle do Banco Central, em se manter atento a este segmento importante do “mercado” Financeiro Nacional.

Aqui cabe uma observação importante e necessária, de um estudioso e militante da área: o Banco Central (BC), nesta primeira década do século XXI, notadamente e a partir de depoimentos de dirigentes e assessores da ASCOOB e UNISOL, tem feito um papel de aliado do desenvolvimento nacional, quando age protegendo o sistema financeiro mas respeita e estimula que as CC contribuam com a democratização do crédito, de forma sustentável e qualitativa. E isso se deve ao fato do reconhecimento, pelo BC de que as cooperativas de crédito, no Brasil é fruto do aumento de sua contribuição na dinamização das economias locais e ainda que há uma tendência para que tal segmento, no médio prazo, tenha mostrado a sua força com o aumento de atendimento a diversos segmentos produtivos, aumente o acesso da população ao crédito e aos serviços financeiros, consolidando-se como uma parte importante do SFN, sendo que o cooperativismo de crédito voltado para a economia solidária, tem chamado a atenção para o fato da construção de um novo modelo de acesso ao crédito.

Com base em dados do Banco Central (2006), citados e analisados por Freitas (2007), no que diz respeito à participação regional, em 2005, as CC cumpriu e vem cumprindo, em um importante papel ao desenvolvimento regional, com destaque para o mundo rural. As regiões Sudeste e Sul respondem por mais da metade do número de cooperativas de crédito existente no país, respectivamente 55% e 20%. Já as regiões Nordeste, Centro-oeste e Norte respondem respectivamente por 10%,9% e 6%. As regiões Sul e Sudeste concentram 70,2% dos associados das cooperativas, obtendo respectivamente, 48,7%, e 37,1% dos R\$ 10,2 bilhões de depósitos totais do sistema cooperativista, registrados em agosto de 2005, quando o saldo

total de empréstimos alcançou R\$ 9,9 bilhões, 74,7% maior em relação a dezembro de 2002. Uma média de crescimento anual de 24,9%. O patrimônio líquido das cooperativas aumentou 72,4% , partindo-se do ano de 2000, chegando a R\$ 4,4 bilhões.

O Sistema de Cooperativismo de Crédito no Norte/Nordeste, com base em Christiansen (2006), é composto, em 2005, por 158 cooperativas para um agregado populacional de 60 milhões de habitantes, demonstrando assim um comportamento atrasado, de momento inicial da representação de cooperativas de crédito, nessas regiões. As cooperativas de crédito cumprem um papel importante na área de desenvolvimento, principalmente no desenvolvimento rural, nessas regiões marcada pelo potencial de organizativo e ao mesmo tempo pela escassez de instituições financeiras, que dê conta da demanda regional. No nordeste, seguindo a mesma fonte, o estado de maior presença no setor é a Bahia, com 55 cooperativas, o equivalente a 44,4 % do total das duas regiões. Mas, destaco que esse debate em torno da regionalização das CC, no Brasil, é importante por dois motivos básicos: **Primeiro**, para revelar que mesmo com números ainda iniciais, regiões como o norte e nordeste antes reconhecidos como referências da ausência da cultura do cooperativismo vêm se revelando capazes de e promotoras da cooperação e do cooperativismo, com destaque para o de crédito. **Segundo**, pela necessidade do debate acerca do papel do cooperativismo de crédito na dinamização das economias locais e regionais.

Assim sendo, podemos afirmar há uma fome de crédito, mas uma fome qualificada, que exige, uma oferta diferenciada, principalmente para a agricultura familiar e a economia solidária, que sempre foram relegadas pelas políticas públicas e acolhidas pelas ONG's, igrejas, movimentos partidários (...) que em muito os ajudaram, mas que também em muito construiu uma história de submissão e de dependência política e econômica, daqueles sob estes. A realidade revela a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o fortalecimento do cooperativismo de crédito nas regiões menos desenvolvidas com a estratégia de distribuição de renda. É necessário então observar que, para o país em geral as cooperativas de crédito representam benefícios não apenas para os seus associados, mas também para toda a comunidade, pois além de aumentar o grau de representatividade dos sócios, as cooperativas tendem a promover a inclusão e a construção da cidadania sendo responsáveis, graças a sua concepção, prática e pioneirismo, pela organização dos empreendimentos grandes, médios e pequenos e até dos despossuídos, envolvendo-os em as

cadeias produtivas, buscando a difusão tecnológica e viabilização de infra-estrutura, bem como a capacitação voltada para o setor produtivo e para a vida em e com cidadania.

É claro que para que o sistema cooperativista de crédito, no Brasil, firmar-se junto aos seus cooperados, e no SFN é necessário que se apresente com capacidade de gestão, com baixo custo de funcionamento e que acima de tudo atenda às demandas de seus cooperados, contribuindo para a dinamização da vida da comunidade onde ela está inserida. É necessário ainda que o sistema implemente e consolide-se num fundo garantidor. Isso, se for feito sem sacrificar o cooperado, dará ao sistema cooperativo, possibilidade de crença e confiança na no referido sistema por parte do conjunto da comunidade. Para isso, porém é preciso que cuide também da sua estrutura organizacional, desde o grupo de administradores, corpo funcional e rede de parcerias. Não obstante, o mercado financeiro tradicional força e faz pressão para que as CC se enquadrem numa política que se assemelhe com a política seguida e praticada pelo bancos convencionais, onde as taxas de lucros são as bases norteadoras de suas ações. As recomendações de Basiléia³ são importantes e necessárias para o sistema financeiro internacional, pois busca padronizar serviços e resultados do referido sistema mas é preciso fortalecer os padrões de existência funcionamento das CC, tendo como referência a realidade das CC, sem rasgar o acordo de Basiléia.

É vital para este debate que se dialogue sobre o percurso das CC, a partir da concepção de quem está por detrás dos diversos grupos das cooperativas de crédito, uma vez que há diferença, por exemplo, entre o perfil econômico de um cooperado grupo de médico da UNICRED ou dos funcionários do poder judiciário e o perfil de um agricultor familiar filiado à cooperativa de crédito da ASCOOB, do semi-árido baiano. Ou ainda, de um grupo de latifundiário do agronegócio do Centro-oeste goiano. Existem diferenças de objetivos e de missão entre estas.

Esse chamado fica ainda mais sério quando se tenta comparar ou exigir das CC o mesmo comportamento frente às economias de escala, como se essas instituições tivessem as suas intervenções pautadas pelo lucro e de forma globalizada e ainda mais, como se essas gozassem das mesmas condições que gozam os conglomerados financeiros, que as garantam a sobrevivência nas flutuações bancadas pelo mercado capitalista. As cooperativas de crédito

³ Sobre o acordo de Basiléia recomendo o acesso a documentos existentes no site do Banco Central do Brasil.

vinculadas ao movimento popular e solidário têm ainda o papel de superar a dura realidade socio-econômica, cultural da comunidade onde estão inseridas, em contraponto ao modelo perverso dos bancos comerciais de captar recursos nas diversas comunidades do país e carrearlos para os grandes centros financeiros. As cooperativas de crédito têm fixado o capital da comunidade na própria comunidade e no modelo das cooperativas filiadas à ANCOSOL têm-se buscado recursos externos para se somarem ao da comunidade, acontecendo um fluxo contrário de capital (ANCOSOL, 2007).

O papel das CC tem-se revelado relevante, tanto ao nível do sistema financeiro nacional, quanto para as comunidades onde estão inseridas. Essa afirmação tem como base dados do Banco Central (2007), sistematizados em um quadro demonstrativo elaborado pelo departamento de gestão da ASCOOB (2007), apresentado a seguir.

Quadro 2 - Participação das Cooperativas de Crédito nos principais agregados financeiros do segmento bancário, no período de 1997- 2006, em % - (COSIF)

Período	Quantidade	Patrimônio Líquido	Ativos Totais	Depósitos	Operações de crédito
Dez 1997	1.120	1.6	0.4	0.5	0.7
Dez 1998	1.198	1.6	0.5	0.6	0.9
Dez 1999	1.253	1.8	0.7	0.8	1.1
Dez 2000	1.311	2.0	0.8	1.0	1.2
Dez 2001	1.379	2.0	0.9	1.3	1.6
Dez 2002	1.430	2.2	1.0	1.5	1.8
Dez 2003	1.454	2.2	1.3	1.8	2.1
Dez 2004	1.436	2.6	1.4	1.4	2.3
Dez 2005	1.439	2.9	1.5	1.4	2.3
Jun 2006	1.443	2.7	1.5	1.5	2.2
Dez 2006	1.452	2.6	1.5	1.4	2.3

Fonte: Dados do BC (2007) – adaptado pelo Departamento de Gestão e Supervisão da ASCOOB (2007).

Sobre a quantidade de cooperativas de crédito no Brasil, nós já avaliamos em momentos anteriores mas vale destacar, e realçamos o perfil da estabilidade dos números de cooperativas de crédito, no período de 1997 a 2006. No entanto, os ativos totais triplicaram, saindo de 0,4% indo para 1.5%, assim como o percentual do volume de depósitos, com praticamente os mesmos valores (saiu de 0,5% indo para 1.4%). E isso significa que a população que residem

onde as CC atuam estão apostando cada ano mais nas CC, revelado no volume de recursos depositados, traduzidos nos ativos totais. Da mesma forma caminha o volume de operações de crédito praticado pelos cooperados junto às CC, que se avolumam, saindo de 0,7% e chega a um volume considerado, de 2,3%. Com tudo isso, o patrimônio dos cooperados, preservados na contabilidade da CC sai de 1,6%, em 1997 e chega a 2,6% dez anos depois. Se voltarmos os olhos ao Quadro 2, perceberemos que há, em todos os índices apresentados, uma média equilibrada de sua evolução. O Banco Central, têm uma forte influência nesse equilíbrio. Chegam a ser tão rigorosos que em algumas situações são considerados burocráticos, mas são reconhecidos, no tocante à avaliação dos movimentos cooperativos do ramo que melhoram, quando comparados com outras épocas, quando eram qualificados de ausentes e de perseguidores do referido movimento. De qualquer forma, acho que faz-se preciso o movimento continuar perseguindo a seriedade na criação e gestão das CC e na busca do controle social do BC, uma vez que a pressão do conglomerado bancário comercial é muito forte e vem de maneira globalizada, com um crachá do mercado financeiro internacional. Usando as botas e o charuto do Tio San.

Concluindo, é necessário reconhecer que planejar o desenvolvimento de um determinado território requer incluir o cooperativismo de crédito como aliado da dinamização da vida cultural, social e econômica da referida localidade. Se no Brasil isso implica em alguns desafios, imaginem no nordeste, no semi-árido baiano: *o primeiro* grande desafio é o de pensar o modelo de desenvolvimento sustentável, visto que ao longo da história, todos eles foram excludentes e perversos com a natureza; *o segundo* é pensar um modelo de gestão do crédito que extrapole e resista ao mundo capitalista, onde o lucro não seja o carro-guia, privilegiando a solidariedade e não a competitividade; *o terceiro* é a preocupação com o planejar a sustentabilidade das cooperativas de crédito e das comunidades, com destaque para a economia solidária e a agricultura familiar.

A seguir, conheceremos o território sisal, destacando suas principais características, para em seguida entender como as cooperativas de crédito atuam nesse referido espaço, na direção da dinamização econômica territorial.

Capítulo II – O Território de Identidade do Sisal⁴ – da fibra à sustentabilidade territorial

2.1. Passos introdutórios para uma tentativa de conceituação de Território

Este trabalho busca entender como se dá a participação das cooperativas de crédito no processo de dinamização econômica do território sisaleiro da Bahia e como estudamos os conceitos e o percurso histórico do cooperativismo de crédito no mundo e no Brasil, no capítulo um, enfatizaremos neste capítulo dois, aspectos relacionados com o território do sisal, um pouco de sua história, suas características, seus desafios e suas construções. Antes porém, trataremos um debate introdutório sobre conceituação territorial e sua evolução sob o olhar das diversas áreas de conhecimento. Inclusive, também, será feito um ensaio de uma breve análise da trajetória do debate do desenvolvimento territorial no Brasil, a partir do empenho do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Secretária de Desenvolvimento Territorial (SDT), assim como essa caminhada está acontecendo na Bahia, antes e depois das últimas eleições majoritárias para o Governo do Estado da Bahia, ocorridas em outubro de 2006, uma vez que o “Governo Bahia de Todos Nós”, tendo à frente o Governador Jaques Wagner (PT), definiu que a unidade de planejamento e execução das políticas públicas de estado serão os 26 territórios de identidades. Assim, iniciaremos com um breve debate acerca de algumas concepções sobre territórios, para embasar o debate referente ao território sisal.

O chinês Sun Tzu, em seu livro a Arte da Guerra, no décimo capítulo, escrito cinco séculos antes de Cristo e citado por Corrêa (2007), busca reafirmar a importância e a construção de um conceito de território quando afirma:

“A conformação do terreno é de grande importância nas batalhas. Assim sendo, apreciar a situação do inimigo, calcular as distâncias e o grau de dificuldades do terreno, quanto à forma de se poder controlar a vitória, são virtudes do general de categoria. Quem combate com inteiro conhecimento destes vence, de certeza, quem não o faz é, certamente, derrotado.” (SOUZA, 2007, p.77).

⁴ Sisal – (agave sisalana, L.) Cultura oriunda do México, é cultivado no Brasil desde o princípio do século XX. O cultivo do sisal encontra condições adequadas para o seu desenvolvimento em clima árido. Planta de porte médio, com folhas pontiagudas. Mais detalhes sobre a planta mais adiante (ASCOOB, 2005).

Souza (2007), reforça a idéia de Sun Tzu que reconhece, intuitiva e teoricamente, a importância do espaço enquanto instrumento de manutenção, conquista, ampliação, perda e exercício de poder e o uso da situação de guerra reflete a perspectiva de disputa, de conflitos, de “prolongamento da política por outros meios”. O território, referenciado pelo supracitado Chinês e que também é o centro desse Capítulo é, para nós, espaço concreto e definido, moldado a partir das relações e fundamentalmente de relações de poder. Não se pode conceber a criação, conquista, manutenção ou ampliação de território sem conflitos. E esse é um quadro de fato dialético, na medida em que o somatório dos interesses envolvidos (des)constrói ou re-define a concepção de território desejado. Afinal de contas, há sempre os sujeitos querendo influenciar ou dominar os processos, as construções e resultados ou os grupos. E como se sabe, as realidades estabelecidas resistem às mudanças, são possuidoras de uma postura conservadora, seja relacionada à cultura, aos valores políticos, econômicos, sociais (...).

O aspecto temático do poder, que abriu este capítulo, vai nos acompanhar ao longo desse trabalho ora de forma clara, ora travestido de outros elementos, como aconteceu no primeiro capítulo, mas queremos voltar a dar um enfoque conceitual para embasarmos e direcionarmos nossa atenção sobre o desenrolar deste capítulo assim como no terceiro, uma vez que dialogaremos sobre o papel das cooperativas de crédito sobre a dinamização econômica do território sisal. Por isso mesmo é que chamamos a atenção para este aspecto uma vez que sobre e sob esse conceito existem diversos conceitos. Alguns deles equivocados, mas não intencionais e todos eles quando se diferenciam, diferenciam-se lastrados em concepções e essas concepções se orientam nas conhecidas e ricas correntes de pensamentos. Esse debate está mais avançado em algumas áreas de conhecimento, a exemplo da geografia, da antropologia, sociologia, economia, muita embora houve muito evolução ainda existem muitos conflitos e equívocos (...), mas não vamos nos aprofundar nessas divergências teóricas, já que não é nosso foco central, não obstante tomaremos postura a cerca dos princípios conceituais de território.

Vale destacar que a variação de conceitos de território, a partir das diversas correntes e ciências do conhecimento, carrega um risco de reducionismo em torno de um termo tão subjetivo e tão real, tão utilizado corriqueiramente e de uma complexidade infinita. O fato da produção conceitual das diversas correntes promove o risco do reducionismo conceitual mas

também trás o seu lado positivo que é a amplidão de possibilidades de conceitos e a riqueza da produção de conhecimento.

Sposito (2004) destaca, por exemplo, a geografia com sua variada riqueza de concepções de território, que para ele serve de “porta de entrada” para a discussão desse conceito. Dentre essas concepções podemos destacar algumas, dentre elas “uma primeira denominada de *naturalista*, segundo a qual território aparece como imperativo funcional como elemento da natureza inerente a um povo ou uma nação e pelo qual se deve lutar para proteger ou conquistar” (Sposito, 2004 p.16).

Sposito (2004) citando Sposito (2000) apresenta uma segunda abordagem, que é mais *voltada para o indivíduo*, diz respeito à territorialidade e sua apreensão, mesmo se carregar forte conotação cultural. Ai se tem temos o território do indivíduo, seu ‘espaço’ de relações, seu horizonte geográfico (...). Nesta segunda abordagem, a territorialidade “pertence ao mundo dos sentidos e, portanto da cultura, das interações cuja referência básica é a pessoa e a sua capacidade de se localizar e se deslocar” (p.17).

É muito comum o *conceito de território ser confundido com o conceito de espaço* e, nesta perspectiva, Sposito (2004) apresenta um terceira abordagem e afirma que nessa situação ,o território “vai além de sua condição de suporte das relações de produção, incorporando-as verticalmente”. Mas uma quarta abordagem revela que essa situação pode ser abstraída a partir do momento em que esta abordagem é referenciada pelas “transformações que a sociedade impõe à natureza”.

Aproveitando a oportunidade, já que nestas quarta e quinta abordagens são relacionados território e espaço, voltamos a Souza (2007) para recordar que o termo território nos remete normalmente o “território nacional”, “em grandes espaços, em sentimentos patrióticos (ou mesmo chauvinistas), em governo, em dominação,, em ‘defesa do território pátrio’, em guerras (...)”. O referido autor ainda nos provoca sobre a possibilidade desse território ser entendido também em escala nacional e em associação com o Estado como grande gestor, não obstante em tempos de globalização esse governo-gestor fica cada vez mais vulnerável. Mas, “ele não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala ou associação com o Estado”.

Não existe regra de escala para definição de território, é possível ser definida numa aldeia de índios, num quilombo, num bairro urbano (...) e até numa *realidade virtual*, como por

exemplo *o território da solidariedade*, estimulada por Betinho ou ainda o das drogas, marcado pelo referencial das favelas do Rio de Janeiro ou dos plantations de drogas nas terras do Juazeiro/Petrolina. Este território pode ter dimensões internacionais como o território do Mercosul (Mercado do Cone Sul), o da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Além da infinita possibilidade da escala de tamanho do território, apresenta-se ainda uma outra escala sem possibilidade de limite, que é a escala temporal. Esta também extrapola uma métrica padrão, isto é, não se pode dizer que determinado território pode ser construção ou existência predestinada de milênios, séculos, décadas, anos, meses, dias. Conforme Souza (2007) “territórios podem ter um caráter permanente, mas também a maior parte pode ter uma existência periódica, cíclica”. E conclui, lamentando que a grande maioria da literatura científica, tradicionalmente restringiu o conceito de território carregado de carga ideológica: o “território nacional”, ou seja do Estado-Nação. Vale destacar que por mais que os elaboradores de políticas, ou os movimentos de forma geral busquem sempre colocar cercas, muros, limites ao que chamamos de fronteira territorial, mesmo que seja necessário estabelecer os contornos de “determinado território”, como exemplo de países, tribos, municípios etc. é praticamente incontrolável a sua expansão ou redução, sua incorporação em outros ou sua ampliação pela junção de outros. Fronteiras territoriais são necessárias à construção da identidade dos referidos territórios, mas é feito comportamento do mar: ora avança terra firme a dentro ora recua esvaziando seu leito. É necessário um método científico rigoroso para que aborde essa questão de escala temporal, espacial e de fronteiras (...) sem que se lacre, de forma hermética, o território ou deixe brechas que possam comprometer a ação articulada dos diversos sujeitos com envolvimento territorial. O método encontrará desafios evolutivos no que respeita a vida dos territórios em momento de globalização e de momento de revoluções tecnológicas cada dia mais competentes no sentido de difundir modelos e concepções variadas e distintas das vividas nos territórios espalhados por cada canto do mundo.

Outro recorte relevante também foi o da identificação de território sob o signo da região, muito utilizado no Brasil, desde a colonização para identificar *os pedaços que compõem um todo do “território nacional”*, caracterizando, equivocadamente, cada macro-região como, *um taco de terras de forma padronizada*, homogêneas, e numa perspectiva de que fosse hermeticamente fechada.

Não obstante, é Corrêa (2002) que vai nos convidar a ter cuidado com o termo região, já que considera o conceito de região, complexo, por “está ligado à noção fundamental de diferenciação de área, que dizer, a aceitação da idéia de que a superfície da terra é constituída por áreas diferentes entre si (p.22)”.

Dada a temática de nosso estudo trago, novamente, a preocupação com o fato de que *região não é recorte de espaço*, que nela se moldam os comportamentos sociais, ambientais, políticos etc. Na tentativa de discutir a dinamização econômica territorial do sisal faremos sim um recorte sobre alguns aspectos revelados por Corrêa (2002) quando nos a atenção afirmando que

“As regiões funcionais, apesar da inadequação do termo, são definidas de acordo com o movimento de pessoas, mercadorias, informações (...). Identificam-se, assim regiões de tráfego rodoviário, fluxos telefônicos ou matérias-primas industriais, migrações diárias para o trabalho, influência comercial das cidades, etc.”.

Mesmo entendendo que nosso recorte metodológico de estudo é a dinamização econômica territorial, teremos o maior cuidado em fazer uma abordagem que reflita a vida do território, relacionado com o tema, pois como foi abordada, nesse capítulo, a territorialidade tem fronteiras físicas e subjetivas nada fáceis de serem identificadas e analisadas. Além disso, há uma dinâmica que envolve a evolução do desenvolvimento territorial que promove, uma auto-dinamização (ou não, dos territórios). E, transportando essas considerações para o conceito e concepção de região é, necessário ouvir Corrêa (2002) mais uma vez quando comenta que “as regiões homogêneas e funcionais tendem a ser mutuamente excludentes no mundo capitalista, pois dizem respeito a fenômenos que se comportam, cada um deles, com especialidade própria (p. 35)”. Essa preocupação tem inspiração em Santos (2005) quando afirma que os “homens organizam sua sociedade no espaço” e assim, da mesma forma que a concepção, o uso que o homem faz do espaço sofre também mudanças.

Enfim, de qualquer sorte, remontamos o diálogo do início desse capítulo que aborda a relação entre *território e poder*, já que aqui, nesse aspecto, sobre região o poder é algo presente e determinante, desde a origem desse debate. Já nas passagens bíblicas e na continuidade da trajetória da antiguidade surgem e consolidam histórias em um quadro de conquistas e desafios territoriais. A partir da leitura de Corrêa (2002) podemos citar três momentos

distintos e importantes para a construção dos conceitos e da concepção sobre território, através da relação região e poder):

“ Tanto império romano como o persa estavam divididos em regiões ou unidades territoriais de ação e controle. Regio e satrápia são denominações que designam essas unidades. As satrápias do império persas eram governadas pelos sátrapas, os ‘olhos e ouvidos do rei’; a palavra região vem do latim regio, que por sua vez deriva do verbo regere, isto é, governar, reinar.

No feudalismo, a regionalização, vista como forma de ação e controle, tinha sua expressão nas marcas, nos ducados e nos condados, governados, respectivamente, por marqueses, duques e condes.

No capitalismo, as regiões de planejamento são unidades territoriais através das quais um discurso da recuperação e desenvolvimento é aplicado. Trata-se na verdade do emprego, em um dado território, de uma ideologia que tenta restabelecer o equilíbrio rompido com o processo de desenvolvimento (...), (p.48).

Este debate acerca da construção dos conceitos e da concepção sobre território, através da relação região e poder é muito atual e continuará sendo no percurso histórico dessa construção. É também possível se perceber, no Brasil, nas duas últimas décadas do século XX e a primeira do século XXI, a tentativa de controle social sobre o território e não só controle sobre o Estado. Exemplos concretos e bastante visível é o do MST (Movimento dos Sem Terra), de trabalhadores rurais e da agricultura familiar etc. que buscam a conquista da construção e consolidação de território que tenham a sua identidade. Por conta da realidade de que toda construção, conquista ou estabelecimento de território é uma ato acima de tudo político é que justifica a existência de conflitos, de negociação de interesses (ou tentativa de imposição deles).

A professora Marilda Menezes (2006)⁵, tomando como referência *A Brecha Camponesa*, contribui com este debate sobre conceitos e concepção de território *primeiro* nos convidando a entender que os territórios são “espaços de resistência e memórias” e, *segundo*, fazendo quatro considerações para compreendermos o território:

- Como formado por processos que envolvem desigualdades sociais, interesses econômicos, políticos e culturais divergentes e, portanto, os conflitos são constituintes da formação social;
- O foco central são os múltiplos sujeitos sociais que constroem o território e não propriamente os sistemas econômicos. Assim, ressalta-se a heterogeneidade de práticas, visões de apropriação da natureza, de relações econômicas, sociais, políticas e culturais;
- Inspira-se nas linhas sociais teóricas da história social que questiona uma interpretação a partir de sistemas dominantes, das classes dominantes, das elites agrárias e propõe compreender a história ‘a partir dos de baixo’, dando visibilidade aqueles sujeitos considerados ‘sem história, sem voz, despossuídos’;
- A partir de uma visão histórica não apenas constituída de ‘vencedores’, mas também de sujeitos sociais silenciados, submetidos a sistemas de exploração e repressão, mas que como sujeitos sociais e não como objetos, não foram totalmente passíveis àquelas condições, mas desenvolveram práticas diversas de resistência, muitas vezes, invisíveis, silenciosas, secretas para se protegerem contra as ameaças de represálias.

Sobre os quatro aspectos lembrados pela professora Marilda Menezes (2006) é necessária destacar a preocupação com a origem da formação do corpo, sangue e alma do “território” brasileiro, caracterizada como uma formação colonizadora, que conduziu à dependência de um modelo eminentemente concentrador de renda, que na sua base a acumulação do capital.

A reflexão acerca da formação dos territórios traz consigo a realidade de que os mesmos são formados sob um signo de duas faces distintas: *de sistemas dominantes*, conforme reforça Menezes (2006) ou a partir dos territórios a ‘partir dos de baixo’ ou sem voz, sem vez, os despossuídos, no sentido de se estabelecer o território da resistência, da memória, da

⁵ Aula da disciplina Oficina de pesquisa, coordenada pela professora Marilda Menezes e Mércia Rangel, exigida para cumprimento de crédito do curso CEDRUS/UFMG-MDA/SDT, em 22/03/07, com base em texto-base (slides) denominado *Unidade I – Territórios: espaços de resistência e memórias*.

reprodução social. No primeiro caso tem-se as elites agrárias, industriários, (...) e do outro, tem-se por exemplo, os quilombos, os terreiros, os sem terra, comunidades ribeirinhas etc.

O professor Milton Santos, em uma entrevista em 2000, indagado sobre como ele relacionaria o conceito de território e globalização, ele afirmou que o território em si, não é um conceito. Pois só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir de seu uso, a partir do momento em que se pensa junto com os atores que dele se utilizam. Mas, no relacionamento entre o conceito de território e o processo de globalização ele afirma que

“A globalização amplia a importância desse conceito. Em parte por causa da competitividade, cujo exercício, levando a uma busca desesperada de uma maior produtividade, depende de condições oferecidas nos lugares de produção, de circulação e de consumo. Isto é, tem lugares mais apropriados para aumentar o lucro de alguns, em detrimento de outros (...)”, (p.22).

Na verdade, Santos (2000) quis elucidar-nos para o fato de que a competitividade descobriu ‘o lugar’ como espaço importante e necessário para aumentar seu poder. Se uma determinada empresa perde ‘aquele lugar’ outra ocupa. Então os ‘lugares’ tornam-se essenciais ao processo produtivo, nas suas diversas etapas, e assim passam a ter um papel que não tinham antes. E conclui relatando que “a globalização revaloriza os lugares e os lugares – de acordo com o poder que podem oferecer às empresas – potencializam a globalização, na forma em que está aí, privilegiando a competitividade” (p.23).

Com essas considerações supracitadas do Santos (2000) fica ainda mais implícito a presença do elemento poder aliado ao território e com ele vem a apresentação de uma predominância dos conglomerados econômicos na definição da trajetória do mundo e isso nos leva a provocar o que esse desenho territorializado tem a ver com os projetos políticos das ações dos grupos sociais, que buscam os “espaços de resistência e memórias” ? ou se este desenho está servindo aos senhores maestros da orquestra, chamada globalização, para colocar os territórios a serviço do capitalismo. É claro que tenho ciência e crença de que há uma territorialidade sendo construída pelos movimentos populares, diferente dessa manipulada pela globalização capitalista. Porém, enquanto elaborador de um trabalho crítico fico na responsabilidade de provocar-me e provocar os sujeitos sociais que buscam construir um território da solidariedade, ao invés do território da competitividade. Aliás, vale destacar a obediência ao

cumprimento do conselho de Marx quando pediu que evitássemos o “erro do século”, que é, na verdade, “tomar uma fase histórica por outra”. Assim, quero afirmar a necessidade de termos métodos de análises rigorosos para evitarmos consequências tão sérias ou piores do que aquelas que definimos como reais e aliadas do desenvolvimento, em outras fases históricas.

Quanto a postura de crítico, Santos (2000) faz ainda uma dura análise da postura dos grupos de oposição ao modelo globalizante, ligado ao capital. Ele acha que o comportamento daqueles é muito passivo e não apresenta alternativas de superação. De um lado a globalização capitalista coloca elementos muito pequenos para o debate e do outro, a resposta é ainda menor por parte da oposição. Como exemplo ele cita o dado fiscal, que gera um debate e até envolve a sociedade, mas não é esse o ‘pano de fundo’. E ele nos pede que sejamos sempre críticos, sempre “do contra”, afinal o papel do intelectual é esse, de questionar sempre, no sentido da reconstrução.

A nosso ver o pano de fundo proposto por Santos (2000), que ele considera uma questão maior é o modelo de desenvolvimento da sociedade. Para isso, precisamos de um conjunto de princípios e ele nos oferece alguns quando afirma que

“(…) não serve falar de território em si mesmo, mas de território usado, de modo a incluir todos os atores. É importante saber que a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado, e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual. De fato, cada momento da ação inclui a Terra e os homens, sobre os quais tal ação se realiza. E essa ação seria outra se outros fossem o território e o seu uso. Mas não estamos acostumados a esse raciocínio e pensamos a história como se fosse uma relação direta dos homens com a terra, sem a intermediação das heranças sociais e materiais e do presente social”

Para concluir esse debate sobre desenvolvimento recorreremos a alguns conceitos acerca de território para entendermos melhor quando relacionarmos a temática de nosso estudo, que é o Desenvolvimento Territorial e sua relação com a ação das cooperativas de crédito no Território Sisal. Assim, primeiramente referendamos nosso olhar sobre a concepção que

garante a premissa dos princípios do que consideramos território e a partir dele fica melhor, metodologicamente concordarmos ou construirmos um conceito que se aproxime melhor do que queremos expressar quando falarmos em território e em desenvolvimento territorial.

Sposito (2004), citando Haesbaert (1997) prefere iniciar classificando as vertentes na interpretação conceitual do território de maneira diferente. Para ele, três vertentes básicas são: a jurídico-política, uma segunda que ele denomina de cultural (ista) e a terceira considerada econômica.

Na concepção da vertente jurídico-política, “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”. Pode-se destacar aqui uma das causas da origem do Estado, “ao defender o papel da soberania como um componente inseparável do Estado”, e conclui complementando que o direito, em seu conjunto, nunca elaborou algo sobre o território a não ser em sua relação com o Estado. O território, aqui, é considerado como uma instância de administração do Estado e o Estado, então se vê como tal: proprietário, gerente do território, com determinação de limites rígidos e regras claras (nem sempre). Digo sempre pois as fronteiras são perversas e discriminatórias e contribui para revelar outros segredos. Por exemplo, é muito comum que pessoas sejam constrangidas pela polícia, ao cruzarem algumas fronteiras, como as que separam a América Latina da América do Norte ou até mesmo a fronteira entre Brasil e Argentina, no Mercosul. Não obstante, os capitais que circulam entre as contas bancárias são ovacionados e recebidos com anúncios estatísticos na imprensa. É portanto, um território burocratizado em nome do capital.

Na segunda concepção, a cultural(ista), é priorizada “sua dimensão simbólica e mais subjetiva, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”. Aqui destacamos o papel de certas instituições, como a igreja católica na construção do território europeu, que soube atuar de forma a criar um território forte e que conseguiu inclusive, influenciar outros estados que não apenas o Estado Europeu, em sua totalidade e em seguida ganhou o mundo. Da mesma forma o mercado conseguiu, como visto anteriormente, criar uma cultura territorial simbólica dominante e globalizante.

A terceira e última vertente é considerada a econômica, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho” (p.18). Talvez seja por relacionar capital-trabalho e pela relação de dominação pela via econômica, fruto do empenho do capitalismo, que esta vertente tem se destacado sobre as outras e por isso mesmo tem sido motivo de duras críticas. E justamente nesta é que o Estado tem buscado interferir, em favor, normalmente, do grande, usando a insígnia da estabilidade, do equilíbrio e do bem-estar. Aqui se destaca ainda tópicos relevantes e atuais, revelados como imprescindíveis para o desenvolvimento da sociedade, como um todo, a exemplo de, produtividade, infra-estrutura, mercado, a divisão do trabalho, surgimento das cidades, população etc.

Para Claude Raffestin (1993) “espaço e território não são termos equivalentes”. Para ele, o espaço é anterior ao território e que o território é formado a partir do espaço, e é resultado de uma “ação conduzida por um ator sintagmático (quem realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (...), o ator ‘territorializa’ o espaço”, (p.21). No contraponto, Santos (2000) afirma ter renunciado a busca da distinção entre espaço e território. Chega inclusive a afirmar que “houve um tempo em que a gente discutia muito isso: ‘o espaço vem antes’, não, o que vem antes é o território”. Em seguida, é categórico ao relatar que esse debate são filigranas que não são indispensáveis ao verdadeiro debate substantivo. E diz que usa os dois alternadamente, esclarecendo antes onde quer chegar com cada um. O que importa para ele é a inclusão de todos atores, conforme foi registrado anteriormente.

Esse debate, em torno do conceito e concepções do território, dentro das diversas áreas de conhecimento assim como entre as correntes ideológicas, partidos políticos, esferas de governo (...) acontece no Brasil, desde a década de sessenta, mais vai tomar corpo nas três últimas décadas do século XX. A Europa é de fato o berço desse debate, mas o Brasil tem um posto importante nessa construção, com destaque para Milton Santos e Celso Furtado.

Para Ricardo Castillo (2003), citado por Sposito (2004) “o território brasileiro apresenta-se como um verdadeiro laboratório em escala real”. Ele afirma isso por causa das grandes disparidades territoriais – apesar do “Estado e o território terem sido inventados de fora” (p.24). Reforça, o autor, comentando que “cada período imprime sua marca na maneira como o território é organizado e usado” e considera, por final “o peso da história natural sobre o

território brasileiro” (p.24). Aproximando o conteúdo deste texto de um razoável conceito teórico, Castillo (2003) conclui que

“a organização do território, compreendida como conjunto de possibilidades de ação, dadas pela distribuição e arranjo, em cada momento, de objetos naturais e técnicos das mais variadas idades, quantidade e qualidades, obedece às estratégias dos agentes que podem atuar em escalas que vão além do lugar e da região”, (p. 24).

Orientado pela mesma trilha que coaduna com o pensamento de Milton Santos, Horacio Bozzano (2004), escritor argentino, citado por Sposito (2004), sobrepõe os conceitos de território e de espaço, afirmando que

“em uma primeira aproximação, o território ou espaço geográfico é um lugar onde se desenvolvem processos naturais e onde ocorrem processos sociais, cuja combinação o torna mais complexo que qualquer visão analítica profunda de seus componentes. Neste contexto, o território não é só a soma e a combinação de formas espaciais e processos sociais. Em sentido amplo e enquanto cenário de articulações complexas entre sociedade e natureza, o território contém estes e suas vinculações. Portanto, o território não é a natureza nem a sociedade, nem sua articulação, mas é natureza, sociedade e articulações juntas. Neste sentido, cada processo adotará uma espacialidade particular. (...) A particular combinação de espacialidades permite reconhecer a territorialidade” (p.25).

2.2. O território sob olhar e as preocupações de brasileiros, baianos e sisaleiros

O território tem e sempre teve um papel político, independente de onde esteja localizado. E para o nosso estudo, em especial, é necessário um zelo no método de análise para não limitar o debate da dinamização econômica do Território do Sisal aos limites dos muros da ciranda financeira, até por que o agente relacionado são as cooperativas de crédito filiadas à ASCOOP. Aliado a esse nosso caso, tem uma referência que estudamos para entender qual a relação entre o Brasil e o que aconteceu coma Terceira Itália, que é uma “região que se constituiu a partir da localização, no território, de uma nova forma de se organizar para produzir” (Sposito, 2004). Embora o território do sisal tenha muita semelhança com alguns

aspectos existentes no referido território italiano (pequenas unidades produtivas, estrutura familiar como hierarquia dentro da unidade de produção, atuação de empreendedores rurais e urbanos sem muita preocupação com o modelo fordista de produção...), o território sisal não teve em seu percurso com tal traçado de construção histórica.

No exemplo citado com a realidade italiana houve um empenho da capacidade cultural do empreendedorismo, presente nos empresários e no Estado italiano. No Brasil, o debate sobre desenvolvimento territorial surge a partir do primeiro ano do Governo Lula, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). E sobre esse aspecto levanto duas questões para debates posteriores:

- O primeiro é que o processo é uma iniciativa do Governo Federal, sob o olhar, o interesse e a participação do movimento popular rural, com destaque para os segmentos ligados à agricultura familiar, trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas, pescadores, movimento ligado à educação do campo (...), suas representações e organismos de assessoria etc;
- O segundo é que este movimento teve, e ainda tem uma placa do mundo rural e mais, o processo se inicia pela via dos excluídos, historicamente. Isso se deu por uma estratégia de sobrevivência do referido projeto político voltado para a inclusão e o desenvolvimento nacional;

Quanto a primeira questão não há muitas tensões dado o apoio que tem recebido de segmentos de muitas matizes nacional e internacional. Porém, queremos destacar o fato desse processo ter sido puxado pelo segmento em questão. Esse fato traz um sentimento de prazer para determinados grupos que viram seu apelo histórico atendido, no sentido de se ver e ter um caminho concreto de se construir política de desenvolvimento. Por outro lado, o MDA/SDT tem que administrar conflitos e desafios, assim como os demais sujeitos envolvidos, neste projeto político. E os conflitos se configuram a nosso ver, de duas naturezas:

Como envolver outros segmentos que não militam o movimento rural, já que não há desenvolvimento dos territórios rurais sem que seja alinhado com um desenvolvimento mais amplo – do município, por exemplo? Esse debate deverá atrair outros segmentos, também estratégicos da sociedade;

Como articular esse projeto para que se transforme em uma política pública de Governo (embora já seja considerada), onde todos os ministérios possam assumir responsabilidades, assim como em outras instâncias de governo, a exemplo dos governos estaduais e municipais. E não seja colocada a responsabilidade sobre a mesa e orçamento do MDA.

Vale destacar um fato elucidador relacionados com essas nossas preocupações. O governador Jacques Wagner, eleito em 2006, para governar a Bahia, no período entre 2007 a 2010, adotou os vinte e seis territórios como unidade de planejamento, execução e monitoramento das políticas públicas. Mesmo reconhecendo a decisão política do Governador, na efetivação dessa decisão surgem algumas dificuldades. A saber:

- A maioria das secretarias de governo do Estado da Bahia reagiu ao fato dos territórios estarem vinculada apenas ao mundo rural. Mas conseguiu se chegar a um acordo em ampliar os conceitos e a atuação para uma dimensão maior que o rural e se definiu por denominar o que era chamado de Territórios Rurais de Territórios de Identidade. Mudou-se a nomenclatura, mas é sabido que a força do movimento territorial na Bahia vem do mundo rural;
- Outro desafio habita ao nível de Governo, onde os desenhos da geografia de atuação das Secretarias de Estado é uma verdadeira teia de aranha. Cada secretaria e seus respectivos órgãos têm um mapa que se sobreposto não se combina de forma nenhuma na sua totalidade. E esse fato não se muda da noite para o dia, mas requer um empenho dos gestores. Além dos órgãos de governo vigoram ainda outras geografias a partir da atuação de órgãos do Governo Federal (Banco do Nordeste, CONAB, Banco do Brasil, Caixa Econômica, DNCOS, CODEVASF,...) e ainda existem os mapa das ONGS e das entidades representativas da sociedade civil (sindicatos, associações, MST, cooperativas,...);
- O envolvimento do Estado não significa necessariamente a participação das prefeituras municipais, que têm um papel importante nesse processo de desenvolvimento territorial;
- O Governo do Estado, através de suas diversas secretarias, realizou nos primeiros 10 meses de governo, em 2007, atividades nos territórios e, parceria com a Comissão Estadual dos Territórios (CET), como conferências temáticas e as plenárias territoriais para elaboração do Plano Plurianual Participativo (2008-2011), coordenado pelas secretarias de Planejamento (SEPLAN) e das Relações Institucionais (SERIN).

Para assumir essa responsabilidade perante o Estado da Bahia, a CET, sente-se vitoriosa no sentido de ter conseguido estar vendo a matriz territorial orientando as políticas públicas estaduais, não obstante ressentir-se de algumas dificuldades, a exemplo:

- Os 26 territórios estão buscando concluir o processo da organização jurídica e gestão, do Plano de desenvolvimento territorial sustentável (PTDRS) etc. mas falta-lhes infra-estrutura (sedes, pessoal, recursos financeiros, plano de qualificação,...);
- O mais preocupante e necessário de se cuidar é a mobilização de pessoas/instituições para se envolverem no processo de desenvolvimento territorial (DT), uma vez que com a definição do governo da Bahia em adotar os territórios de identidade como base de elaboração e execução das políticas públicas aumentou em muito o número de atividades dos territórios.

A CET começou a existir em 2004, mas desde 2003, que já havia, na Bahia, iniciativas de construção de um canal estadual para mobilizar o processo de DT e que tivesse uma forte consonância com o Governo Federal, através da SDT/MDA. Antes mesmo de 2003, o território do sisal já existiu, por conta da ação articulada entre movimento sindical, através do Pólo Sindical (FATRES), da Associação dos Produtores do município de Valente, movimento de rádio comunitária, de mulheres, jovens, associações, cooperativas de produção e de crédito (...), sob o apoio de setores a igreja católica e do Movimento de Organização Comunitária (MOC), que além de prestar serviços de assessoria, contribuiu em muito em captar recursos externos, a exemplo de convênios com a OIT, UNICEF, CORDAID, DISOP, assim como órgãos do Governo Federal e do Estado, em menor escala. O MOC também contribuiu com o processo de articulação entre os movimentos populares da região e outras ONG's do nordeste e do Brasil, bem como os órgãos do Governo Federal, a exemplo do próprio MDA/SDT. Isso contribuiu em muito para o estabelecimento de um território de identidade com a marca e a fibra do sisal, como veremos a seguir.

Percorremos um trajeto neste capítulo tentando entender os conceitos, as concepções e as contradições aí existentes para, agora na caracterização do território sisal, entender de quais

conceitos e concepções estamos falando e como podemos utilizá-los. Reforçamos o aceite, ainda que com crítica a alguns aspectos dos conceitos utilizados. Mas os tomo referências⁶.

2.3. Desfibrando e conhecendo a história do Território de Identidade do Sisal

A história da construção do território do sisal da Bahia, confunde-se ora com o sofrimento característico do semi-árido, aliado ao domínio dos políticos corruptos e autoritários (...) e ora com a força e resistência do povo sertanejo, presente na planta e nas fibras do sisal. É uma caminhada que revela o contraste entre o sofrimento e a riqueza, que existem no mesmo lugar. Iniciemos com um pouco dessa história, que foi relatada no Quadro de Referência do Território Sisa⁷.

É no semi-árido brasileiro que em 1936 o Governo Federal delimita e denomina uma área significativa da maior parte do então chamado **Polígono das Secas**, região de extrema pobreza que envolve áreas dos nove Estados nordestinos e norte de Minas Gerais e parte do Espírito Santo, que mais tarde, com a SUDENE, viria, teoricamente, a ter atenção particular das ações na região. O que destacamos aqui é que a delimitação do Polígono das Secas não atendeu à demanda central desse espaço geográfico para que houvesse a definição de políticas públicas para a superação da realidade histórica de dependência, pobreza e miséria. Essa mesma definição serviu muito mais de fortalecimento do quadro de submissão política dos mais pobres, bem como para se agravar as diferenças econômicas regionais entre o semi-árido e as demais delimitações geográficas. O polígono das secas veio consolidar, na história das regiões áridas do Brasil um quadro de pena, de impossibilidades, de um “bando de coitadinhos” e isso marcou muito a história do semi-árido, que sempre se comportou assim e se acomodou por muito tempo e mesmo que tenha superado essa situação, ainda tem muita barreiras para serem ultrapassadas.

Em todo semi-árido baiano desenvolveu-se, uma pecuária extensiva e com **Base Latifundiária**. Os grandes proprietários, em grande parte ocupando as terras devolutas do Estado, iniciam o processo de uso da terra com essa prática político-econômica. Da mesma

⁶ MDA/SDT. Referências para a gestão de territórios rurais. Documento Institucional, n.1,2,3. Brasília: MDA/SDT, 2005. E os documentos da CET. Desenvolvimento territorial na Bahia, 2004.

⁷ Atividade obrigatória exigida como conclusão de crédito de disciplina do curso CEDRUS.

forma que se deu com a pecuária, com o café, com a cana de açúcar, com o cacau (...) em outras regiões, a cultura do sisal, que configurou a dimensão do próprio território, dá-se numa das áreas mais pobres do semi-árido baiano, e traz no seu âmago o fortalecimento da concentração de renda; o descuido com o meio ambiente; o atraso tecnológico; o desrespeito com as relações trabalhistas e a intervenção na política eleitoral regional implementando a política do favor, do assistencialismo e do paternalismo e principalmente a política do chicote. Destacamos ainda que dos tempos coloniais a região e em especial o território do sisal herda, com as suas reais configurações, uma forte visão mítico-religiosa de mundo. No semi-árido baiano, e em particular na região do sisal *se desenvolvem alguns dos mitos de salvação do povo de deus, sofrido e oprimido*. Esse quadro de uma cultura latifundista, da prática do monocultivo e a política partidária de privilégios deixaram marcas profundas na história de toda a região sisaleira⁸ e em especial no Território do Sisal.

As práticas econômicas desenvolvidas no território, ao longo de sua história, contribuíram para que fosse construída a sua *identidade*, ou afinidades eletivas, não apenas dentro do território mas também entre os municípios e comunidades vizinhas, que se articularam politicamente e culturalmente a fim de que pudessem comercializar seus produtos e trocar experiências. Embora extintas, mas até hoje algumas comunidades ainda cultivam a cultura do antepassado, seja na labuta com o licuri ou ouricuri, com o manejo da caprino-ovinocultura, a casa de farinha artesanal, os mutirões, e como marca maior a atividade diária com o sisal, etc. A distância cultural e política da capital aumentou ao longo dos anos. “Ir à Bahia” significava uma longa viagem para chegar a capital baiana (PTDRS, 2006). Nesse sentido, enquanto prática e experiência, essa região e suas afinidades eletivas constrói a *cultura sisaleira* nas seguintes bases: política coronelista sustentada pelo medo e constante situação de pobreza; assistencialismo, também marcado pela força das oligarquias locais e da região; e por último (mais recentemente) por uma *cultura de resistência e de enfrentamento* que fez dessa região a pioneira no semi-árido nordestino em forjar uma forma de luta que escapasse do medo dos antigos coronéis e atuais fazendeiros.

Se de um lado a história apresenta-se com um perfil marcadamente autoritário, paternalista e até mesmo desumano, por outro a história revela um *processo de construção e fortalecimento*

⁸ A área denominada e produtora de região do sisal no Estado da Bahia consta de **30** municípios, inclusive compondo mais outros seis territórios (SEI, 2007). Na realidade, o território do sisal se localiza-se no centro da região produtora de sisal.

da organização social muito forte e bem articulado. Internamente, aos passos dados pelo território, a ala progressista da igreja católica teve um papel estratégico e paralelo a isso o movimento sindical e ONG's - com destaque para o MOC, que atuam na região fortalecendo essa trajetória. É por conta disso que nessa primeira década do século XXI o território se apresenta com uma rede de entidades muito bem tecida e estendida no território e principalmente para além dele. A rede conta com um conjunto de sindicatos de trabalhadores rurais e pólo sindical, movimento jovens, de associações comunitárias, de coletivos de jovens, grupo de mulheres, de rádios comunitárias, de cooperativas de produção e crédito, agência de desenvolvimento solidário (ADS) da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura (CONTAG) etc. Neste sentido a história deixa heranças significativas.

Sendo assim, a história do território confunde-se, como noutras, com a produção econômica e as relações sociais. Essa base relacionou-se de forma significativa com a herança portuguesa, indígena e os quilombos para formar a visão de mundo própria do sertanejo e do povo do território de identidade do sisal. Em certo sentido as manifestações culturais da região formam a história social de suas populações.

Buscou-se então, no Sisal, antes mesmo do Governo Lula acenar com a política de desenvolvimento territorial, em 2003, criar-se um debate e uma construção que pudessem não apenas “juntar municípios” ou aglomerar grupos, mas articular forças, definir objetivos comuns e se desenhar um trabalho onde as demandas sociais fossem, o motivo central das buscas, lutas, dos debates e foco das políticas públicas. Neste caminhada do território do sisal em busca do desenvolvimento, não se busca apenas identificar os governantes, e seus atos políticos para buscar e tomar decisões para se resolver as questões pendentes. Os sujeitos envolvidos, na tentativa de aproximar-se mais da realidade dos fatos, têm buscado os diversos sujeitos para compreender o processo histórico e seus respectivos papéis como um fato imprescindível da construção social, identificando e reconhecendo a função exercida pelos sujeitos coletivos da classe trabalhadora, de empreendedores, empresários, movimentos sociais (...). Segundo Fiamocini (2006), secretário executivo do conselho do desenvolvimento territorial do sisal, em reunião de levantamento de dados deste estudo, realizada em março de 2007, “a grande força do território é a busca do envolvimento de todas as forças do nosso conselho, naquilo que cada um e uma pode e sabe fazer”.

O território de identidade do sisal, assim como a região semi-árida, é um espaço cuja notoriedade sempre deveu muito às secas, estiagens, e portanto, à carência de todas as formas, sobretudo de recursos naturais, econômicos e sociais, o que, por toda vida, rebaixou a autoestima do sertanejo, lembrado sempre pelo alto grau de pobreza e de indigência. A marca repassada desses espaços carrega apenas uma identidade negativa, de submissão, de fraqueza. Vale lembrar ainda que o nordeste, o semi-árido e o território do sisal carregam uma história cheia de contradições. Embora se apresenta com um enorme potencial ambiental, cultural, etc. são marcadas pela cultura do assistencialismo e do clientelismo – características nominais do estado de pobreza latente do território (PTDRS, 2006).

A cultura do sisal, que configurou a dimensão do próprio território, dá-se numa das áreas mais pobres do semi-árido baiano, e tem no princípio do século XX seu marco histórico de origem; oriundo do México, o cultivo do *agave* encontra condições adequadas para o seu desenvolvimento, adaptando às condições edafo-climáticas da região e ocupando uma grande lacuna no campo da exploração econômica. Altamente resistente às secas, o sisal apoia-se especialmente na cultura minifundista em pequenas e médias propriedades de terra, cujo alicerce principal é a agricultura de subsistência. Até a década de 40, o a fibra do sisal é extraída manualmente, nos conhecidos “*farrachos*”. É sobretudo a partir da década de 50 que ganha força a “máquina paraibana” de desfibramento que, embora tenha modernizado de forma significativa o setor, trouxe para a região os altos índices de acidentes de trabalho, resultando na mutilação dos trabalhadores (PTDRS, 2006).

Alguns historiadores apontam que o território sisal é marcado também pelo mesmo tipo de expansão político-econômica de outras regiões do Nordeste: dos tempos coloniais, quando herdamos a cultura latifundista, o assistencialismo e paternalismo com suas configurações diversas, e uma forte visão mítico-religiosa de mundo. É no semi-árido baiano, e em particular no Território Sisal *que se desenvolvem alguns dos mitos de salvação do povo de deus, sofrido e oprimido* (PTDRS, 2006).

Vale destacar que a história do território sisaleiro teve um percurso histórico marcado pelas características ruins como a seca, morte, baixa produtividade, analfabetismo, economia frágil e pouco valorizada, onde o grande empregador sempre foram os governos, com destaque para as prefeituras. As atividades artesanais como bolsas, esteiras, chapéus, roupas (...) eram produzidas para o consumo familiar e quando muito se levava à feira da sede do município

para arriscar quem comprasse, já que todas as famílias que eram do município produziam as mesmas peças. O quadro de instituições de atendimento ao público na área da saúde, da educação, bancos, retiradas de documento (...), foi historicamente deficitária, provocando muita dor de cabeça na população de baixa renda, em geral. A solidariedade existente nas comunidades rurais, entre os agricultores e suas organizações, traduzidas em gestos como os mutirões, “adjutórios”, “boi roubado” não detinha forças para criar uma rede local e assim promover a dinamização do território. Até a década de 60 havia algumas resistências dos movimentos sindicais, mas muito tímidas diante do quadro de necessidade das comunidades. A partir da década de 80 é que os movimentos se evidenciam realizando manifestações mais politizada, intencional e mais articulada no município e na região. Os governos se apresentavam com atitudes clientelistas, eleitoreiras e sem nenhum compromisso com o desenvolvimento municipal. O governo atuava para atender aos desejos dos governantes e seus apadrinhados. O quadro de sofrimento marcante gerava os altos índices de êxodo da população masculina para Salvador, São Paulo e outros grandes centros urbanos, em busca de empregos. O quadro era muito desolador.

2.4. Aspectos naturais: a geografia e o ambiente como fatores determinantes do desenvolvimento territorial do Sisal

Segundo o MOC (2005), o território tem uma área total de 20.199 quilômetros quadrados, sendo que o município mais próximo da capital baiana, é Lamarão com uma distância de 140km e o mais distante é Monte Santo (352km). Várias rodovias estaduais interligam os seus municípios entre si e com a BR 116.

É muito comum para todos, que a problemática do território sisaleiro, como de todo o semi-árido brasileiro, concentra-se em torno da escassez de recursos hídricos que dificultam e, em na maioria dos casos, as atividades econômicas são inviabilizadas em seus múltiplos segmentos. Segundo o MOC (2005) os índices pluviométricos que normalmente variam entre 600 mm e 800 mm anuais são periódicos, mas sem regularidade. Quando esses índices caem para 200 mm e 400 mm ocorrem longos períodos de seca que duram de dois a cinco anos. Vale ressaltar que esses índices anuais são precipitados num período de dois três, de forma concentrada, ficando o resto do ano sem chuva. Mesmo assim, vale destacar que se comparado a outras regiões semi-áridas do mundo é possível se perceber que nossos índices

são elevados, o que falta é uma política pública que garanta uma intervenção na captação e armazenamento de águas pluviais. Os recursos hídricos de superfície têm como principais representantes os rios Itapicuru e Jacurici, além de pequenas represas construídas pelo poder público.

Com base no PTDRS (2006), sabe-se que o substrato geológico cristalino, por outro lado, que ocupa uma vasta área, torna-se responsável pelo teor de sais que, dissolvidos pelas águas de origem pluvial incorpora-se às águas superficiais e subterrâneas, fato que se agrava com a elevada evaporação da água no solo, motivada pelas altas temperaturas existentes que, entre outros problemas, provoca altos índices de evaporação da pouca água disponível. Nessas condições, as águas tornam-se salobras, de sabor desagradável ao paladar padrão, embora por falta de alternativas, seja de uso obrigatório para boa parte da população especialmente nos momentos de crise.

O PTDRS (2006) revela que o solo do território, em sua maioria, é raso e, pobre em nutrientes básicos, embora tenha um substancial valor em cálcio e potássio, o que permite às vegetações e populações uma diversidade de formações arbustivas e arbóreas, como a vegetação do *algodoeiro de seda* e do caroá. Destaca-se ainda o umbuzeiro, a barriguda – de grande valor simbólico-cultural para a região, icó, baraúna, faveleiro, pau de ferro, licuri, camaratuba, carnaubeira e diversas espécies de cactáceas com a palma, o xique xique e o mandacaru. É essa complexa diversidade que garante a vida animal e humano, numa região em condições climáticas tão adversas: quando a grande maioria das plantas caatingueiras perde suas folhagens nos períodos de estiagens assegura a alimentação para dezenas de espécies, de insetos a caprinos e ovinos; a palma, o mandacaru e tantas outras espécies se constituem em ingredientes alimentares fundamentais para a sustentação dos animais na região semi-árida. O licurizeiro, como o umbuzeiro, teve – e ainda têm - papel de destaque na alimentação humana e animal nos momentos de crise por se constituírem em fontes nutritivas importantes para os animais e para os humanos.

Esse ecossistema permite que a população do território possa retirar suas necessidades de alimentação, medicamentos, energia e habitação, abastecendo ainda demandas do capital mercantil, sobretudo da indústria tradicional, como as fibras. O capital mercantil vem aumentando suas ações na região mostrando no último quarto de século seu poder gerador de concentração de renda e devastador quanto ao meio ambiente.

O desequilíbrio provocado pela exploração predatória tem causado profundos problemas às populações do território, o manejo e a conservação dos recursos ambientais realizados de forma irresponsável, associados aos grandes períodos de escassez de água aumentam as dificuldades para manter a vida no território.

Sabe-se que a partir dos anos 1980, segundo o PTDRS (2006), as atividades do complexo gado, lavouras, alimentares e da mineração (pedra) constituíram elementos básicos da estruturação do espaço econômico do território sisaleiro, que vigorou até o começo dos anos de 1980, quando uma queda brusca da economia da mineração forçou a quebra do complexo. Paralelo a esse processo a agricultura familiar numa perspectiva orgânica e zeladora do meio ambiente cresce, provocada especialmente pela iniciativa das organizações da sociedade civil, buscando implementar tecnologias apropriadas de convivência com o semi-árido.

O território sisaleiro apresenta uma vegetação diversificada que se caracteriza pela existência de plantas com adaptações morfofisiológicas para resistirem a longos períodos de seca. E, nesse aspecto, a agropecuária assume relevante importância econômica e social, por ocupar a grande maioria da força de trabalho territorial, caracterizando-se pela predominância de culturas e criações de subsistência, com destaque para a mandioca, feijão, milho, caprino-ovinocultura, animais de pequeno porte como porco, galinhas, abelhas (...) manejados sob o sistema de sequeiro, onde o suprimento de água se dá com maior volume na época das chuvas.

Todavia, ao lado da carência de água e da adversidade climática, existe uma fauna associada igualmente atrativa e, muitas vezes, vivendo em uma relação estreita: a potencialidade da caatinga que, por sua diversidade natural, se constitui em importante alternativa de sobrevivência da população. Uma vasta variedade de espécies vegetais de valor nutritivo comprovado se constitui em verdadeiras pastagens para a pecuária regional. É dela, também, que o sertanejo se utiliza da vegetação nativa para produção de energia ou para extração de alimentos ou artefatos, além do grave problema das queimadas que têm levado a uma permanente devastação, eliminando espécies que podem se tornar produtos valiosos para a população local. E aí ocorrem, como em outros subsistemas, conseqüências graves devido ao manejo inadequado da região de maneira que a ausência de determinada espécie de planta pode levar inevitavelmente à extinção de espécies animais mas também dificultar a própria

vida humana. No que tange aos aspectos humanos, há, por um lado, a cultura de resignação do sertanejo frente a esse ambiente e, por outro lado, as suas estratégias criativas de sobrevivência, principalmente nos períodos de secas mais severas (PTDRS, 2006).

É preciso considerar que com a introdução de *práticas urbanas* no espaço rural (construção de banheiros convencionais com elevado consumo de água, p.e.) e o crescimento populacional contribuíram para o aumento considerável do consumo da água, sem perder de visto que a depredação do meio ambiente contribuiu para reduzir a disponibilidade de fontes naturais, a exemplo da extinção de nascentes, tornando a água ainda mais escassa e o clima mais árido.

Apesar dessas características insólitas, experiências mais recentes empreendidas a partir de trabalhos executados, por iniciativas de organizações comunitárias, ou públicas vêm demonstrando ser possível dinamizar a economia no território sisaleiro e assim promover a dinamização do território com foco no desenvolvimento sustentável, o que requer, além de uma definição mais clara de políticas públicas para o setor, uma ampla mobilização da sociedade com esse fim

2.5. Contexto do Desenvolvimento do Território Sisal – Uma análise crítica sobre os temas potenciais do Desenvolvimento

2.5.1 As pessoas do território sisal – evolução

O *quadro populacional* do território do sisal, constituído por 20 municípios, revela uma situação de referência importante para o seu processo de desenvolvimento e não se trata de revelar aqui apenas um potencial quantitativo, é também esse, mas para além do quantitativo está a capacidade intrínseca de produção, de mobilização social, de evolução na participação nas mudanças e na resistência de suas principais características. Pode-se observar, numa análise dos dados que se segue, que mesmo numa tendência de elevação do crescimento da taxa populacional, houve um aumento físico populacional do território, num período de duas décadas e meia, o que representa que é preciso cuidar e se preocupar com políticas que contribuam para que essa mobilidade populacional não crie situações desconfortáveis para os municípios de onde se sai, nem para onde se destinam. É preciso então se preocupar não apenas com o aumento da taxa de natalidade, mas com a permanência das pessoas em seu

lugar de origem, assim como o retorno de pessoas que haviam saído anteriormente, tendo ainda a chegada de pessoas de outros territórios.

Segundo o PTDRS (2006), o Território do Sisal, em 2000, era habitado, por 552.713 pessoas, o correspondente a 4,3% da população total do Estado. É importante verificar que há uma clara tendência de queda na população: durante a década de 80, a população cresceu a uma média de 2,65% ao ano; enquanto na década seguinte o crescimento foi de apenas 0,44% ao ano. Tomando-se por base as estimativas do IBGE para 2005, e mantendo-se a atual tendência, no final da década o crescimento médio anual será de apenas 0,007%. Em alguns municípios essa queda chega a ser preocupante, como são os casos de São Domingos que no período de 1991 a 2005 perdeu 44% da sua população e Ichú que, de 1980 a 2005 perdeu 42%. É o que demonstram os dados do Quadro 3.

Quadro 3 - População Total dos municípios do Território Sisal: 1980, 1991, 2000 e 2005

Município	População			
	1980	1991	2000	2005 ²
Araci	32.225	45.341	47.584	48.989
Barrocas	(¹)	-	-	12.725
Biringa	10.478	14.620	14.461	14.654
Candeal	10.772	10.728	10.121	9.741
Cansação	24.421	30.903	31.947	32.601
Conceição do Coité	41.436	52.338	56.317	58.810
Ichú	5.283	8.586	5.593	3.712
Itiúba	30.549	34.403	35.543	36.257
Lamarão	9.350	10.275	9.523	9.137
Monte Santo	42.178	51.280	54.552	56.602
Nordestina	(¹)	9.315	11.800	13.357
Queimadas	27.259	23.162	24.613	25.522
Quijingue	19.621	23.958	26.376	27.891
Retirolândia	10.402	11.300	10.891	10.635
Santaluz	23.119	30.634	30.955	31.156
São Domingos	(¹)	10.681	8.526	7.430
Serrinha	57.467	76.013	83.206	74.868
Teofilândia	15.095	21.570	20.432	19.719
Tucano	36.493	46.618	50.948	53.661
Valente	21.791	17.425	19.145	19.969
TOTAL	417.939	529.150	552.713	554.711

Fonte: IBGE, Censos Demográficos e Estimativas Populacionais.

(¹) Municípios criados depois de 1980; (²) Estimativas/IBGE.

O PTDRS (2006) revela que além da queda nas taxas de fecundidade, conforme verificado em todo país, um fator que levou à queda da população no território foi a migração campo-cidade. E dessa forma provoca o conselho do território (CODES) a analisar o comportamento diante do quadro exposto. Como a variação das taxas de urbanização foi relativamente pequena no período (30% em 1991 e 37% em 2000), pode-se inferir que a migração teve outras cidades como destino, confirmando a tendência verificada a nível global, onde o foco das migrações passou a ser as cidades de médio porte. Observe-se que Serrinha, que tem a maior população urbana no Território, já possuía, em 1991, quase metade da sua população residindo na área urbana (49,9%), passando para 61,4% em 2000. Outra motivação para se relacionar o território e suas ações para o campo e as cidades.

Quadro 4 - População Total, Urbana e Rural dos municípios do território Sisal (1991)

Município	População		
	Total	Urbana	Rural
Araci	45.341	11.584	33.757
Biringinga	14.620	1.781	12.839
Candeal	10.728	2.541	8.187
Cansansão	30.903	6.926	6.926
Conceição do Coité	52.338	20.002	32.336
Ichu	8.586	3.124	5.462
Itiúba	34.403	7.068	27.335
Lamarão	10.275	8.754	1.221
Monte Santo	51.280	4.931	46.349
Nordestina.	9.315	1.370	7.945
Queimadas	23.162	8.431	19.773
Quijingue	23.958	3.389	20.569
Retirolândia	11.300	3.882	6.418
Santaluz	30.634	12.704	17.930
São Domingos	10.681	3.442	7.239
Serrinha	76.013	37.854	38.159
Teofilândia	21.570	3.779	17.971
Tucano	46.618	10.131	36.487
Valente	17.425	6.438	10.987
TOTAL	529.150	163.727	365.423

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991

O quadro 4, anima o debate em torno das ações referente a ocupação demográfica do território para se poder tomar atitudes sobre as políticas públicas populacionais. Ainda assim, o referido quadro complementa a análise a partir dos dados do quadro III, permitindo ver a densidade demográfica de cada município, sendo que Serrinha tem o maior número de habitantes por quilômetro quadrado e Queimadas, o menor índice (apenas 11,67 habitantes por quilômetro

quadrado). O segundo município mais densamente povoado é Teofilândia, com 76,55 hab/km² e o segundo lugar com menor número de habitante por quilômetro quadrado é ocupado por Tucano. O apelo é no sentido de entender o que significa esse comportamento de evolução populacional.

Quadro 5 - População Estimada 2005, População 2000, Área dos Municípios e Densidade Demográfica, do Território Sisal

Município	Pop. Estimada 2005	População 2000			Área Km ²	Dens. Demográfica
		Urbana	Rural	Total		
Araci	48.989	16.189	31.395	47.584	1.576,3	30,19
Barrocas	12.725	-	-	-	188	33,96
Biritinga	14.654	2.347	12.294	14.641	431	33,96
Candeal	9.741	3.417	6.704	10.121	455,0	22,24
Cansansão	32.601	9.221	22.726	31.947	1.324,9	24,11
Conceição do Coité	58.810	28.026	28.291	56.317	1.090,5	51,64
Ichú	3.712	2.663	2.930	5.593	128,0	43,67
Itiúba	36.257	8.864	26.679	35.543	1.737,8	20,45
Lamarão	9.137	1.928	7.595	9.523	356,0	26,75
Monte Santo	56.602	7.226	47.326	54.552	3.298,4	16,54
Nordestina	13.357	2.875	8.925	11.800	472,8	24,96
Queimadas	25.522	9.783	14.830	24.613	2.105,9	11,69
Quijingue	27.891	4.892	21.484	26.376	1.276,2	20,67
Retirolândia	10.635	5.474	5.417	10.891	204,5	53,26
Santa Luz	31.156	17.966	12.989	30.955	252,1	33,82
São Domingos	7.430	3.711	4.815	8.526	1.603,6	19,30
Serrinha	74.868	45.943	37.263	83.206	601,7	118,06
Teofilândia	19.719	5.858	14.574	20.432	266,9	76,55
Tucano	53.661	18.597	32.351	50.948	3.214,8	15,85
Valente	19.969	9.511	9.634	19.145	372,5	51,40
TOTAIS	554.711	204.491	348.222	552.713	-	38,14

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000; IBGE, Estimativas Populacionais 2005.

Se analisarmos com capacidade crítica, o Quadro 5, pode ser entendido que mesmo considerando os dados apresentados da população existente, constata-se que em 2000 a população rural era 1,0% menor do que a verificada em 1980.

É possível verificar que houve uma queda considerável, na população rural, no período das três últimas décadas citadas, se considerarmos as taxas anuais de crescimento. Se aplicássemos as taxas anuais globais de crescimento da população para a zona rural do território, teríamos hoje uma população rural de aproximadamente 515.000 habitantes, no entanto, foram registrados, em 2.000, somente 348.222, isto é metade (49%) a menor. O que

importa é que a população rural, no sisal, assim como no Brasil, vem decrescendo. É preciso pois se definir qual política o território irá priorizar para animar o processo de reversão do Quadro 6, junto com outros territórios da Bahia e do Brasil.

Quadro 6 - População Rural dos municípios do Território Sisal (1980, 1991 e 2000)

Município	População		
	1980	1991	2000
Araci	23.312	33.757	31.395
Barrocas	-	-	-
Biritinga	9.442	12.839	12.294
Candeal	8.237	8.187	6.704
Cansanção	21.108	6.926	22.726
Conceição do Coité	29.633	32.336	28.291
Ichu	4.230	5.462	2.930
Itiúba	25.885	27.335	26.679
Lamarão	7.981	1.221	7.595
Monte Santo	38.903	46.349	47.326
Nordestina	-	7.945	8.925
Queimadas	21.613	19.773	14.830
Quijingue	18.729	20.569	21.484
Retirolândia	4.487	6.418	5.417
Santaluz	21.532	17.930	12.989
São Domingos	-	7.239	4.815
Serrinha	32.016	38.159	37.263
Teofilândia	13.716	17.971	14.574
Tucano	29.810	36.487	32.351
Valente	16.824	10.987	9.634
TOTAIS	351.990	365.423	348.222

Fonte: Censos Demográficos, IBGE, 1980, 1990 e 2000.

O fator populacional é para o território, e aqui em especial para o sisal, um elemento importante para se medir a sua dinâmica. De um lado se a população, em geral, cresce é preciso direcionar políticas, pois pode estar havendo influências de três fatores importantes: natalidade elevada, refluxo populacional (retorno ou chegada de novas pessoas), e ainda o fator de êxodo zero. Reduz-se população pode, também, está acontecendo o outro lado das questões postas: o êxodo, mortalidade acentuada e não retorno de pessoas. É claro que essa política não diz respeito apenas ao território, pois sofre de influencia macro. Mas, é preciso, cuidar e definir, no PTDRS, quais estratégias serão usadas.

2.5.2. Analisando o Contexto Educacional, Cultural e da Saúde do Território Sisal

Há no conjunto dos Municípios um total de 214.907 pessoas matriculadas em algum curso, com destaque para o ensino fundamental que corresponde a 85,4% do total de matrículas. É interessante observar que se registram apenas 29.678 matrículas no ensino médio regular, o que corresponde a 13,8% do total de matrículas. Essa defasagem entre o total de matrículas e o ensino médio reflete a evasão de grande parte dos estudantes matriculados no ensino fundamental. O número de pessoas com 15 anos ou mais com menos de 4 anos de estudo fica acima de 50% em 16 municípios. Para o conjunto do Território, a média percentual para quem tem menos de quatro anos de estudo é a seguinte, por faixas de idade: a) pessoas com 15 anos ou mais, 60,6%; b) pessoas com 25 anos ou mais, 70,5%; pessoas com idade entre 18 e 24 anos, 41,2% (SEI, 2003). A situação da educação nos municípios fica mais preocupante quando se observam os dados sobre analfabetismo que, feita a leitura em conjunto com dados sobre as pessoas que têm menos de quatro anos de estudo chega-se a um quadro assustador (PNUD/ONU, 2000).

A conclusão que se chega, com esses dados, é que é preciso definir, ao nível dos municípios, políticas de educação que ultrapassem o nível da mera alfabetização. Sabe-se que as pessoas com menos de quatro anos de estudo constituem o quadro dos *analfabetos funcionais*, com grandes limites para assumir posturas e atitudes voltadas para a construção do processo de desenvolvimento sustentável. Se atentar para o espaço rural, a situação é ainda mais delicada, considerando que, pela ausência de serviços de educação (e de qualidade quando houver) além do ensino médio no meio rural é um forte contribuinte para aumentar o número de *analfabetos funcionais*. Não se dinamiza um território com índices de educação tão baixos e aqui se destacam as ações das organizações sociais como a CUT, APAEB, as escolas famílias agrícolas, o Central de Interesses Comunitários (CAEIC), os movimentos de assentamentos, CPT, as cooperativas da ASCOOB, o Movimento de mulheres, a FATRES, as Rádios Comunitárias e o MOC, em parceria com a UEFS e UNIECF, e a UNEB..

Quando se fala de cultura, o território ferve com o potencial artístico-cultural, indo desde as vaquejadas, aos reisados, encontros culturais, as batatas de feijão, e o potencial presente no teatro, na música, nos cordelistas e no artesanato e na cozinha sisaleira, onde se destaca o prato caprino.

A saúde como nos demais territórios baianos e nacionais precisa ser revista e enfrentada, buscando resolver seus problemas cruciais no que tange ao atendimento e prevenção, mas requer tempo, já que há uma defasagem em números de profissionais, infra-estrutura como leitos, postos médicos e etc.

O primeiro grande problema é o sofrimento da população para ser atendida – é uma verdadeira via crucis. Nos municípios, é comum a prática do clientelismo na prestação dos serviços, com discriminações gritantes em atendimentos de casos de pessoas que declaradamente não se caracterizam como eleitores do grupo político hegemônico. O atendimento precisa ter uma de serviço público, sem favores, sem abuso de poder. Por segundo, a ausência de uma rede com serviços de média e alta complexidade, a demora no atendimento aos pacientes pode influenciar negativamente no seu quadro de saúde causando aumento nos custos diretos e indiretos e aumento da superlotação nas unidades de saúde requeridas. E, por fim a inexistência, nos municípios, de programas voltados para o tratamento dos resíduos sólidos, esgotos e cuidados mais rigorosos na vigilância sanitária. Isso sem se falar no aspecto da alimentação adequada em contraponto a insegurança alimentar que permeia ainda o território sisaleiro.

Em contrapartida, há no território, pessoas com resistência, que Euclides da Cunha, tão bem o caracterizou de “forte” e ainda conta com um arsenal de folhas, raízes, cascas (...) das plantas catingueiras para se curar e se prevenir das doenças do cotidiano.

2.5.3. Uma análise sobre o contexto econômico territorial

O Sisal é a atividade econômica mais importante para o *Território*, considerado pela sua capacidade de absorção de mão de obra⁹, pela sua própria importância econômica¹⁰ e pela capacidade de servir, também, como pastagem, com maior importância em períodos de seca. Estudos realizados pela FAO¹¹, em parceria com o INCRA, ainda na década de 1980, já

⁹ Além do emprego da mão de obra da família no cultivo, o processo de extração da fibra emprega, em média, sete pessoas por unidade de desfibramento.

¹⁰ Em períodos normais, 5 ha. de sisal garante, ao produtor, uma renda mensal média correspondente a um salário mínimo através da comercialização da fibra.

¹¹ FAO/INCRA. A Agricultura Familiar na Região Nordeste. Projeto UFT/BE/036/BRA, Brasília, DF (s/d).

recomendavam o consórcio entre caprinocultura e o sisal, o que a experiência não apenas vem comprovando mas também indicando outras possibilidades, a exemplo da ovinocultura e da própria pecuária bovina. Além disso, o resíduo do sisal é amplamente utilizado na alimentação animal, especialmente caprinos, ovinos e bovinos e em muitos casos, empregados também como fertilizantes. Os municípios que se destacam na produção de sisal – tanto pela área plantada como pela quantidade de fibra produzida – são Conceição do Coité, Santaluz e Valente. Esses municípios, ao lado de Retirolândia (que também se apresenta como um grande produtor de sisal) registram a renda *per capita* superior aos demais municípios. Além do Sisal, a cultura de subsistência se destaca através do cultivo de feijão, mandioca, milho e ainda se destaca a economia da extração de minério, com destaque para a pedra.

A produção animal é também representativa e de grande importância econômica na região, apesar das intempéries climáticas. Apesar do crescimento dos rebanhos caprinos nos últimos anos, estimulado por organizações como as APAEB's e o MOC – e mais recentemente o governo do Estado – o destaque ainda é para a pecuária bovina, sendo que os principais produtores são Euclides da Cunha, Conceição do Coité e Itiúba, sendo que os últimos lugares são ocupados por São Domingos e Nordestina. Em média, em 2002, o setor agropecuário contribui com 18,53% para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) do conjunto dos municípios, o setor secundário com 22,82% e o setor de serviços com 58,65%, sendo o PIB *per capita* igual a R\$ 1.752,98. Sob este conjunto de aspecto produtivo é fundamental que se releve o papel das ONG's e das entidades representativas dos trabalhadores no que respeita a definição de metodologias de ATER e ATES, bem como das metodologias de convivência com o semi-árido, bem como de desenho e gestão de propriedade (PTDRS, 2006).

Daqui se tira uma lição importante no sentido da gestão do território a partir da gestão dos empreendimentos produtivos. Dominar técnicas de gestão econômica, de gestão ambiental, institucional (...) é o próprio exercício de gestão do território – é claro que numa dimensão mais ampla. Os indicadores de pobreza e de desigualdade são preocupantes. Em média, a intensidade da pobreza atinge mais da metade da população, conforme os dados do quadro seguinte, sendo que em Quijingue ultrapassa a casa dos 70%. O percentual da renda municipal apropriada pelos 60% mais pobres da população revela a concentração das riquezas nos Municípios; em média, apenas 19,5% da renda municipal é apropriada pelos 60% mais pobres, o que significa dizer que 84,9% ficam para os outros 40%. Quanto ao acesso a bens e serviços, a situação é bastante contraditória. Em média, 29,9% vivem em domicílio com água

encanada e banheiro. Quanto à disponibilidade de energia elétrica, 61,1% da população tem acesso ao benefício. O índice dos que vive em domicílio com energia elétrica e possuem aparelho de TV em aproxima-se da casa dos 50%. Porém, apenas 35,6% dos que vivem em domicílio com energia elétrica possuem geladeira e 4%, em média dos que vivem em domicílios possui telefone (PTDRS, 2006).

Em média, 11,1% da renda das famílias são provenientes de transferências governamentais, o que, aparentemente, não representa riscos à economia local. Entretanto, se observarmos que, em 1991, 9,5% das pessoas tinham mais de 50% da sua renda provenientes de transferências governamentais e que, em 2000, esse índice aumentou 2,4 vezes, passando para 22,8% das pessoas, o quadro passa a ser preocupante pelo ritmo apresentado. A arrecadação municipal de ICMS, IPVA, ITD e Taxas é relativamente baixa, se comparada ao número de habitantes. É preciso se destacar a necessidade de planejar um modelo de gestão que se priorize a melhoria da arrecadação, mas principalmente uma política de sua aplicação no sentido da reversão da arrecadação municipal em ação concreta de benefício da comunidade. E esse é um aspecto que requer uma política de gestão de recursos públicos que passa desde a educação da população do território bem como da mudança cultural dos gestores públicos e empresários para ver e praticar essa ação não como “carga tributária” mas como instrumento de DT (PST, 2006).

No que tange ao fortalecimento da economia territorial é necessário se destacar alguns limites quais sejam: ausência de investimento de recursos públicos, principalmente do estado e dos municípios; infra-estrutura aquém da demanda (estradas, eletrificação, telefonia, recursos hídricos,...); capacidade empreendedora deficitária (...). Por outro lado há umas iniciativas que são referenciadas a nível nacional e internacional, tais como: a APAEB de Valente, as cooperativas de produção, as cooperativas de crédito, programas e projetos públicos de estímulo a economia regional. Mas é necessário se destacar uma afirmação de Urbano Carvalho (presidente do Conselho de Desenvolvimento do Sisal – CODES) quando diz: *“Ao invés de criar novas estruturas, fortalece-se a que existe e criam-se pequenas estruturas de apoio em outros municípios, fazendo a cadeia produtiva, dando sustentabilidade a todos”*. (Revista Territórios Rurais – Número 1 – Janeiro – Junho de 2005 (SDT/MDA).

Queremos destacar que algumas opções para aquecedoras e dinamizadoras da economia do território sisaleiro estão adormecidas ou quando acontecem não se sustentam por um conjunto de fatores que trataremos no capítulo seguinte, mas destaco aqui o turismo, a indústria, a agroindústria. Em contrapartida, atitudes da economia solidária, como as ações das cooperativas, associações e redes de produtores/as, têm superado as expectativas, uma vez que o esforço é tamanho para se captar recursos e apoio. A participação dos setores da economia na formatação do PIB, será tratada próximo capítulo, mas segundo CODES (2007) o destaque fica por conta dos serviços, uma vez que o grande empregador nos municípios do Sisal são as prefeituras. E o mesmo CODES precisa colocar isso no seu PTDRS como um aspecto a ser melhor avaliado e enfrentado.

2.6. A Gestão Territorial do Sisal – desafios históricos, e conquistas em construção

O território precisa ser gerido pelas diversas representações da sociedade territorial. Isso não é fácil, mas o sisal já demonstrou que tem capacidade para tal intento. O exemplo maior é que antes mesmo da definição da criação de Conselho de Gestão do Desenvolvimento Territorial, pelo Governo Federal o território já se administrava com esse modelo. Podemos lembrar duas, dentre tantas, experiências de gestão de políticas no território: o Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Programa um milhão de cisternas (PIMC). Além disso, tem na sua trajetória a existência do esforço e prática das entidades da sociedade civil pela efetividade do funcionamento dos diversos conselhos regionais e municipais de gestão, na disputa para garantir uma participação na definição dos orçamentos (PPA, LDO, LO); criação de cooperativas de produção e de crédito; de grupos de educadores e ambientalistas que cuidem do meio ambiente; de jovens que acenam para o controle da comunicação, a partir das rádios comunitárias; de estabelecimento de uma proposta de educação apropriada para o campo, dentre outras. Em 2001, é criado o CODES, a partir dos movimentos sociais em parceria com representações de algumas poucas prefeituras, BNB, UNEB, DNOCS, e outros, com a perspectiva de melhor gerenciar os aspectos do desenvolvimento territorial sustentável. E ainda assim os conflitos continuam, muito embora se tenham estabelecidos novos contratos, novo grau de representatividade, mas se sabe que existem resultados acontecidos e em processos de construção. Podemos destacar dentro desses desafios: o exercício em se definir ações e investimentos que perpassem o nível municipal;

quem e como vai fazer o controle dos projetos e dinamização do território, em especial a dinâmica econômica, foco de nosso estudo.

E como foi visto ao longo desse capítulo, construir e gerenciar território é conflituoso e exige muito rigor de técnicas nas mais diversas atitudes, desde a reflexão conceitual às ações dos sujeitos em seu dia a dia, podemos destacar alguns desafios a exemplo dos interesses de classe que não são tratados de frente e sim de uma forma superficial e muitas vezes ingênua; As instituições, assim como as políticas públicas não se interagem e não demonstram a cultura da interface na ação governamental e não governamental. E por fim a articulação do “território baiano” já que o estado da Bahia tem os territórios como base de planejamento e execução das políticas públicas. Ou seja, os territórios precisam atuar em rede, de fato.

Ficam os desafios da gestão pois é este o maior gargalo de gestão quando se pretende que o desenvolvimento territorial seja sustentável. No capítulo seguinte buscaremos fazer um contraponto entre a dinamização econômica do território sisal e a ação das cooperativas de crédito filiadas a ASCOOB.

Capítulo III – O Crédito da Esperança: a Dinamização Econômica do Território Sisal e a participação do cooperativismo de crédito filiado à ASCOOB

3.1 Buscando construir a concepção de Dinamização Econômica, tendo a sustentabilidade como desafio

Contam os panfletos partidários do Partido dos Trabalhadores gaúcho, narrados por Zilton Rocha (2006)¹², que numa reunião do Orçamento Participativo (OP) para se apresentar e votar as propostas de melhoria do transporte coletivo de uma determinada comunidade, iniciou com as queixas das lideranças sobre os atrasos e até ausência de linhas de transporte coletivo. E nos argumentos a comunidade afirmou que já não aguentava mais e que só sairia da referida reunião com o problema resolvido. Nos contra-argumentos os empresários dos transportes afirmaram que não poderiam e não iriam colocar os seus veículos naquelas localidades dada a situação das estradas e ruas, que não possuíam nenhuma condição de tráfego. Esse debate, então, durou o suficiente para a comunidade exigir dos representantes do poder público, numa escala de prioridades, a melhoria das vias públicas e assim se resolveria, de uma vez por todas, o problema do acesso ao transporte coletivo. Na continuidade, foram rediscutidas as planilhas orçamentárias e se chegou à conclusão que seria possível se realizar as obras de pavimentação demandada pela comunidade. No momento do parecer técnico, que acompanha as decisões do OP, foi apresentada a seguinte proposição: é condicional que para se realizar as obras de pavimentação das vias públicas, faça-se, antes os serviços de saneamento. A comunidade não possuía sistema de esgotamento sanitário logo, antes da pavimentação era imprescindível se fazer os referidos serviços. E a comunidade depois de muito debate concordou e concluiu que as prioridades então seriam: saneamento básico, pavimentação das vias públicas para, em seguida, resolver-se os problemas do transporte coletivo. O que era a “PRIORIDADE UM” passou a ser a TERCEIRA PRIORIDADE e a comunidade percebeu então que os problemas nem sempre estão isolados.

O que parecia e era um problema de superfície teve sua solução (tempos depois) começada com obras subterrâneas.

¹² Fato narrado por Zilton Rocha, Deputado Estadual pelo PT da Bahia, em plenária do mandato, em 2006. Em 2007, Zilton passa a presidir a Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa do Estado. Deputado por duas vezes, no último dia 30 de outubro de 2007, foi eleito para assumir uma cadeira como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

A história relatada pelo referido Deputado é resgatada para justificar a escolha do tema desse estudo e chamar a atenção para o fato de que o tema sobre a dinamização econômica no território sisal a partir da atuação das cooperativas de crédito filiadas à ASCOOB (Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar) é o foco central da pesquisa mas, não perde de vista os temas relacionados como por exemplo, a educação, o acesso à tecnologia, o meio ambiente, a cultura, etc. Não obstante, é importante destacar que o curto tempo disponível para este estudo e a metodologia utilizada não permitirão aprofundar outros assuntos além do recorte didático-político acerca do desenvolvimento territorial do sisal (Ba) e a dinamização econômica promovida pelas cooperativas de crédito filiadas à ASCOOB.

Sinalizando com esse interesse e percurso metodológico serão apresentados, neste capítulo, uma contextualização sintética sobre o território sisal, com enfoque no campo econômico, em seguida será feito o mesmo com as cooperativas de crédito filiadas à ASCOOB, com atuação no referido território, tentando relacionar qual a contribuição do cooperativismo de crédito com o desenvolvimento territorial (DT) do sisal. Na verdade, este estudo é um esforço acadêmico orientado pela pesquisa-ação para responder e perguntar sobre assuntos importantes relacionados ao DT e que até o momento ainda são temas reconhecidamente valiosos mas, pouco explorados pelos sujeitos do Sisal e até pelos estudiosos de plantão que apóiam o território em questão. Dessa forma, o esforço citado surge no sentido de levantar pistas e aprofundar a análise sobre o comportamento das cooperativas de crédito e o sua contribuição na dinamização econômica.

Antes de contextualizar o Território Sisal sobre aspectos relacionados a economia, bem como caracterizar e contextualizar a evolução da ASCOOB, a partir das quatro cooperativas que atuam no Território (Araci, Itapicuru, Serrinha, Valente), será aportado o que o estudo considera como dinamização econômica territorial. Vale ressaltar que os dois primeiros capítulos desse trabalho foram abordados conteúdos que tratam sobre o histórico, conceitos, concepções, desafios e construções dos territórios e das cooperativas de crédito, no mundo e no Brasil. Esta caminhada se deu justamente para servir de lastro teórico na fundamentação desse terceiro capítulo. Não obstante, vale destacar que a leitura a ser feita nesse trabalho considere a Dinamização Econômica como uma das vertentes importantes do Desenvolvimento Territorial, mas não é a única. E tal qual o exemplo usado no caso da demanda por melhorias no transporte coletivo, em Porto Alegre (RS), que resultou na

implantação dos serviços de saneamento básico da comunidade em questão, e, da mesma forma, o Território Sisal deverá investir no processo de saneamento de várias situações indesejadas para ver a sua economia dinamizando o DT, de forma sustentável.

A SDT/MDA (2007), em seu portal afirma que adotar a abordagem territorial como referência para uma estratégia de apoio ao desenvolvimento rural é justificada, por quatro aspectos determinantes, dentre os quais destacamos:

Primeiro, “o rural não se resume ao agrícola. Mais do que um setor econômico, o que define as áreas rurais enquanto tal são suas características espaciais (...)”. Além desse debate entre o rural e o agrícola, existe também o debate que relaciona o rural e o urbano e aqui defendemos que este diálogo necessariamente não deve ser tratado como aspectos opostos, em um debate que separa, que diverge, mas deve ser analisado e tratado como um processo de continuidade afinal, onde termina o rural e começa o urbano ou vice-versa? Onde inicia o agrícola e finda o rural? Logo, entendemos que a política territorial implementada pela SDT deve contemplar em seus planos e orçamento a concepção de soma, de continuidade entre esses dois assuntos, muito embora a força dos movimentos sociais rurais tem prevalecido no sentido de garantir o debate e as atitudes de construção do desenvolvimento territorial, com maior empenho que os segmentos urbanos.

Nessa afirmação de concepção onde o MDA/SDT acena para o fato de que o rural não se limita ao agrícola fica explícito o desafio de juntar ou se aproximar correntes divergentes, como correntes do agronegócio e as da agricultura familiar e economia solidária. Recorramos ao que foi registrado no primeiro capítulo deste estudo quando afirmamos que a construção do desenvolvimento territorial é recheado e orientado pela constante construção e desconstrução de conflitos – é um berço da caminhada dialética e do ninho da utopia. Como então aprofundar um debate sobre a dinamização econômica de um território sobre a lógica de um lado da moeda? É dessa forma então que afirmamos que este tão recitado poema do desenvolvimento territorial é acima de tudo um projeto, uma proposta de modelo de sociedade, que é orientado por escolhas, por prioridades (...). Assim sendo, a concepção de dinamização econômica territorial desse estudo percorrerá essa tendência, de que a dinamização do Sisal ocorrerá mediante a intervenção de um grupo de sujeitos que disputa a (des)construção do território para construí-lo de acordo as suas prioridades que, mediante seu

PTDRS tem como princípio a inclusão, o respeito à natureza, estabelecimento de relações da economia solidária, de mercado justo, etc.

Sob o signo ainda desse debate podemos afirmar que se depender do Estado (MDA/SDT) esses conflitos ficarão sempre ocultados, estimulando assim uma cena onde a disputa por projetos entre a classe trabalhadora e a patronal não será revelado, até porque um estado com características neoliberais não fará opção por posturas unilaterais que beneficie a classe trabalhadora. Para entender nossa afirmação é só comparar o volume de recursos gerenciados pelo MDA e pelo MAPA, mesmo tendo que ouvir justificativas de que o volume de recursos destinados para o MDA melhorou durante o Governo Lula. É preciso retornarmos ao diálogo que estabelece o papel da sociedade civil no que diz respeito ao controle social, ou seja, o papel de pressionar e orientar as políticas do Estado são da sociedade civil. Esta deve construir processo de revolução silenciosa.

Segundo, “a escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando a promoção do desenvolvimento”, não obstante, reconhece que a “escala estadual é muito ampla para dar conta da heterogeneidade e especificidades locais que precisam ser mobilizada com este tipo de iniciativa”. Vale destacar aqui a dificuldade que é gerenciar um estado, por exemplo, como o da Bahia, com uma escala geográfica que conta com 417 municípios. Só para imaginarmos essa realidade o território sisal é composto por 20 municípios. A distância, por exemplo, como foi citado no segundo capítulo entre Lamarão e Monte Santo é de 140km. O território apresenta-se com uma posição intermediária, tanto para a gestão do Governo do Estado, quanto para a articulação entre os territórios, ao nível de estado baiano e de nação brasileira, que têm diversas possibilidades de intercâmbios e construções de parcerias.

Como terceiro aspecto, destaca a “necessidade de descentralização das políticas públicas, com atribuição de competências e atribuições aos espaços e atores locais”. Essa descentralização traz consigo a possibilidade de democratização da vida nos municípios, territórios, e no Estado brasileiro, mas é preciso realçara a máxima que diferencia descentralização de prefeiturização. Esta carrega consigo dois riscos para a democratização da sociedade brasileira: uma é a sobrecarga de funções dos municípios, principalmente os mias pobres e depois é o risco de vermos o poder, a força deslocar de uma esfera de governo (federal ou

estadual) e se alojar no prefeito. Descentralizar políticas públicas deve significar descentralizar recursos e poder de decisões.

Como *quarto* aspecto, surge a descentralização das políticas públicas acompanhada por um fato importante, que é a possibilidade de enfrentar o debate em torno do neoliberalismo. Isto é, o estado neoliberal é retirado de sua nação para cuidar de um suposto mundo globalizado eminentemente voltado para a ciranda financeira. E por isso o Estado Brasileiro desapareceu da vida da população. Com o fortalecimento da política de desenvolvimento territorial e com a conseqüente descentralização das políticas públicas, o estado é forçado a se reaproximar do interior do país, das federações, territórios e municípios. A política de DT não existe sem a existência de um Estado mais presente, em suas três esferas: municipal, estadual e federal.

É com essa concepção que abordaremos a dinamização econômica do território sisaleiro, concordando que na abordagem territorial o “desenvolvimento não é decorrência da ação verticalizada do poder público, mas da criação de condições para que os sujeitos locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro (...) com foco no DT” (MDA-SDT, 2007). A concordância continua quando o MDA-SDT (2007) estabelece o centro do DT nas pessoas, considerando os sistemas socioculturais e os sistemas ambientais e que contempla a integração produtiva e o aproveitamento dos referidos recursos como meio que possibilitem a cooperação e a co-responsabilidade ampla dos diversos sujeitos do processo de DT.

Em seguida é necessário ‘entender criticando’ quando é afirmado que “se trata, portanto, de uma visão integradora de espaços, atores sociais, mercados (...), com respeito a diversidade, geração de riquezas com equidade” (MDA-SDT, 2007, p.7). Ou seja, recordamos que é conflituoso “a visão integradora de espaços”, gerar riqueza, com equidade. E assim por diante.

Esse debate sobre geração de riquezas, não pode ser limitado e confundido com o crescimento, apenas. Abramovay (2001) traz o destaca que “o pensamento institucionalista contribui, portanto, de maneira decisiva, para superar o dilema convencional da economia entre crescimento e equidade”. Mas o autor busca inspiração em correntes do pensamento econômico contemporâneo que contribuem de maneira decisiva a rever os conceitos e concepções do desenvolvimento e nos traz um elemento importante para esse estudo, que é o estabelecimento dos arranjos institucionais que criam um incentivo canalizador do esforço econômico individual para atividades que aproximam as taxas privadas e sociais de retorno.

E, sobre as taxas sociais de retorno recorreremos à expectativa das entidades componentes do Conselho de Desenvolvimento do Território do Sisal (CODES) quanto ao papel da dinamização econômica prevista pela SDT, em sua política de DT, percebida nos momentos de atividade dessa pesquisa-ação.

A explicação para o crescimento econômico sustentado de algumas nações não está em sua capacidade inovadora e democratizante do ensino e a valorização do conhecimento: “inovação, economias de escala, educação, acumulação de capital, etc. não são causas do crescimento, eles são o crescimento”, e afirma, citando North e Thomas (1973:2) para apresentar as instituições eficientes como explicação lógica da questão posta. Mas, reforça a idéia colocando “as instituições, a organização e as representações mentais – e não unidades autônomas, atomizadas, independentes e soberanas – no centro da própria sociedade humana”, (Abramovay, 2001 p.2). É, então com base nessa consideração que é possível encarar o desenvolvimento como resultado de um processo histórico de formas determinadas de coordenação. E Abramovay (2001) conclui que a importância das instituições se traduz na visão de mercado como instituição e não como espaço neutro de encontro entre demanda e oferta. Isso vem se alinhar com o conteúdo apresentado nos dois capítulos anteriores quando foi negada a neutralidade dos projetos de DT, e encerra afirmando que “mercados são construções sociais que refletem o ambiente institucional em que se inserem e não simplesmente sistemas universais de formação de preços”.

Essas considerações precisavam ser registradas para garantir a realização desse estudo com a concepção inicial, qual seja, submeter a política de DT aos valores do mercado capitalista. Assim, o sucesso da dinamização econômica territorial se relaciona fortemente com os arranjos institucionais do território. Neste sentido, uma dessas instituições é a ASCOOB e suas filiadas, com atuação nos municípios do Território Sisal, Bahia.

As instituições, ao longo de sua trajetória histórica, passam por mudanças. E todas as mudanças relacionadas com o comportamento institucional têm no seu bojo a mudança na correlação de forças. Na antiga Europa essa mudança de correlação de forças se deu entre camponeses e senhores. Mas adiante entre operários e os proprietários das indústrias mas, as referidas desigualdades não foram superadas. Esse quadro perdura por todo o Brasil e se traduz mais facilmente no cotidiano dos territórios, nos conflitos de interesse, por exemplo, entre latifundiários e os sem terra e os operários e empresários da indústria, das grandes redes

de serviços. Mas, Abramovay (2001) fortalece a idéia da importância das instituições e afirma que “é impossível pensar o sistema econômico na ausência das instituições”.

O MDA-SDT (2007) aporta o debate sobre desenvolvimento territorial envolvendo múltiplas dimensões, onde cada uma delas contribui de uma determinada forma. As dimensões são: sociocultural, político-institucional, ambiental e a econômica. Esta última afirma que “eficiência através da capacidade de inovar, de diversificar e de usar e articular recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando redes de pequenos empreendimentos”, (p.2).

Os pequenos empreendimentos e as cadeias produtivas, se quiserem sobreviver de forma eficiente e, continuar com o seu papel na dinamização da economia territorial, necessitam de criar e fortalecer seus redes de relacionamento.

Segundo o SEBRAE (2006), no Brasil, as pequenas e médias empresas, de caráter familiar, têm respondido com mais de dois terços da ocupação da mão-de-obra, no mercado profissional. Há um outro quadro que apresenta a agricultura familiar sendo responsável por 60% dos alimentos produzidos e gerando 77% da ocupação no campo. Os dados do SEBRAE revelam que o território é, realmente, o espaço onde as instituições atuam e as relações entre elas geram a reprodução social, que desemboca na dinamização econômica.

Quanto mais o fluxo econômico de bens e serviços tem direção para o território de origem ou para o mercado nacional, a dinamização territorial tende a se estabelecer de forma sustentável e sua reprodução gera um ciclo virtuoso. Mas isso não dizer que se deva ficar de costas ou repugnar o mercado externo. A preocupação aqui é com a eficiência do fluxo econômico para que ele realmente contribua com a sustentabilidade do desenvolvimento territorial sustentável. E vale ressaltar o papel do poder público nesse processo, sem ferir a autonomia e interesse das instituições que os sujeitos do território.

Como vimos anteriormente, a dimensão econômica do desenvolvimento deve ser vista como *uma das* bases para o DT. E, aliado ao projeto de sustentabilidade, faz-se mister garantir os princípios da equidade, da cooperação, confiança e a democratização de todo o processo. A competitividade, no conceito do capitalismo deve passar ao longe desse processo, afinal o projeto de DT deve fortalecer a rede de solidariedade e de preocupação com a vida no

presente e no futuro, para assim construir uma nova sociedade. Deverá haver uma preocupação com os frutos da dinamização econômica territorial para que os sujeitos do território se apropriem de seus resultados, garantindo assim, num primeiro momento a preocupação com a dinâmica dos circuitos internos, para em seguida se preocupar com os circuitos externos, mas no sentido temporal isso não é estático – faz-se uma e depois a outra – o olhar está voltado para a priorização das mudanças e consolidação do DT.

Os empreendimentos solidários quando se relacionam com estruturas do mercado capitalista revelam os gargalos e conflitos existentes nos paradigmas de interesses de ambos os agentes. E um dos exemplos que ilustra essa preocupação é o caso de um empreendimento do território sisal, chamada APAEB de Valente. É um exemplo de empreendimento que zela pelo meio ambiente, pelo apoio ao fortalecimento das organizações da sociedade civil, com o processo educativo dos sujeitos, eliminação do “trabalho indecente” (...), mas quando vai ao mercado comercializar seus produtos, à base de sisal ou de origem animal (caprinos), torna-se um refém dos preços estabelecidos pelos interesses lucrativos de empresas internacionais; das taxas de juros; da ausência de linhas de crédito que realmente possa satisfazer as necessidades desse segmento do setor produtivo.

É preciso, para se concretizar a dinamização da economia territorial, haver investimentos nas condições de infra-estrutura (estradas, comunicação, portos, eletrificação etc.) – a quem se chama de Custo Territorial -, além na melhoria nos níveis de pesquisa para as inovações tecnológicas, capacitação e modelos de gestão administrativa, sistema tributário, qualificação de produtos e serviços (...), mas é preciso que o território tenha bastante claro qual é o mercado que demandará seus produtos e serviços e, também, fornecerá os insumos. A dinamização econômica requer, como citou Abramovay (2001), instituições fortes e articulação das mesmas para que o território seja um espaço econômico consistente e com capacidade de ampliação por todo o território e para além dos demais territórios nacionais e internacionais, complementando-se com a diversidade das articulações e redes. O interesse aqui passa pela responsabilidade social de ofertar um produto ou serviço que se preocupe com a saúde coletiva, com a natureza, mas que agregue valor ao produto e estimule a desalienação do trabalhador e do produtor, alienados pelo capitalismo desde seus primórdios. A desalienação subtende que estes sujeitos voltarão a ter o controle da propriedade e de suas ferramentas (de forma coletiva), de sua força de trabalho e de sua produção. E este então uma

das missões da dinamização econômica, empoderar as instituições territoriais, de forma a elevar a estima dos sujeitos, animando o comportamento de pertencimento.

Vale ressaltar que este processo de dinamização econômica dos territórios requer um comportamento cultural que exige das instituições uma *obediência pedagógica*, principalmente na prática de se planejar. É no planejamento que se diagnostica o território para se conhecer melhor suas capacidades e limites, bem como as externalidades que poderão ajudar ou atrapalhar e com base nisso se define onde se quer chegar, com quem contar (rede de parcerias), com qual prazo, definindo responsabilidades (das suas instituições, do poder público, empreendedores, e sociedade civil organizada). No planejamento também se definem os indicadores de avaliação e monitoramento, para a partir deles serem feitas as incorporações, as mudanças e os ajustes necessários. A dinamização econômica dos territórios deve ser vista e assumida pelo conjunto de sujeitos envolvidos no processo de desenvolvimento territorial e não apenas nas mãos dos órgãos de Estado ou nas mãos dos agentes econômicos (comerciantes, agricultores, industriários, ofertadores de serviços etc.). Os agentes da educação têm um papel fundamental nesse processo, por exemplo.

Vale destacar, no entanto que estes anos iniciais da primeira década do século XXI tem têm sido marcados por mudanças bruscas, oriundas de um processo que se inicia a partir das grandes mutações tecnológicas internacionais, pelo fortalecimento de umas e enfraquecimento de outras nações mundiais, pela disseminação e evolução de instituições que pautam alguns debates importantes no mundo, como o risco do aquecimento global, necessidade de uma matriz energética para o mundo, o mulher ocupando um novo espaço no cenário internacional (...). Outra novidade neste cenário é a preocupação que os sujeitos territoriais têm com relação a si mesmo. Há um auto-reconhecimento de seu valor, de sua situação de subutilização enquanto agente do desenvolvimento e, com tudo isso se busca a (re)colocação das economias locais em um outro lugar que não seja num espaço subterrâneo, onde sempre as colocaram. O território, para o formato de dinâmica que defendemos, precisa quebrar um círculo que se formou em volta de si mesmo e que não consegue superar determinados limites, por exemplo, muitos produtos precisam melhorar sua qualidade aparente; o financiamento para se produzir em escala precisa de crédito em volume e com orientação (...). É preciso sim, exportar produtos e serviços para outros territórios, mas é fundamental estimular a cultura dos circuitos internos de produção e consumo. Por exemplo, a rapadura que se produz nos territórios da

Chapada Diamantina não tem um consumo estendido por todos eles, isso se deve a diversos motivos.

3.2. Dinamizar os circuitos econômicos dos territórios. Uma necessidade, mas com quais recursos?

Um quadro característico de diversos territórios do Brasil é a insuficiência interna de recursos para se desenvolver determinados projetos. A economia, em alguns municípios do território sisaleiro, é dinamizada pelas receitas públicas da prefeitura (grande gerador de emprego local) e pela transferência de recursos da União, pela Previdência Social, através de aposentadorias, e programas sociais do tipo Bolsa Família, e os relacionados com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), etc. Conforme a UPB (2006), os municípios ficam sem muitas possibilidades de atuação para estimular o desenvolvimento dos mesmos, dado seu modelo de gestão e também pela formatação dos repasse do governo federal e estadual para estes. Sobre os repasses do ICMS, por exemplo, a UPB (2006) criou o ranking e dentre os dez primeiros municípios em receitas per capita de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), dos 417 baianos não existe nenhum do território sisaleiro e aqui uma curiosidade, a capital baiana, Salvador não aparece entre os dez. Enquanto isso na lista que consta os dez últimos municípios, encontram-se quatro, do território sisal, sendo que o último (417º) é Monte Santo, como pode ser visto no Quadro 7, a seguir:

Quadro 7 – O quatro municípios do Território Sisal, com pior situação em relação à receitas per capita de ICMS dos 417 Municípios Baianos - 2005

Ordem	Município	População	ICMS/2005	Per capita
410	Serrinha	74.171	4.610.448,19	62,16
414	Itiúba	38.128	1.583.522,67	43,83
415	Tucano	53.170	2.262.681,70	42,56
417	Monte Santo	56.231	2.240.397,58	39,84

Fonte: UPB-2006, adaptado pelo autor.

Os dados do quadro anterior revelam um dos vetores importantes para a dinamização econômica dos territórios que é o repasse de recursos pelos governos federais e estaduais e trouxemos esse aspecto para notabilizar a importância da captação de recursos externos a

partir de uma matriz que possam ser considerados diversos agentes e possibilidades. Nesse caso do ICMS pode se abordar o tema sob a lógica indagativa aos municípios sobre o que eles estão fazendo para promover o aumento das receitas do ICMS, mas isso pode e deve ser pensado ao nível territorial e dessa forma, as forças e as possibilidades aumentam.

Falando-se ainda da possibilidade concreta de ampliação da captação de recursos públicos, faz-se necessário acompanhar o montante do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), dos programas voltados para a educação, saúde, cultura (...). Porém, destacamos os recursos oriundos dos programas sociais e de transferência de renda do Governo Federal, como exemplo, a aposentadoria, o Bolsa Família e o PETI (Jornada Ampliada). Destacamos estes programas pois segundo dados do CODES (2007) todos os lares habitados da zona rural, no território sisaleiro da Bahia, tem, no mínimo um aposentado e, de acordo o município, isso também acontece com o programa bolsa família. O acesso a esses recursos é acompanhado pela pecha da pobreza, da miséria e do assistencialismo. Mas, um fato é também realidade: esse dinheiro chega ao território através dos municípios mensalmente e dinamizam a economia das comunidades porém, de forma desarticulada, sem uma intencionalidade ou qualquer forma de orientação estratégica de seu uso. É claro que o recurso chega nas mãos das pessoas individualmente e não se tem controle sobre isso, mas nem por isso os órgãos de gestão do desenvolvimento territorial podem se anular em buscar fórmulas para que este dinheiro circule, em sua maior proporção no referido território de origem dos beneficiários. O MOC (2007) registra que em 2000, em alguns municípios do Sisal o volume de recursos oriundos das transferências de renda chegava ao dobro das receitas com FPM e ICMS.

Para ilustrar este fato, é apresentado no quadro a seguir, o total de recursos de repasse do PETI, em quatro municípios, do território sisal, onde a ASCOOB tem as sedes de suas cooperativas singulares:

Quadro 8 – Total de repasse de recursos do PETI, de janeiro a agosto de 2007, nos municípios de Araci, Santa Luz, Serrinha e Valente – Território Sisal (BA)

Município	Jornada (PETI) -R\$	Bolsa Família (R\$)
Araci	310.920,00	12.050,00
Santa Luz	226.760,00	7.300,00
Serrinha	86.380,00	2.100,00
Valente	191.000,00	3.050,00

Fonte: <http://www.mds.gov.br> – 2007, adaptado pelo autor

O ICMS e as transferências de renda do governo federal pode ser tomadas como exemplo de fontes que podem contribuir com a dinamização econômica do território sisal. Foram apresentadas estas possibilidades justamente por que o território sisal, assim como a maioria dos demais territórios, não as têm consideradas como oportunidades e ainda mais, estes dois exemplos servirão para indagar o território sobre as alternativas de como captá-los. Um canal concreto o Sisal já possui, que são as cooperativas de crédito (CC). Falta porém, como foram constatadas, formas estratégicas planejadas e orientadas. Nos dados apresentados no quadro anterior, constata-se, por exemplo, que em Araci, o valor das bolsas que as famílias percebem ultrapassa R\$: 300 mil, e quando se divide esse valor pelos oito meses do período citado, chega-se a uma média de R\$: 40 mil por mês que pode ter parte dele capitaneado pela economia da agricultura familiar, pelo comércio local, já que os beneficiários são pessoas pobres e dificilmente têm contatos de negócios fora do circuito da comunidade local.

Há uma necessidade concreta dos territórios buscarem, de forma planejada, a ampliação da entrada de recursos, inclusive se inserindo, através de suas cadeias econômicas, em circuitos econômicos externos, assim como tentar evitar a evasão de recursos. E novamente as cooperativas são um instrumento para enraizar os recursos locais e estimular os investimentos locais e combater, de forma concreta, um intermediário famoso no mundo financeiro – os bancos. Assim, as CC devem ser consideradas como um agente imprescindível na promoção da circulação dos recursos financeiros ao nível territorial e ainda, **garantir certa presença no território, dos recursos do território**. É a partir dessa estratégia que as cooperativas de crédito apóiam o processo de eliminação dos intermediários financeiros, nos territórios. Existem outras formas de se eliminar os demais intermediários, que atrapalham a dinamização econômica territorial: as cooperativas de produção, os grupos produtivos, as redes de comercialização e o território sisal têm um tecido com esse grupo, não obstante precisa atuar em rede .

Dois exemplos concretos podem ser apresentados para revelar a iniciativa de entidades do território sisal na tentativa de eliminação dos atravessadores a partir da APAEB Valente e da COOPERAFIS. A primeira construiu uma autonomia que consegue exportar tapetes e carpetes de sisal para Europa, Estados Unidos, países do Mercado do Cone Sul (MERCOSUL), etc. sem a presença marcante do atravessador. A segunda, através do apoio da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), lidada a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e apoio da Petrobras e SEBRAE, está construindo um relacionamento num circuito

nacional ligado ao artesanato e já consegue participar de feiras, exposições nacionais e com isso consegue comercializar seus produtos nos mercados de São Paulo, etc. vale destacar que ambos os empreendimentos contribuí, em muito, para disseminar a marca do Território Sisaleiro, no Brasil e no mundo: através dos símbolos do semi-árido, da cultura do sisal e de outras agaváceas, do tecido, etc.

Mas, nessa pesquisa para se constituir este estudo, foi percebido um certo distanciamento relação de parceria entre os empreendimentos solidários e as cooperativas de crédito, no Território. Mas, não cabe aqui qualquer iniciativa na direção do julgamento para se achar o culpado, mas cabe uma análise sem juízo de valores para que a rede econômica do território sisal seja tecida e fortalecida.

Quanto a participação dos setores da economia no território sisaleiro o CODES (2007), revela que o setor primário, através da agropecuária, contribui com 18,53% para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) do conjunto dos municípios Enquanto isso, o setor secundário com 22,82% e o setor de serviços com 58,65%, sendo o PIB *per capita* médio anual igual a R\$ 1.752,98. Esses dados, do Quadro 9, revelam que os serviços contribuem com mais da metade do PIB e o fato se explica pelo índice de emprego e contratos do setor público, com destaque para as prefeituras Entre os Municípios, o destaque fica para os Municípios Teofilândia¹³, Ichú e Valente, sendo que as piores posições ficam para Monte Santo, Itiúba e Quijingue.

Quadro 9 - Formação do Produto Interno Bruto (PIB) Municipal e PIB *Per Capita*, no Território Sisal (Ba) - 2000

Municípios	Agro.	Ind.	Serv.	TOTAL	Pop.	Pib Per Cap.
Araci	11.930	11.607	43.479	67.016	48.228	1.385
Biringinga	5.678	3.403	12.929	22.010	14.647	1.515
Candeal	3.848	1.499	8.750	14.098	9.947	1.420
Cansanção	13.047	4.140	29.214	46.402	32.247	1.437
Conceição do Coité	20.838	35.531	69.107	125.476	57.459	2.160
Ichú	5.631	1.950	6.229	13.809	4.731	2.914
Itiúba	11.227	4.330	31.029	46.587	35.870	1.286
Lamarão	3.543	1.706	7.484	12.733	9.307	1.367
Monte Santo	14.653	6.828	43.869	65.350	55.491	1.177
Nordestina	4.721	3.727	10.448	18.896	12.513	1.520

¹³ O PIB *per capita* de Teofilândia apresenta-se 1,7 vezes superior ao segundo colocado (Ichú) e 4,2 vezes ao último (Monte Santo). Essa vantagem se deve à atividade mineradora no Município.

Queimadas	8.637	3.620	23.663	35.920	25.029	1.432
Quijingue	9.489	3.810	21.914	35.213	27.070	1.303
Retirolândia	6.692	3.114	11.505	21.312	10.774	2.005
Santa Luz	14.399	5.283	34.095	53.777	31.047	1.724
São Domingos	5.401	1.565	8.508	15.474	8.024	1.949
Serrinha	11.932	44.811	93.691	150.434	72.784	2.021
Teofilândia	4.096	70.160	24.437	98.693	20.105	4.943
Tucano	12.292	7.681	48.490	68.463	52.190	1.313
Valente	10.726	13.867	27.555	52.147	19.522	2.676
TOTAIS	178.780	228.632	556.396	963.810	546.985	-

FONTE: IBGE, Pesquisa Municipal, 2002. Grifo nosso, nos municípios com sede de Cooperativas de Crédito. Grifo nosso.

O Território Sisal apresenta indicadores de pobreza e de desigualdade preocupantes. E quem olhar esses dados deve ter claro a necessidade de dinamizar a sua economia, como uma estratégia de apoiar a melhoria dos referidos números. A presença e a intensidade da pobreza atingem mais da metade da população territorial, conforme os dados do Quadro 10, sendo que no município de Quijingue, esse índice ultrapassa 70%. O percentual da renda municipal apropriada pelos 60% mais pobres da população revela a concentração das riquezas nos municípios; em média, apenas 19,5% da renda municipal são apropriadas pelos 60% mais pobres, o que significa dizer que 84,9% ficam para os outros 40%. As piores situações foram encontradas nos municípios de Quijingue, Itiúba, Teofilândia e Cansanção e as melhores em São Domingos, Nordestina e Ichú. É também preocupante o percentual de pessoas que, em 2000, tinham renda *per capita* inferior a R\$ 37,75: quase 45,0%; em cinco municípios (Quijingue, Monte Santo, Cansanção, Itiúba e Araci), o percentual de pessoas com esse limite de renda *per capita* ultrapassava a casa dos 50%. Quanto à renda *per capita*, embora se reconheça a limitação desse indicador para medir qualidade de vida da população, pode-se observar que a situação não é animadora; em apenas quatro municípios (Santa Luz, Valente, Retirolândia e Serrinha) atinge três dígitos. Em cinco municípios (Monte Santo, Quijingue, Cansanção, Nordestina e Araci) a renda *per capita* ficava abaixo de R\$ 60,00, sendo que em um deles (Monte Santo), abaixo de R\$ 50,00. Com relação à apropriação da renda pelos 10% mais ricos, a maior concentração foi registrada em Santa Luz, Teofilândia e Retirolândia, e a menor, em São Domingos, Nordestina e Ichú.

Quadro 10 - Indicadores de Pobreza e Desigualdade e Renda Per Capita dos municípios do Território Sisal (Ba) - 2002

Município	Intensidade da Pobreza (%)	% da renda municipal apropriada pelos 60% mais pobres	% da renda municipal apropriada pelos 10% mais ricos	% da população com renda per capita inferior a R\$ 35,75	Renda per capita (R\$)
Araci	62,82	17,80	46,39	56,80	59,24
Birtinga	56,07	19,22	49,45	48,16	78,97
Candeal	55,41	22,93	37,91	43,67	72,09
Cansanção	67,35	14,49	50,79	59,61	56,30
Conceição do Coité	52,05	20,68	44,85	35,90	94,90
Ichu	50,84	24,78	37,43	32,35	97,43
Itiúba	66,46	13,48	50,75	57,10	68,60
Lamarão	50,52	27,13	35,35	78,01	35,05
Monte Santo	68,98	15,02	41,74	59,68	47,34
Nordestina	57,30	25,01	36,40	51,29	58,92
Queimadas	54,91	19,86	45,58	42,19	80,70
Quijingue	71,66	10,87	50,92	63,87	55,09
Retirolândia	49,79	19,12	52,41	34,89	104,81
Santa Luz	55,22	16,85	56,09	34,32	116,12
São Domingos	44,10	30,57	32,38	25,26	89,52
Serrinha	57,23	16,91	48,09	39,70	103,10
Teofilândia	60,85	14,46	54,85	48,96	86,00
Tucano	57,91	20,13	42,43	43,97	74,36
Valente	48,74	20,76	47,17	32,52	108,47
MÉDIA	57,3	19,5	45,3	46,8	78,3

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD/ONU, 2001. Grifo nosso.

No que tange, no território sisaleiro, ao acesso a bens e serviços, a situação é bastante contraditória. Em média, 29,9% possuem, no domicílio, água encanada e banheiro, sendo o destaque para os municípios de Serrinha, Santa Luz e Ichú, embora em nenhum deles o percentual atinja sequer metade da população; a pior situação é de Monte Santo, apenas 11,1%. Quanto à disponibilidade de energia elétrica, 61,1% da população tem acesso ao benefício, sendo que a melhor situação se encontra em Ichú, Valente e Retirolândia, e a pior fica para Nordestina e Monte Santo. Os índices dos que vivem em domicílio com energia elétrica e possuem aparelho de TV em aproxima-se da casa dos 50%, sendo que em Ichú ultrapassa 70%. Já apenas 35,6% dos que vivem em domicílio com energia elétrica possuem geladeira, sendo as melhores posições ocupadas por Ichú, Serrinha e Valente. O percentual de pessoas que vivem em domicílios com telefone corresponde, em média, a 4,0%, sendo que em Serrinha o índice ultrapassa 8%. Já existe no território, certo modismo do celular, mas esses

dados ainda não estão disponibilizados pelas telefonias, dada a características do serviço (mobilidade geográfica), analisar esses dados no Quadro 11.

Quadro 11 - Acesso a Bens e Serviços pela População dos municípios do Território Sisal (Ba) - 2002

Municípios	Pessoas que vivem em domicílio com água encanada e banheiro (%)	Pessoas que vivem em domicílio com energia elétrica (%)	Pessoas que vivem em Domicílio com energia elétrica e geladeira (%)	Pessoas que vivem em domicílio com energia elétrica e TV (%)	Pessoas que vivem em domicílio com telefone (%)
Araci	23,77	51,65	24,26	40,79	2,42
Birtinga	27,84	54,10	27,00	38,87	1,56
Candeal	23,63	60,55	35,51	57,95	3,05
Cansanção	27,86	54,60	32,10	44,63	3,92
Conceição do Coité	23,90	72,63	45,44	60,99	3,74
Ichú	45,81	81,65	54,19	71,15	5,57
Itiúba	24,93	45,54	23,71	37,28	2,32
Lamarão	14,75	54,96	26,97	42,74	1,64
Monte Santo	11,84	39,50	17,12	26,49	1,73
Nordestina	21,02	34,16	19,09	26,57	1,53
Queimadas	33,53	57,54	37,79	50,52	2,34
Quijingue	20,99	40,71	21,32	28,37	2,24
Retirolândia	25,88	77,50	47,30	62,67	6,15
Santa Luz	42,25	74,24	45,11	61,92	7,96
São Domingos	38,45	72,06	43,37	58,19	2,31
Serrinha	48,95	79,03	52,86	69,31	8,10
Teofilândia	32,01	56,52	31,21	41,70	7,40
Tucano	38,25	62,61	39,46	54,22	5,42
Valente	43,09	81,21	51,80	66,47	5,79
MÉDIA	29,9	60,6	35,6	49,5	4,0

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD/ONU, 2001. Grifo nosso.

Voltando à questão das transferências de renda, trazemos dados mais amplos, nos quais pode ser percebido que, em média, 11,1% da renda familiar, no Sisal, são provenientes da referida fonte, o que, entendemos, não representa riscos à economia local, ao contrário, como vimos, pode ser uma possibilidade de apoio à dinamização econômica territorial. Não obstante, se observarmos que, em 1991, 9,5% das pessoas tinham mais de 50% da sua renda provenientes de transferências governamentais e que, em 2000, esse índice aumentou 2,4 vezes, passando para 22,8% das pessoas, a situação passa a ser preocupante pelo ritmo apresentado. Ou seja, a dependência desse tipo de apoio aumentou. Outra preocupação é que, a renda proveniente do

trabalho é relativamente baixa, com destaque para Quijingue e Monte Santo, onde apenas 28% e 33% respectivamente da renda provêm do trabalho. Essa comprovação pode ser feita com base nos dados do Quadro 12.

Quadro 12 - % de pessoas que vivem com renda proveniente de transferência governamental nos municípios do Território Sisal (Ba) - 2002

Município	Renda proveniente de transferência governamental (%)	% de renda proveniente do trabalho	% de pessoas com mais de 50% da renda proveniente de transferência governamental	
			1991	2000
Araci	8,89	45,99	8,04	22,32
Birtinga	10,62	53,66	8,38	22,69
Candeal	12,21	53,09	9,33	22,69
Cansanção	13,56	38,76	11,72	27,12
Conceição do Coité	10,80	59,44	8,47	20,65
Ichú	11,86	66,94	9,06	27,79
Itiúba	13,07	42,74	11,79	22,49
Lamarão	14,15	58,61	14,89	20,90
Monte Santo	10,83	33,18	9,14	24,75
Nordestina	11,23	51,31	9,14	28,58
Queimadas	11,03	49,78	10,87	28,18
Quijingue	10,33	28,01	6,90	17,70
Retirolândia	10,18	57,82	7,79	25,89
Santa Luz	8,83	63,01	6,80	16,61
São Domingos	8,87	64,57	12,32	21,69
Serrinha	14,21	58,80	12,32	19,23
Teofilândia	10,19	43,18	8,30	24,29
Tucano	10,29	53,54	7,40	21,88
Valente	9,41	65,55	7,57	18,56
MÉDIA	11,1	51,5	9,5	22,8

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD/ONU, 2001. Grifo nosso.

Destacamos, de forma mais completa, a realidade de arrecadação municipal de ICMS, IPVA, ITD e Taxas. Pode-se perceber que o volume é relativamente baixo, se comparada ao quadro populacional, conforme se pode ser constatado no Quadro 13.

Quadro 13 - Arrecadação municipal, no Território Sisal (Ba) - 2002

Municípios	2003 (R\$)	2004 (R\$)
Araci	415.042,00	532.242,00
Birtinga	102.851,00	158.329,00
Candeal	33.955,00	51.058,00
Cansanção	459.226,00	635.841,00
Conceição do Coité	3.101.836,00	4.112.173,00
Ichú	41.174,00	43.964,00
Itiúba	350.518,00	449.596,00
Lamarão	16.614,00	19.635,00
Monte Santo	421.520,00	475.914,00
Nordestina.	99.026,00	133.465,00
Queimadas	398.442,00	476.288,00
Quijingue	178.188,00	206.995,00
Retirolândia	252.817,00	402.367,00
Santa Luz	811.866,00	838.058,00
São Domingos	112.766,00	144.452,00
Serrinha	3.420.272,00	4.772.270,00
Teofilândia	7.408.326,00	1.777.896,00
Tucano	830.283,00	953.588,00
Valente	827.241,00	840.035,00
TOTAL	19.281.963	17.024.166

FONTE: IBGE, Pesquisa Municipal, 2002. Grifo nosso.

Conforme os estudos sobre o percurso histórico do território sisal, pode-se notar que a realidade que envolve a educação, a saúde, a acesso a alguns direitos (...) não houve mudanças significativas, muito embora, houve evoluções que já acenam para melhorias da qualidade de vida, já que esse é um quadro complexo e as mudanças carecem de um determinado período para as mudanças serem apresentadas de forma visíveis e consistentes. Com base nos dados apresentados, que se referem os aspectos relacionados com a dinamização econômica territorial do sisal, é possível visualizar o que foi afirmado no segundo capítulo, quanto a heterogeneidade territorial. Existem diferenças marcantes entre os números dos municípios do território. Pode-se concluir, mesmo de forma parcial que a economia dos municípios encontra-se em sua fase embrionária de desenvolvimento, carecendo de medidas planejadas, articuladas e dirigidas para aquecer e dinamizar o espaço econômico. Outra conclusão parcial é que todos os municípios, embora com suas dificuldades provenientes das condições naturais e ausência de investimentos históricos, possuem grande potencial a ser aproveitado, com destaque para as atividades do setor primário e, para aquelas do setor de serviços, e incluindo, também o comércio.

Deve-se levar em consideração que na região onde o setor agropecuário tem importante papel na formação do PIB, o acesso à terra e água para a produção passa a ter papel de destaque na formulação de políticas para incrementar e dinamizar a economia.

Como se sabe que os recursos são parcos, o território precisa ter iniciativa para que possa aproveitar os referidos recursos e para estes contribuírem com o processo da implementação da dinamização econômica é necessária uma orientação estratégica da aplicação de recursos. É preciso que haja uma intervenção dirigida de assistência técnica para apoiar as atividades produtivas. Caso não haja uma política com essa orientação, o insucesso nos investimentos continuará acompanhando as iniciativas da dinamização econômica.

3.3. Nem só, nem mal acompanhado mas, cooperando. A formação e a atuação da ASCOOB

O ditado, de domínio público, afirma de forma separatista, estimulando de um lado o individualismo e de outro a má companhia e, não disponibiliza outra opção que garanta a boa companhia ou a companhia grupal. O Cooperativismo possibilita essa caminhada coletiva, com a possibilidade de seleção das boas companhias.

E é por conta da ausência de uma cultura mais forte da vida em coletividade que os processos de desenvolvimento de um território se torna mais difícil afinal, não se pode construir algo que seja para beneficiar a muitos, realizada de maneira isolada. É justamente por isso que as cooperativas de crédito são criadas, para beneficiar a totalidade das 'comunidades rochdalianas' em todo o mundo. E as cooperativas de crédito então surgem com o DNA da solidariedade, da proximidade, em função da disponibilização de recursos para financiar a inclusão social, dentro de um projeto maior, de desenvolvimento local/territorial sustentável do crédito. Mas, essa iniciativa se não tiver bases solidificadas em bases consistentes de confiança e de sustentabilidade, acaba por agravar as dificuldades locais. A iniciativa do cooperativismo de crédito solidário enfrenta, no Brasil, um estrutura do crédito oficial e extra oficial muito perversa e inserida numa macropolítica de crédito, que sempre caminhou na contramão, elevando os índices de inadimplência e criando um grupo sem fim de devedores e que bancou, ao longo da história as "obras faraônicas", os "elefantes brancos", que em nada

contribuem ou contribuíram para a dinamização econômica local. É claro que essa história é recheada de interesses por partes dos grandes empresários, banqueiros, gestores públicos e funcionários de escalão do governo. A festa foi grandiosa, assim como as consequências maléficas ao desenvolvimento do país. Neste terceiro capítulo, não caminharemos por essa estrada, mas daremos enfoque à trajetória do crédito cooperativo, filiado à ASCOOP, relacionando sua atuação com a dinamização econômica do território sisal, destacando os passos dados e desafios e as perspectivas dessa trajetória.

Araújo (2007), anuncia que “o ambiente econômico brasileiro vem sendo marcado, nos últimos anos, por um significativo aumento do crédito”. Isso é uma verdade, mas outra verdade é que para se chegar a essa situação, o Brasil foi palco de muitas histórias, tanto dos médios e grandes empresários quanto dos agricultores familiares, trabalhadores, pequenos empreendedores. A pressão sobre as instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) foi forte, muito embora ainda existem as amaras provocadas pelos interesses do capital, mas muitas vezes esbarradas na burocracia. Porém, burocracia é a forma dos interesses do capital se expressar. Quando se quer a burocracia deixa de existir.

Destacamos o fato de que o volume de capitais que foi liberado pelo SFN, ao longo da história do Brasil, não foi dirigido para a dinamização da economia, na direção do desenvolvimento nacional. Os recursos aportados pelo SFN aos demandadores foram usados em prol do benefício individual, de grupos econômicos, empresários, políticos (...), mas do outro lado havia os sujeitos sociais que nunca tiveram acesso a nenhuma fatia do crédito. Esse grupo de excluídos do mundo do crédito percorreu uma construção que deu origem ao que, neste início de século XXI, é chamado de microcrédito. E como foi analisado no primeiro capítulo desse trabalho, pode-se perceber o surgimento dos caixas comunitárias, o fundo rotativo, os fundos solidários (...) e dessas experiências, mais tarde surgiram as cooperativas de crédito. Duque (2006) destaca a experiência da Articulação do Semi-árido (ASA), com o fundo rotativo que consegue bancar o processo de construção de cisternas para armazenamento de água para consumo humano, assim como para a capacitação das famílias envolvidas com o objetivo do manejo das cisternas, do tratamento da água etc. Neste exemplo, Duque (2006), revela o papel da ação do crédito gerador da autonomia das famílias e de suas organizações, como forma de fortalecer a rede de relacionamento entre as instituições e famílias e ainda na elevação da qualidade de vida delas, por conta do cuidado com a saúde, da higiene das pessoas, etc.

Iniciativas como essa da ASA sai do campo da assistência e se amplia para o setor produtivo, e carrega com si os princípios da cooperação, da confiança e por conta disso Abramovay (2004) denomina de “finanças de proximidade”.

Seguindo a teoria, contada nas histórias dos fundos rotativos, dos caixas solidários e comunitários, no Território Sisal, o Movimento de Organização Comunitária (MOC) estimulou essas iniciativas e, junto com a APAEB, STR, movimento de mulheres, igreja católica (...), no início da década de 90 (1991) surge a primeira cooperativa de crédito do território sisal, no município de Valente, denominada COOPERE. E, depois disso e, a partir desse exemplo, em 1997 nasce a segunda, no município de Araci; em 2000, a Itapicuru (com sede em Santa Luz) e em 2001, é criada a de Serrinha. Aliados a essa dinâmica, outros territórios vizinhos, sob a energia desse movimento e dos estímulos que surgem dessas quatro iniciativas são criadas diversas cooperativas singulares. Esse grupo chegou a onze cooperativas singulares e seus postos de atendimento espalhados pela “região” e estas, sentiram necessidade de dialogarem entre si, de se articularem para trocarem experiências e resolverem problemas de forma conjunta. É daí, que em 1999, surge a ASCOOB. Cujo papel é articular, capacitar, captar recursos, contratar profissionais especializados, divulgar o cooperativismo de crédito solidário (...).

Com base em Búrigo (2004), das setenta Cooperativas de Crédito Rural (CCR) existentes na Bahia, onze são filiadas à ASCOOB e dessas, quatro estão no Território Sisal, conforme é mostrado no Quadro 14, a seguir.

Quadro 14 - Cooperativas de Crédito filiadas à ASCOOB e suas características - 2007

<i>Nome</i>	Ano de abertura	Número agências +Sede	Número de sócios	% de AF	Território
CCR de Araci	1997	3	4.840	60	Sisal
CCR de Baixa Grande	2001	1	1.152	40	Jacuípe
CCR de F. de Santana CRESER	1998	5	5.410	70	Portal do Sertão
CCR de Inhambupe COOPERA	1997	3	2.513	30	Alagoinhas
CCR do Vale do Paraguaçu	2002	1	469	50	Recôncavo
CCR de Piemonte	2003	1	755	60	Piemonte

CCR do Recôncavo COCRESUL	1999	2	1.215	10	Recôncavo
CCR de Pintadas – Sertão	1998	3	1.843	100	Jacuípe
CCR de Itapicuru	2000	4	2.233	70	Sisal
CCR de Serrinha	2001	2	2.245	70	Sisal
CCR Valentense – COOPERE	1993	6	8.043	40	Sisal
Soma Total/Média	-	31	30.718	54	5

Fonte: Búrigo (2004) - adequação ASCOOB-2007 - Departamento de Gestão – (Grifo Nosso)

Percebe-se que há certa orquestração cronológica na criação das cooperativas filiadas à ASCOOB, que coincide com a recomendação do Banco Central, em não se criar cooperativas de forma descontrolada e com isso se promover a mortalidade de cooperativas e ainda a preocupação em não se difundir o descrédito do cooperativismo de crédito e com isso se prejudicar o sistema nacional financeiro. Observa-se, dessa forma, que em 2003 é criada a primeira cooperativa e, passam-se quatro anos para serem criadas outras duas. E, partir de 1997, todos os anos posteriores tiveram cooperativas criadas. Com exceção de 1997 e 1998, que foram criadas duas, por ano, nos anos posteriores, foi criada uma, anualmente. E segundo a diretoria da ASCOOB, em entrevista dirigida para esse estudo, não existe projeto de criação de novas cooperativas para o Território Sisaleiro.

Dessa forma, podemos dividir a história do cooperativismo, no Território Sisal, em três etapas, quais sejam: uma primeira o momento de descobrir, de “inventar/criar” o cooperativismo de crédito na “região sisaleira” (meados de 80). Essa se caracterizou pelo comportamento preconceituoso sob o relacionamento com o ‘capital-vil’ mas, rico pela presença da solidariedade, da confiança, da esperança. O marco referencial deste período são as lições com os fundos rotativos, os caixas comunitários e solidários.

Na etapa dois, é a fase da criação, de fato, das cooperativas de crédito e da sua ampliação e expansão (década de 1990), numa geografia que compreendeu a presença em, cerca de, oito territórios. Na primeira, o processo se deu no varejo, mais miúdo, numa dimensão mais de comunidade e no máximo ao nível de municípios, enquanto que na nessa segunda etapa o processo aconteceu no atacado. Nessa etapa o olhar já conseguia enxergar para além do município, é quando coincide com o início do debate e da construção do processo de desenvolvimento na perspectiva territorial. De qualquer forma, os documentos das entidades dos territórios relevam o papel de entidades de assessoria como o MOC.

Na terceira fase, é revelada a necessidade de consolidação e fortalecimento do cooperativismo de crédito, através da qualificação da ação do CC nos aspectos da gestão do estabelecimento da rede de parceiros. Essa fase se dá no final da década de 90 e início do século XXI. Aqui, os segmentos envolvidos contaram com o apoio do MDA/SDT e de empresas como a PETROBRÁS e a cooperação internacional.

José Paulo, da cooperativa do Vale do Itapicuru, afirma que no início dessa caminhada muitos não sabiam onde esse movimento cooperativista “ia nos levar, mas não tínhamos outra opção e a partir daí fomos construindo um projeto, com diversos sujeitos e várias formas de enxergar o território sisal, mas todos querendo mudanças e desenvolvimento. E ai fomos espalhando pelo território”, afirma.

Quanto a presença do cooperativismo de crédito no sisal, é possível ser observado que as quatro cooperativas que ai atuam apresentam uma cobertura geográfica da ordem de doze pontos de atendimento (ficando ainda oito municípios sem cobertura de sede ou agência), nos municípios do território, entre a sede da cooperativa e as agências (posto de atendimento cooperativo PAC), ou seja, quase 50% do total de toda a rede ASCOOB (trinta e um pontos de atendimentos). Desses doze pontos de atendimento das cooperativas singulares filiadas à ASCOOB, é possível afirmar, com base nas informações de dirigentes da ASCOOB, que ainda existem municípios que não dispõem de nenhuma agência bancária ou cooperativa de crédito. O CODES (2007) informa que os municípios de Lamarão, São Domingos e Nordestina são exemplos desses municípios e não possuem agências bancárias e nem pontos de atendimentos de cooperativas. Estes municípios se valem de correspondentes bancários, casas lotéricas, farmácias etc. que atende todas as demandas que as comunidades apresentam e nem sempre correspondem a um atendimento mais confortável e confiável.

Lamarão fica na área de atuação de Serrinha; São Domingos próximo a Valente (11km) e Nordestina, na área de influência de Itapicuru. Os municípios do Território Sisal são servidos pela rede dessas cooperativas de crédito, conforme a realidade exposta no Quadro 15, a maioria dos municípios do território possui agências do Banco do Brasil, do Bradesco e apenas Serrinha e Coité possuem Caixa Econômica. O Banco do Nordeste do Brasil tem agência regionalizada em Feira de Santana (Território Portal do Sertão) e disponibiliza Agentes de Desenvolvimento para acompanhar os municípios do território.

Quadro 15 – Distribuição das cooperativas de crédito, filiadas à ASCOOB, por municípios, com sede e pontos de atendimentos, no Território Sisal – 2007

Nome da Cooperativa de Crédito Rural	Ano de abertura	Número Sócios	Agricultores familiares %	Municípios do Sisal atendidos
CCR Araci	1997	4.840	60	Araci, Teofilândia, Tucano
CCR Serrinha	2001	2.245	70	Serrinha e Ichú
CCR Valente ¹⁴	1993	8.043	40	Valente, Conceição do Coité e Retirolândia
CCR Vale do Itapicuru	2000	2.233	70	Santa Luz, Cansanção, Queimadas e Quijingue
Total/média	-	17.361	60	12

Fonte: ASCOOB - 2007

É necessário destacar que, comparando os dois quadros anteriores (14 e 15), o número de cooperados das singulares que se localizam no território sisal ultrapassa a metade dos cooperados do número de cooperados que compõem o conjunto dos cooperados de toda as cooperativas singulares vinculados à ASCOOB. Mas, há ainda muito que se fazer para se atingir um grupo maior de filiados no território, quando se relaciona este número com a população territorial. Como foi visto no primeiro capítulo, o território sisal conta com uma população aproximada de meio milhão de pessoas. Logo, o número de filiados às cooperativas de crédito, no Sisal, é de 3,4% da população territorial. E aqui é preciso refletir sobre duas questões:

¹⁴ A CCR Valente – possui seis pontos de atendimentos, mas estão em municípios de outros territórios: Nova Fátima, Capim Grosso e Quixabeira.

A – Há um potencial enorme para as cooperativas de crédito, considerando-se que este número pode ser elevado para um patamar que, com certeza, fortalecerá o cooperativismo de crédito no território, assim como dinamizará a economia e a vida social no Sisal. No entanto, é preciso se estudar onde se pode chegar nesse aspecto além de se conhecer até onde se pode chegar aos números de cooperados, isto é, qual um “número médio ideal”, já que nem toda a população se identifica ou se interessa por tal intento. E essa estratégia deverá constar no planejamento da ASCOOB e do CODES;

B – Se, com uma média de 17 mil pessoas filiadas (3,4%), as cooperativas já mobilizam recursos financeiros, dinamizando a economia territorial, imaginemos se esse número for multiplicado por duas, cinco, dez vezes, por exemplo.

A ASCOOB, buscando estruturar uma estratégia de ampliação de sua capacidade de captação de recursos externos e contribuir com a construção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, é filiada à União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), bem como da Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária (ANCOSOL) e, a nível de Estado da Bahia se articula numa rede de parceria que vai do STR local, Pólos Sindicais, passando pelas associações, MOC, APAEB, COOPERAFIS, Rede Pintadas, ADS/CUT, Escolas Famílias Agrícolas (EFAS), prefeituras, Banco do Nordeste, Caixa Econômica, Bando do Brasil, BNDES, COGEFUR, Banco Central, Secretarias de Governo do Estado, Ministérios, Conselhos de Desenvolvimento territoriais, e entidades da cooperação internacional, etc. isso permite avançar sua atuação em cinco territórios, diretamente e em oito através da atuação das agências ou de seus Postos de Atendimento ao Cooperado (PAC).

A ASCOOB tem em sua missão o papel de “fortalecer a economia familiar solidária, através do cooperativismo (CCR) de crédito, fomentando os processos de desenvolvimento local integrado, sustentável e solidário do estado da Bahia” e, para consolidar a sua missão seus objetivos são “fortalecer as CCR no desempenho de suas funções; expandir o CCR de apoio a economia familiar e integrar as CCR aos processos de DLS (local e regional). Percebe-se que já em 1999, quando foi criada, que já passava em seus objetivos a articulação territorial, aqui denominada de regional. antes mesmo do MDA/SDT tomar como política, em 2003.

Das cooperativas filiadas à ASCOOB, seis são filiadas ao Sistema SICOOB/BANCOOB e cinco estão sem central, também tratadas como solteiras, aguardando e construindo a criação

da ASCOOB Central, já que precisam dá um enfoque maior a sua atuação junto à Agricultura Familiar e à Economia Solidária. De qualquer forma, as singulares filiadas à ASOOB atuam em rede, com estratégias técnicas e políticas, visando modificar a situação econômica e a qualidade de vida dos setores envolvidos em sua missão.

O diagnóstico¹⁵ da situação do território sisal, no campo de atuação das CCR, apresenta, no mínimo, três características que são foco de atuação das mesmas, quais sejam:

- O quadro geral do território, como foi visto nos dados apresentados ao longo deste trabalho, revela um grau de pobreza muito alto e essa deficiência leva, naturalmente, as instituições a se preocuparem primeiramente com a inclusão social (combate a fome, ao trabalho infantil, ao analfabetismo, etc.). O quadro de pobreza em alguns municípios é tanto que a rede bancária é ausente totalmente, a exemplo de Lamarão, Nordestina e São Domingos...ficando esta atuação por conta das cooperativas de crédito, casas lotéricas etc. Este quadro de pobreza retarda e cria limitações à dinamização econômica territorial;
- Fraca circulação financeira, promovida pela pouca capitalização das pessoas e instituições do território, bem como pela atuação dos bancos comerciais que captam no território e destina o volume de recursos captados para os grandes centros, aumentando a concentração financeira nos grandes centros. E complementando, Corsini (2007) afirma que “além das barreiras econômicas e culturais que persistem, dificultando o acesso às instituições financeiras tradicionais, os usuários do microcrédito demonstram sensibilidade ao atendimento mais próximo, sem contar com os obstáculos decorrentes das aceleradas inovações tecnológicas”;
- Desarticulação da rede de instituições, ao nível municipal e territorial, que possa promover a dinamização econômica territorial. E essa desarticulação pôde ser vista na desintegração entre o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do sisal (PTDRS) e o planejamento estratégico da ASCOOB. O que pode ser visto, quando comparados os referidos documentos, é uma caminhada paralela numa reta que nunca se encontrará. Isso sem se falar no descolamento dos planos das diversas entidades com atuação no território. Os planos não consideram a dinamização econômica como um instrumento de DT. Ou eles são determinados por um conteúdo puramente economicista ou fogem da dinamização como se não fosse algo importante. As cooperativas de crédito, e as de produção, por exemplo, não têm uma orientação comum estratégica sobre o DT. Ao longo

¹⁵ Diagnóstico feito junto aos dirigentes das CCR singulares filiados à ASCOOB, em setembro de 2007.

desse estudo pode se perceber que, de um lado há um limite de conhecimento, por parte das lideranças e entidades envolvidas para que essa articulação aconteça e de outro, acompanham as vaidades, as individualidades que perseguem e dificultam os projetos coletivos, solidários, territoriais.

O quadro de dificuldades também chega até as CCR, quando por exemplo se trata de gestão das mesmas. Considere, o desafio existente por parte dos agricultores e membros da economia solidária, sem formação específica e em sua maioria com baixo nível de escolaridade, ter que gerenciar um volume de recursos, relativamente alto, para a sua realidade. Imagine, em 31 de dezembro de 2001, a COOPERE (Valente) gerenciou R\$: 4,2 milhões em depósitos. É preciso que as CCR zelem pelos depósitos dos cooperados, considerados como seu patrimônio para que sua imagem possa ser valorizada e com isso atrair mais cooperados e mais capital para a cooperativa movimentar e dinamizar a economia territorial.

Os recursos necessários para deslançar a implantação e implementação de uma cooperativa de crédito devem ter origem a partir do grupo de pessoas e entidades envolvidas, muito embora, existem investimentos a serem realizados, como a infra-estrutura, capacitação, etc. que, de acordo o nível de renda do grupo, que está a frente da criação de uma cooperativa, carecerá de apoio financeiros externos. Nem sempre o poder público tem apoiado (com qualquer natureza de apoio) este tipo de atividade, não obstante, os gestores públicos saibam da importância das cooperativas de crédito para o desenvolvimento local. Outros sujeitos também poderiam dar suas contribuições no sentido do apoio para a criação e fortalecimento dos referidos empreendimentos. Vale destacar que o tipo de apoio varia desde ao apoio financeiro até o ato de participar da rede cooperativa ou incluir as cooperativas de crédito nos circuitos econômicos locais/territoriais, como exemplo, aquisição dos produtos e serviços na merenda e atividades culturais nas escolas.

Porém, de outro lado, ganha cada vez mais lugar na agenda positiva das organizações da cooperação internacional, o microcrédito como instrumento estratégico de combate e a pobreza e de dinamização econômica dos territórios. Paralelo a isso, como afirmou Araújo (2007), é apresentado um quadro nacional e estadual promissor ao fortalecimento do cooperativismo de crédito. O governo federal vem trilhando um percurso de aumentar, a cada ano o volume de recursos do PRONAF, por exemplo. A nível estadual, com eleição do

Governo Wagner, em 2006, abre-se uma possibilidade concreta de apoio à dinamização dos territórios e das cooperativas de crédito.

Sobre as três situações do diagnóstico apresentado anteriormente, são expostos alguns dados referentes às atividades desenvolvidas pelas singulares filiadas à ASCOOB, basicamente com duas estratégias de ação: a de *captar recursos*, na 'comunidade local' e, junto às instituições externas (nacional e internacional) e "disponibilizar" os recursos captados, para fomentar a economia local. E conforme foi citada anteriormente, a coleta dos dados foi feita junto ao Departamento de Gestão da ASCOOB, assim como, junto às quatro Cooperativas de Crédito Rural, singulares que têm atuação no Território Sisal. Além disso, participaram dessa pesquisa, entidades parceiras das referidas singulares. A formatação da construção dos dados se deu através de acessos a documentos das entidades; roteiro¹⁶ orientado com questões para respostas e anotações em reuniões da ASCOOB (encontros da ASSCOOB, chamados ENASCOOB, oficinas, assembléias gerais e atividades de formação etc.). A demanda do tema partiu de uma necessidade do território e da ASCOOB, e o estudo foi desenvolvido sob o olhar e a participação das entidades filiadas a ASCOOB e ao CODES. Quanto ao bloco de questões aplicado às entidades supracitadas constou de cinco quesitos e compreendeu em querer perceber o sentimento das diversas entidades envolvidas com o desenvolvimento territorial e relacionadas às cooperativas de crédito rural, com atuação no Território Sisal e filiado a ASCOOB.

Quando indagado sobre o que os gestores da ASCOOB, através de seus gestores (diretoria e conselho de administração - CONSAD), considera por dinamização econômica do território e como deve acontecer essa dinamização, o departamento de Gestão usou os seguintes argumentos, considerando que dinamização econômica do território "é o processo pelo qual os recursos econômicos e financeiros de um determinado ambiente estão em permanente fluxo estimulando as atividades de produção, comercialização e consumo a serviço do desenvolvimento territorial". Esta consideração apresenta a concepção de uma prática do cooperativismo, orientada a partir dos interesses da agricultura familiar e da economia solidária, com um enfoque de inclusão e de fortalecimento da participação de um número significativo dos sujeitos envolvidos nesse projeto de governo.

¹⁶ Responderam o roteiro das questões as singulares: Araci, Itapicuru, COOPERE Valente, ASCOOB e as entidades parceiras COOPERAFIS, ADS-CUT e CODES. As demais entidades não devolveram o roteiro, no tempo previsto.

Ainda sobre essa indagação os dirigentes do vale do Itapicuru acrescentam a preocupação com a participação de investimentos e envolvimento coletivos e a COOPERAFIS se dedica a valorizar os recursos do território, como elemento potencial da referida dinamização e a ADS-CUT convoca à reflexão sobre a necessidade de articulação das políticas públicas. A COOPERE destaca que a dinamização requer, no mínimo que se pense a médio e longo prazo.

As respostas das entidades revelam uma sintonia entre a forma de pensar e articular a intervenção do cooperativismo de crédito na Dinamização Econômica do Território Sisal.

E de quem é a responsabilidade de iniciar e gerenciar esse processo? A responsabilidade é de cada entidade, liderança, pessoa mas, a ação deve ser coletiva, articulada. Dentro dessa perspectiva, é fundamental que, ao nível de municípios tenham ações de forma integrada, organizada, constituindo cadeias produtivas (assegurando a relação PRODUÇÃO-CONSUMO) e organizações de abrangência territorial, fortalecendo-as e permitindo que concorram nos diversos circuitos econômicos (por exemplo, reduzindo custos através de ganhos em escala, barganha de preços).

Para melhor entender o dinamismo econômico, pode ser observado o Quadro 16, que traz uma comparação dos depósitos e operações de crédito nos períodos de três anos (maio-2004 e maio-2007), nos municípios sede das cooperativas do Território Sisal: CREDIARACI (Araci), ITAPICURU (Santa Luz), SERRINHA (Serrinha) e COOPERE (Valente)

Quadro 16 - Comparação dos depósitos e operações de crédito nas CCR de Araci, Itapicuru, Serrinha e Valente – maio-2004 e maio-07

MUNICÍPIOS	Depósitos		Var. %	Operações de Crédito		Var. %
	Mai/04	Mai/07		mai/04	Mai/07	
ARACI	6.368.629,00	8.504.811,00	134%	5.234.151,00	8.440.691,00	161%
SANTA LUZ	7.607.406,00	10.659.658,00	140%	6.703.002,00	10.619.777,00	158%
SERRINHA	54.889.787,00	91.497.135,00	167%	32.324.963,00	44.282.858,00	137%
VALENTE	6.418.779,00	13.412.696,00	209%	2.640.530,00	6.757.099,00	256%
Total	75.284.601,00	124.074.300,00	165%	46.902.646,00	70.100.425,00	149%

Fonte: SISBACEN/2007

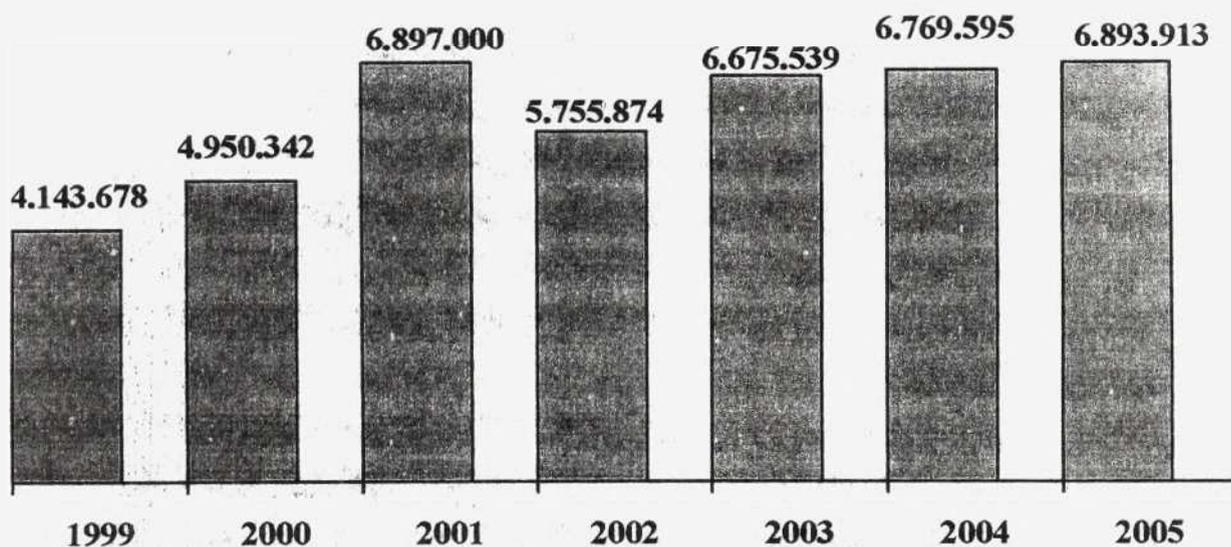
Analisando o quadro anterior, sobre a evolução dos dados citados, é feita uma provocação a respeito da realidade do território em relação à dinamização econômica. A média de crescimento dos depósitos nos três anos, por exemplo, é de 65%, o que configura um aumento da poupança local. O município de Valente é o exemplo mais forte de quem conseguiu um crescimento superior a 100% de aumento no período.

“Durante o diálogo com lideranças e dirigentes da COOPERE, os mesmos citaram que até os meados de 2007, a singular conseguiu captar R\$: 12 milhões, tendo sido este valor aplicado integralmente na economia nos próprios municípios”, concluiu o presidente da COOPERE, Ranúsio. Nessa mesma linha, Robson Sena, registra que a Itapicuru possui 9 milhões de ativos, buscando atuar preferencialmente nas cadeias e núcleos produtivos das atividades prioritárias do segmento econômico do Território Sisal, a exemplo da ovinocaprinocultura. Da mesma forma a COOPERAFIS tem buscando atuar junto ao circuito do artesanato.

Voltando ao Quadro 16, percebe-se, em proporção um pouco menor, uma ampliação da ordem de 49%, da oferta de crédito nos municípios analisados. É fundamental que haja uma definição clara, planejada, no Plano Safra Territorial (PST), sobre a melhor forma de aplicação dos recursos captados (depósitos) nas operações de crédito, para que possam financiar o desenvolvimento das atividades produtivas e conseqüentemente da evolução das riquezas territoriais. Neste item, é surpreendente o crescimento dos dados apresentados pela Coopere, revelando a capacidade que têm as cooperativas de crédito em captar recursos em forma de depósitos (a vista e a prazo) e devolvê-los à comunidade em forma de empréstimos para financiar e dinamizar a economia dos municípios e o território, onde atuam.

No Gráfico 3, pode ser vista a evolução financeira da ASCOOB, no período compreendido entre 1999 a 2005, no que diz respeito ao volume de crédito rural disponibilizado por todas as cooperativas filiadas à ASCOOB para seus cooperados. Pode ser constatado que, em 2004, o volume de crédito era de R\$: 4.1443.678, chegando a aproximadamente R\$: 7 milhões, no ano de 2005, havendo um acréscimo de quase 3 milhões, ou seja, quase dobrou o valor, no período. Esses valores são recursos do PRONAF, em parceria com o Banco do Brasil e Banco do Nordeste, sob o aval de entidades parceiras, internacional (Europeias), como o DISOP e a CORDAID. Segundo dirigentes das singulares, esses valores poderiam ser bem maiores se não fossem a burocracia e as amarras do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, mas que essa relação vem melhorando bastante, a partir de 2006, precisando, ainda de ajustes.

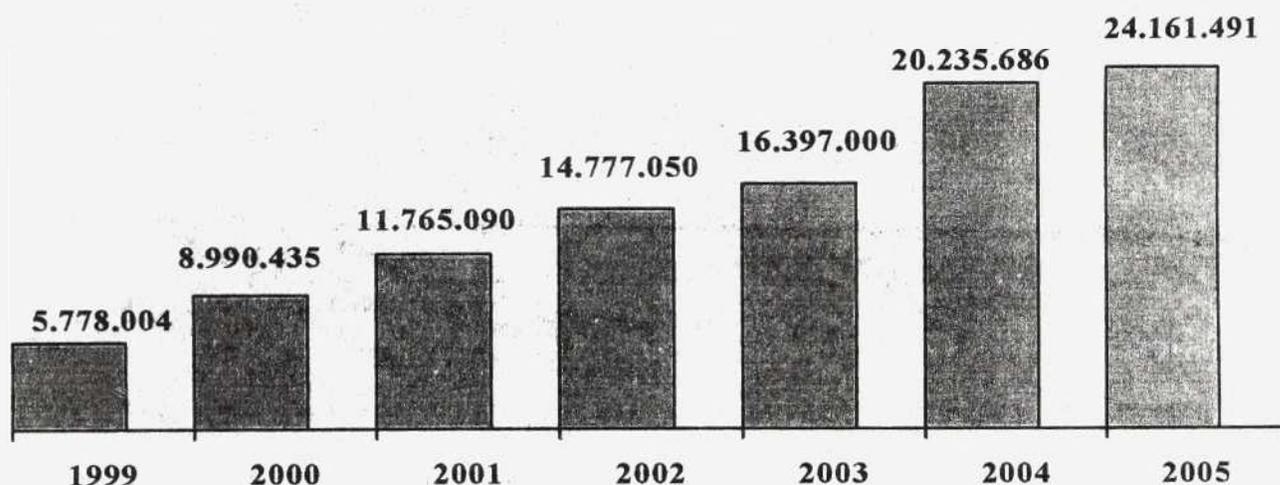
Gráfico 3 - Evolução Financeira da ASCOOB (1999-2005) – Crédito Rural (R\$ 1,00)



Fonte: Departamento de Gestão/ASCOOB (2006)

É preciso também apresentar os valores da evolução financeira da ASCOOB, a partir de seus recursos próprios disponibilizados para seus cooperados para investirem em atividades produtivas.

Gráfico 4 - Evolução Financeira das filiadas da ASCOOB (1999-2005) – Empréstimo R\$ 1,00 - Recursos Próprios



Fonte: Departamento de Gestão/ASCOOB (2006)

O Gráfico 4, mostra a capacidade que as cooperativas têm no processo de dinamização econômica dos municípios e territórios, a partir de um procedimento que é função básica das instituições financeiras, isto é, realizara intermediação financeira. Pode ser observado que no período compreendido entre 1999 a 2005 as cooperativas singulares associadas à ASCOOB conseguiram disponibilizar R\$: 25 milhões, em forma de empréstimo, para que seus cooperados realizassem investimento nos circuitos produtivos de seu interesse. E, na figura pode ser vista uma curva com comportamento ascendente e crescente, mas chamamos a atenção para o fato do risco prejudicial que pode ocorrer para à dinamização econômica territorial caso não haja um planejamento estratégico de desenvolvimento territorial onde aponte as cadeias produtivas que podem e devam ser estimuladas, pelo crédito dirigido. O Sisal, em seu PTDRS, e projetado no Plano Safra Territorial (PST), 2006-2011, definiu as cadeias produtivas estratégicas quais sejam: sisal, ovinocaprinocultura, pequenas criações (aves caipiras), apicultura e artesanato. Essas são as macro orientações para investimento, mas ainda está ausente uma política de ATER, para orientar os rumos inovadores e tecnológicos e o acesso a mercados. A ASCOOB não pode permitir que as singulares captem recursos através de depósitos (a prazo e à vista), tendo um custo para essa captação e não haver um destino, seguro, sustentável para esse volume captado. A captação, de preferência do tipo

depósito a vista, que não tem custos para a singular, precisam ter um fim, um objetivo, não se capta apenas para se elevar os números da centralização de capitais. E os empréstimos precisam remunerar a singular sem causar transtornos financeiros, assim como não pesar no orçamento dos cooperados ou trazer qualquer tipo de prejuízos, que pode inclusive promover elevação nas taxas de inadimplência. Um índice ideal de inadimplência médio gira em torno de 2 a 5%, que tem sido a recomendado do departamento de gestão da ASCOOB, mas existem carteiras de crédito em algumas singulares da ASCOOB que chegam a 20 – 30%. Mas, como citado anteriormente, a ASCOOB se encontra na terceira fase desse processo de fortalecimento do cooperativismo de crédito, voltado para o desenvolvimento territorial, e nesse momento histórico e estratégico a gestão é o foco central da atenção e dos esforços dos assessores da ASCOOB.

O Quadro 17 traz a análise dos dados de algumas das cooperativas e nos faz reportar a uma preocupação: as cooperativas de crédito rural, no Sisal, apesar do bom desempenho de participação nas economias locais, não estão evoluindo nas mesmas proporções que o sistema financeiro nacional. Pode-se observar um crescimento tímido no volume de captação de depósitos tendo, a cooperativa de Araci, perdido mercado, assim como uma redução do volume de crédito na média, liderado também por um baixo desempenho da mesma. Em ambos os aspectos, a cooperativa de Serrinha, merece destaque pela capacidade de alavancagem dos seus recursos. Mas, pode ser constatado, no Quadro 17, o fato da evolução ao nível também de três singulares do Sisal, que retomamos, como exemplo, para analisar as mesmas questões postas pelos dois últimos Gráficos, citados anteriormente. É possível e, necessário observar os números expressivos da capacidade de captar e de re-investir, através de empréstimos, que as cooperativas filiadas à ASCOOB têm, contribuindo assim com a dinamização econômica territorial.

Quadro 17 – Evolução de Cooperativas de crédito com atuação no sisal – depósitos e operações de crédito – Maio 04 e Maio 2007

COOPERATIVAS SEDE	Depósitos		Var. %	Operações de Crédito		Var. %
	mai/04	Mai/07		Mai/04	Mai/07	
ARACI	3.505.266,00	3.018.862,00	86%	3.311.896,00	2.031.173,00	61%
ITAPICURU	2.631.003,00	3.120.265,00	119%	3.039.283,00	3.257.051,00	107%
SERRINHA	1.836.914,00	3.333.146,00	181%	1.717.055,00	2.648.700,00	154%
Total	7.973.183,00	9.472.273,00	119%	8.068.234,00	7.936.924,00	98%

Fonte: Departamento de Gestão/ASCOOB (2006)

Quando o Departamento de Gestão da ASCOOB foi indagado sobre qual tem sido a contribuição que a mesma tem dada à Dinamização Econômica do território do sisal, o assessor Alécio Mascarenhas (2007), reagiu dizendo que “é necessário tomar a intervenção da ASCOOB sob dois aspectos, um enquanto instituição e o outro como representativa de um conjunto de cooperativas singulares”.

E, em seguida, dialoga tentando justificar sua resposta dizendo que sob o prisma da instituição ela terá ações estratégicas que serão operacionalizadas pelas cooperativas, ou seja, a ASCOOB, busca, junto aos seus parceiros, recursos para que as singulares, lá na comunidade, na ponta do circuito econômico façam chegar o crédito aos referidos associados e os departamentos da associação (gestão, educação cooperativista, assistência técnica e microcrédito) atuarão na assessoria para a aplicação eficiente destes. Dois exemplos, nesse sentido são fundamentais:

- Projeto Parceiros da Terra (PPT), é um programa da ASCOOB (Departamento de ATER), que através da captação de recursos nacionais e internacionais, propicia a criação de fundos de aval que servem como lastro para que as cooperativas operacionalizem o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O PPT é uma resposta ao problema histórico da falta de acesso dos agricultores familiares a recursos financeiros e a ATER, voltados para a produção/comercialização. Ainda assim, a ação da ASCOOB tem, sido insuficiente para acessar maiores volumes de recursos, já que uma parte

significativa dos recursos do PRONAF não tem sido acessado pelo agricultor familiares, por um conjunto de motivo que não trataremos aqui.

- O Programa de Microcrédito da ASCOOB (PROMIC), coordenado pelo Departamento de Microfinanças, é fruto de negociação com a organização PROMIC (Holanda), e leva mais de R\$ 2,5 milhões, em microcrédito para as cooperativas filiadas, com metodologia própria, acompanhamento e capacitação.

‘Ambos os programas tem a característica comum de captar recursos externos (no Brasil e na Europa) e aplicá-los nas comunidades da área de ação da ASCOOB, com as finalidades características de crédito produtivo orientado, uma circunstância excelente para a dinamização das economias locais’, afirma Mascarenhas. Vale destacar ainda que o departamento de Educação da ASCOOB tem a responsabilidade de levar capacitação às comunidades, em prol do desenvolvimento do cooperativismo e de outras instituições associativas, assim como o Departamento de Gestão atua para que as cooperativas aumentem sua eficiência administrativa e conseqüentemente aumente sua capacidade de levar e gerenciar mais recursos às comunidades, inclusive os recursos da própria comunidade.

Sob o prisma de “conjunto de Cooperativas”, a análise deve ser precedida da observação comparativa do volume de negócios das cooperativas com os bancos, e dessas, com a média nacional. Em virtude da natureza da intermediação financeira, onde as cooperativas captam recursos e os emprestam, podem ser avaliados, a princípio, os recursos captados em depósitos. O quadro 18, traz a referida possibilidade de comparação, para uma reflexão necessária: alguns números do sistema bancário, versus dados das cooperativas de crédito, filiadas à ASCOOB.

Quadro 18 – Comparação entre números do sistema bancários e números do cooperativismo de crédito ascoobiano (2007)

Comparativo de Depósitos entre Bancos e Cooperativas de Crédito, Data-base: 31.12.2007							
Municípios	Poupança	Outros	Depósitos Bancos	No. De Bancos	Dep/médios por Banco	Depósitos Cooperativas	% Depósitos
Araci	R\$ 5.363.176,00	R\$ 3.141.635,00	R\$ 8.504.811,00	1	R\$ 8.504.811,00	R\$ 3.018.862,00	35%
Euclides da Cunha	R\$ 22.706.263,00	R\$ 13.622.340,00	R\$ 36.328.603,00	3	R\$ 12.109.534,33	R\$ 207.690,00	1%
Tucano	R\$ 8.141.433,00	R\$ 4.432.170,00	R\$ 12.573.603,00	2	R\$ 6.286.801,50	R\$ 571.704,00	5%
Teofilândia	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-	-	R\$ 583.594,00	-
Valente	R\$ 7.560.897,00	R\$ 5.851.799,00	R\$ 13.412.696,00	1	R\$ 13.412.696,00	R\$ 3.528.813,00	26%
Capim Grosso	R\$ 5.773.577,00	R\$ 4.083.384,00	R\$ 9.856.961,00	1	R\$ 9.856.961,00	R\$ 2.028.699,00	21%
Nova Fátima	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-	-	R\$ 1.536.368,00	-
Retrolândia	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-	-	R\$ 1.081.216,00	-
Conceição do Coité	R\$ 39.946.882,00	R\$ 23.018.171,00	R\$ 62.965.053,00	3	R\$ 20.988.351,00	R\$ 1.271.470,00	2%
Quixabeira	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-	-	R\$ 990.114,00	-
Gavião	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-	-	R\$ 963.036,00	-
Serrinha	R\$ 55.810.811,00	R\$ 35.686.324,00	R\$ 91.497.135,00	3	R\$ 30.499.045,00	R\$ 3.333.148,00	4%
Ichú	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-	-	R\$ 921.342,00	-
Santan Luz	R\$ 8.162.786,00	R\$ 2.496.872,00	R\$ 10.659.658,00	1	R\$ 10.659.658,00	R\$ 3.120.265,00	29%
Cansanção	R\$ 7.316.237,00	R\$ 1.941.895,00	R\$ 9.258.132,00	1	R\$ 9.258.132,00	R\$ 891.201,00	10%
Queimadas	R\$ 4.622.630,00	R\$ 3.241.469,00	R\$ 7.864.099,00	1	R\$ 7.864.099,00	R\$ 1.068.908,00	14%
Quijingue**	R\$ 1.785.755,00	R\$ 608.504,00	R\$ 2.314.259,00	1	R\$ 2.314.259,00	R\$ -	0%
Total	R\$ 187.110.447,00	R\$ 98.124.563,00	R\$ 265.235.010,00			R\$ 26.117.428,00	9%

Fonte: Cooperativas de crédito e SISBACEN.
 **Quijingue funciona como Caixa Avançada, não tendo movimento de Depósitos e Operações de Crédito próprios.

Observa-se na Ilustração 1, que nas quatro cooperativas da ASCOOB (grifo da ASCOOB), situadas no Sisal, há diferenças relevantes no nível de participação dos depósitos, se comparados os dados aos dos Bancos Comerciais, variando de apenas 1%, de participação a excelente marca de 35% de participação, sendo que a média do somatório das cooperativas, chega à casa de 9%. Vale ressaltar que esse índice, quando comparado à média nacional, que é de 1,4% é considerado EXCEPCIONAL, inclusive com referência em padrões do Banco Central do Brasil (2007). E essa situação não pode ser considerada como uma recomendação ao comodismo mas, traduz o alto grau de credibilidade que as cooperativas gozam nos municípios onde atuam.

Ora, tomando como base que as CCR enfrentam um conjunto de dificuldades, quando comparadas ao aparato que possuem os bancos, os seus resultados revelam um início de maturidade e de poder junto ao processo de dinamização econômica do território sisal, imagine se esses agentes conseguem ampliar sua base de cooperados, sua área de atuação e apoio de outros e sujeitos envolvidos no DT do sisal. Se por um lado, puderam ser vistos dados comparativos entre bancos e as cooperativas por outro lado, faz-se necessário também ver e avaliar a aplicação dos referidos recursos, como os que se apresentam no Quadro 19.

Quadro 19 – Comparativo de operações de crédito entre Bancos e Cooperativas de Crédito - 2007

Comparativo de Operações de Crédito entre Bancos e Cooperativas de Crédito, Data-base: 31.12.2007						
Municípios	Crédito Rural	Outros	Op. de Crédito	Op. Cred. por Bancos	Op. Cred. Cooperativas	% Créditos
Araci	R\$ 2.017.405,00	R\$ 6.423.286,00	RS 8.440.691,00	RS 8.440.691,00	R\$ 2.031.173,00	24,1%
Euclides da Cunha	R\$ 8.702.926,00	R\$ 18.922.741,00	RS 27.625.666,00	RS 9.208.555,33	R\$ 523.461,00	1,9%
Tucano	R\$ 73.823,00	R\$ 2.486.305,00	RS 2.560.128,00	RS 1.280.064,00	R\$ 784.773,00	30,7%
Teofilândia	RS -	RS -	RS -	-	R\$ 332.773,00	-
Valente	R\$ 1.936.239,00	R\$ 4.820.860,00	RS 6.757.099,00	RS 6.757.099,00	R\$ 4.974.869,00	73,6%
Capim Grosso	R\$ 2.226.677,00	R\$ 7.937.068,00	RS 10.165.745,00	RS 10.165.745,00	R\$ 1.083.124,00	10,7%
Nova Fátima	RS -	RS -	RS -	-	R\$ 521.841,00	-
Retrolândia	RS -	RS -	RS -	-	R\$ 765.673,00	-
Conceição do Coité	R\$ 1.159.646,00	R\$ 34.685.414,00	RS 35.845.060,00	RS 11.948.353,33	R\$ 1.531.676,00	4,3%
Quixabeira	RS -	RS -	RS -	-	R\$ 474.494,00	-
Gavião	RS -	RS -	RS -	-	R\$ 436.353,00	-
Serrinha	R\$ 6.279.448,00	R\$ 38.003.410,00	RS 44.282.858,00	RS 14.760.952,67	R\$ 2.648.700,00	6,0%
Ichú	RS -	RS -	RS -	-	R\$ 460.598,00	-
Santan Luz	R\$ 6.123.252,00	R\$ 4.496.525,00	RS 10.619.777,00	RS 10.619.777,00	R\$ 3.257.051,00	30,7%
Cansanção	RS -	R\$ 703.296,00	RS 703.296,00	RS 703.296,00	R\$ 790.037,00	112,3%
Queimadas	R\$ 5.360.923,00	R\$ 6.695.375,00	RS 12.056.298,00	RS 12.056.298,00	R\$ 1.516.321,00	12,6%
Quijingue**	RS -	R\$ 250.114,00	RS 250.114,00	RS 250.114,00	-	0,0%
Total	R\$ 33.882.339,00	R\$ 128.424.394,00	RS 159.306.732,00		R\$ 22.132.917,00	13,9%

Fonte: Cooperativas de crédito e SISBACEN.
**Quijingue funciona como Caixa Avançada, não tendo movimento de Depósitos e Operações de Crédito próprios.

As operações de crédito, apresentadas no quadro 19, trazem uma realidade ainda mais clara do papel e importância das cooperativas de crédito na dinamização da economia dos municípios. Os mais de R\$22,1 milhões, aplicados pelas quatro cooperativas, em análise, equivalem a 13,9% do total de operações de crédito do sistema bancário. Ou seja, um nível muito superior aos 2,3% da média nacional conforme recomenda o Banco Central do Brasil - 2007. Vale ainda ressaltar que dos recursos de crédito rural que constam nos bancos, parte deles foram viabilizados pelo Projeto Parceiros da Terra (PPT), da ASCOOB, R\$1,1 mi (segundo departamento de ATER), ou seja, 3,3% do total de Crédito Rural. Valor relevante, levado em consideração que o projeto tem apenas quatro anos.

Quando se trata de dinamização econômica, voltada para o Desenvolvimento Territorial, faz-se necessário trazer e refletir elementos que abordam sobre estabilidade financeira. Ou seja, o processo de dinamização econômica territorial carece de indicadores fiéis, que revelem, de fato a realidade do local, assim como indique o que precisa ser feito para que a estabilidade das atividades econômicas e financeiras aconteça. A seguir, nos dois quadros que se seguem (20 e 21), são apresentados dados sobre a participação das cooperativas de crédito, nos principais agregados financeiros do segmento bancário, com base nos dados do Banco Central do Brasil, (2007).

Quadro 20 - Participação das Cooperativas de crédito, nos principais agregados financeiros do segmento bancário, com base nos dados do Banco Central do Brasil, (2007)

Participação das cooperativas de crédito nos principais agregados financeiros do segmento bancário ¹¹ (Cosif)						
%						
Período	Quan- tidade	Patrimônio líquido	Ativos totais	Depó- sitos	Operações de crédito	
1997 Dez	1 120	1,6	0,4	0,5	0,7	
1998 Dez	1 198	1,6	0,5	0,6	0,9	
1999 Dez	1 253	1,8	0,7	0,8	1,1	
2000 Dez	1 311	2,0	0,8	1,0	1,2	
2001 Dez	1 379	2,0	0,9	1,3	1,6	
2002 Dez	1 430	2,2	1,0	1,5	1,8	
2003 Dez	1 454	2,2	1,3	1,8	2,1	
2004 Dez	1 436	2,6	1,4	1,4	2,3	
2005 Dez	1 439	2,9	1,5	1,4	2,3	
2006 Jun	1 443	2,7	1,5	1,5	2,2	
2006 Dez	1 452	2,6	1,5	1,4	2,3	

Fonte: Banco Central do Brasil (2007)

Percebe-se, a partir dos dados do Quadro 20, uma evolução em todos os indicadores que compõem o referido quadro, nos quase dez anos de comportamento analisado. A evolução se dá desde o número de cooperativas, foram quase 350 cooperativas até o patrimônio líquido, ativos, depósitos até o volume de operações de crédito. Se recorrermos aos números citados sobre esses mesmos números referentes ao Território Sisal será vista uma evolução com a mesma curva ascendente, com um diferencial: a curva é mais acentuada, ou seja, os números, no sisal, são maiores e mais representativos. A mesma situação pode ser visualizada no quadro que se segue e que compara a abordagem sobre a destinação dos recursos livres para operações de crédito, no período que vai de 2002 a 2006, entre o sistema financeiro e as cooperativas de crédito.

Quadro 21 – Destinação dos recursos livres para operações de crédito, Brasil - (2002-2006)

Destinação dos recursos livres para operações de crédito						
Segmentos	R\$ bilhões					
	2002	2003	2004	2005	2006	
	Dez	Dez	Dez	Dez	Jun	Dez
SFN (%)	25	31	35	39	43	43
Recursos livres ^{1/}	494	557	673	846	897	1.009
Créditos líquidos ^{2/}	122	174	235	331	383	432
Cooperativas (%)	43	44	59	57	54	54
Recursos livres ^{1/}	9,0	11,7	11,7	14,6	16,4	18,4
Créditos líquidos ^{2/}	3,9	5,2	6,9	8,3	8,9	10,0

1/ Considerados depósitos mais capital de giro.
 2/ Desconsiderados os repasses, devido ao fato de que essas operações possuem fontes definidas de recursos.

Fonte: Banco Central do Brasil (2007)

O Quadro 21 dá testemunho sobre a capacidade que as cooperativas de crédito têm para contribuir com a dinamização da economia no Brasil e em especial, no Brasil.

A dinamização econômica territorial, como visto anteriormente, deve ter, obrigatoriamente o envolvimento, se possível, dos todos os sujeitos interessados no desenvolvimento territorial, desde os entes do poder público, nas diversas esferas (federal, estadual e municipal), empresários, agricultores, pequenos empreendedores, escolas (...), bancos, assim como as cooperativas de crédito, que atuam mais diretamente manipulando os mercados financeiros e suas agregados. Mas, existem diferenças entre as intervenções dos bancos e das cooperativas de crédito com perfil das filiadas à ASCOOB. Há um princípio básico para esta diferenciação: o compromisso com o desenvolvimento da comunidade onde está inserida, principalmente com a aplicação local dos recursos captados para que não reduza o seu poder econômico e financeiro, além disso a cooperativa deve primar pela captação de recursos locais e externos, necessários para aquecer o circuito econômico e o empreendedorismo dos agentes locais. Essa ação deve ser traduzida em formação e fortalecimento das redes para fora do território, nas mais diversas áreas de interesses do processo de dinamização.

O Banco Central do Brasil reconhece a importância das cooperativas tanto para o desenvolvimento do país quanto para o equilíbrio e amadurecimento do sistema financeiro nacional, tanto que cita em seu Relatório de Estabilidade Financeira, de junho de Novembro de 2003, na seção Organização do sistema financeiro, citado pela ASCOOB (2007), quando afirma: *“(...) as CC reinvestem os excedentes econômicos gerados pelo processo de crescimento nas respectivas áreas de atuação, constituindo-se em agentes de desenvolvimento, contribuindo, assim, para diminuir os desequilíbrios hoje existentes.”*

Existem outros elementos que surgiram a partir das opiniões das singulares e das entidades parceiras, quando abordadas sobre o diferencial entre as cooperativas de crédito e os bancos, quais sejam: a contribuição com a democratização do processo de dinamização da economia, uma vez que as cooperativas democratizam o crédito (Itapicuru) e por consequência, as relações institucionais a sociedade; a preocupação do CODES é com o aspecto da capilaridade que as Cooperativas detém, conseguindo com isso chegar as mais longínquas; a ADS-CUT, destaca a capacidade das cooperativas em prover um público excluído, que os bancos nunca vão colocar em seus índices e relatórios. A COOPERE, juntamente com Araci apontam para o fato de que as cooperativas caminham no sentido contrário do sistema financeiro convencional impedindo o fluxo de recursos para os grandes centros; a COOPERAFIS destaca a importância das cooperativas de crédito para a dinamização das atividades dos grupos artesanais e dos grupos da economia solidária mas, chama a atenção para se ter cuidado para que as cooperativas de crédito, filiadas à ASCOOB, não desviem de seu foco de público prioritário, que são os médios, pequenos e micro empreendedores.

Conforme a concepção da ASCOOB, sob as palavras Alécio Mascarenhas, assessor da referida entidades, a própria metodologia de atuação no mercado é, completamente diferenciada entre cooperativas e bancos. As Cooperativas valorizam as relações de proximidade, de confiança e de uma energia que alimenta a esperança no desenvolvimento territorial sustentável. Há também o princípio da auto-gestão, onde, são os cooperados em assembléia geral que elegem seus representantes de forma democrática, isso empodera as comunidades e as organizações.

É possível notar em diversos exemplos cotidianos as transformações econômicas das pessoas que declaram “que se não fosse a cooperativa, eu não teria o meu negócio”, e ainda experiência como a gestão de fundos rotativos próprios, o exemplo do Fundo Social Solidário

da cooperativa Itapicuru que atende a empréstimos de baixíssimos valores, sem as exigências tradicionais de garantias.

As cooperativas de crédito, no Brasil, encontram muitas dificuldades para sua estabilidade e sustentabilidade mas, em seus passos iniciais encontraram problemas muito mais sérios. Desde a desconfiança da comunidade, da falta de conhecimento dos envolvidos, da burocracia e barreiras colocadas pelo BC (...). Mas, as instituições e lideranças que acreditaram e acreditam numa sociedade dinâmica, solidária, justa e mais próxima superaram partes desses desafios e as cooperativas deixaram de ser projeto e passou a ser realidade, com resultados que vão desde o combate a pobreza, até a inserção de territórios, antes considerados sem expressão, em circuitos econômicos, sociais e políticos de relevância.

As cooperativas de crédito, filiadas à ASCOOB, não são as únicas responsáveis pela dinamização econômica do território sisal, mas têm um papel estratégico de contribuir com a gestão do crédito para o financiamento das atividades estratégicas voltadas para o desenvolvimento territorial. As cooperativas filiadas à ASCOOB, conforme resultado desse estudo, ainda têm muito a adequar sua trajetória e postura, perante sua responsabilidade no que tange à dinamização econômica do território sisal e assim contribuir com o desenvolvimento territorial. Mas, de qualquer forma, segundo os depoimentos de dirigentes e cooperados, durante a pesquisa, as cooperativas de crédito que atuam no Sisal, vêm assumindo um papel fundamental, para a dinamização econômica, que é o de gerenciar o Crédito da Esperança

Considerações Finais

De acordo os resultados, nessa pesquisa-ação, das análises feitas sobre os dados levantados do comportamento das cooperativas de crédito rural, filiadas à ASCOOB, na dinamização econômica do Território Sisal, podíamos fazer as considerações finais em duas linhas, reconhecendo o esforço e o desempenho das cooperativas de crédito, nessa empreitada que embora haja tantas dificuldades e resistências, vêm mostrando números significativos e sustentáveis, na direção do desenvolvimento Territorial do Sisal. Mas, é preciso dialogar com um conjunto de fatos percebidos durante a pesquisa, que orientarão estas considerações finais e ainda contribuirão com uma pauta de possibilidades de novos estudos, dirigidos para entender melhor a política territorial e assim, apoiar o planejamento e sua execução.

Este trabalho de pesquisa constatou a realidade dos dois pressupostos estabelecidos para este estudo e com base nos mesmos é possível destacar alguns aspectos relacionados com a temática do estudo, quais sejam:

- As cooperativas de crédito gerenciam, como visto no trabalho, um volume de recurso financeiro significativo. Os números gerenciados, apenas pela ASCOOB, no que tangem a salários, formação, funcionamento da entidade, em 2006, chegaram a R\$: 50 milhões. Se somados aos valores das cooperativas singulares, que atuam no território sisal, esses números ultrapassam a ordem de R\$: 100 milhões. Se partirmos para os recursos usados para financiamento da produção, tanto os próprios quanto os captados fora do território (nacional e internacional), os valores chegam tranquilamente as cifras da ordem de bilhões, financiando as atividades produtivas e a melhoria das condições de vida dos cooperados, ao longo da história da atuação das singulares (ASCOOB), no território. Dessa forma, é possível afirmar e se constatar, *in locus*, a sua participação no desenvolvimento do território. Vamos então imaginar o seguinte: se as cooperativas não existissem, esse volume de recursos supracitados ou estariam fora do circuito econômico do sisal ou na contabilidade dos grande bancos e, portanto, sendo carreados para outros centros de negócios, alimentando a dinamização da economia noutros espaços territoriais. Vale destacar, no entanto, que esta participação ainda tem um caráter “periférico”. Pois,

como se percebeu na leitura e análise dos documentos do CODES, das entidades que o compõe e nos planejamento das próprias singulares e da ASCOOB, há ainda uma desarticulação entre suas ações e seus objetivos finais. É preciso haver uma maior intencionalidade de suas ações. É preciso localizar essa articulação nos seus planejamentos estratégicos e na implementação dos referidos planejamento. Só dessa forma então, é possível que uma maior contribuição na definição e gerenciamento de uma política creditícia, voltada para o fortalecimento da agricultura familiar e economia solidária, dirigida para o desenvolvimento territorial do sisal. O território não dispõe de uma política de crédito definida para financiar o seu desenvolvimento, de forma sustentada e, assim poder contar com a contribuição efetiva das cooperativas de crédito rural (ASCOOB), dada o seu acúmulo e experiência com a temática;

- A dinamização econômica deve ser vista, de acordo o texto apresentou, como potencializadora da perenização do crédito para o financiamento dos circuitos econômicos, voltados para o desenvolvimento territorial. Perenizar todas as possibilidades de entradas de recursos para os mais diversos fins, desde que garanta os princípios do desenvolvimento, estabelecido no PTDRS. E, nesse caso, é preciso visualizar para além das “modalidades atuais de repasses de créditos oficiais”, como cita Abramovay (2004). Sendo assim, os bancos, do sistema tradicional de negócios, precisam ser incorporados de alguma forma nesse projeto, mas não deve ser visto como único agente fomentador dos diversos circuitos econômicos. Além disso, outras formas de investimentos deverão ser incorporadas à dinamização econômica territorial, a exemplo do capital industrial, comercial etc. E aqui, fica uma primeira questão que não foi aprofundada, mas necessária que seja feita: como fica o relacionamento com agronegócio e outras formas de capitais similares?
- Com essa questão anterior, abre-se o debate sobre a fragilidade, no território sisal, da cultura cooperativista, havendo ainda certa predominância da cultura individualista. Ligada a essa questão surge a necessidade de se indagar sobre qual o projeto de território e de sociedade que o cooperativismo de crédito filiado a ASCOOB deseja construir? É claro que isso ficou evidente nas entrevistas, nos diálogos (...) mas, são deixadas lacunas que precisam ser preenchidas, a exemplo, da ausência do projeto político e da articulação com o PTDRS e outros planos. Com esses exercícios de planejamento, estimulado pela política de desenvolvimento territorial começa-se a quebrar a cultura da ausência de planejamento – e o mais importante: planejar com diversos segmentos, municípios, instituições,

entidades, etc, tem um grau de dificuldade elevado e garantindo que se pense o território, a médio e longo prazo e não apenas a curtíssimo prazo, como tem sido comum as políticas públicas assistencialistas. Não obstante, uma das premissas básicas do planejamento é necessidade de informações – e este ainda é um fator limitante no território sisal, mesmo ciente do esforço dos mobilizadores da comunicação social (rádios comunitárias, Tv comunitárias, boletins das entidades, ...). Falta ainda se consolidar uma cultura de sistematização das experiências, para a divulgação, para as re-leituras e para se (des) construir a história do território, nesse campo da dinamização econômica, etc. A ASCOOB, junto com outras entidades do território utiliza a metodologia do “marco zero¹⁷” mas, nas leituras e análise feitas nesse instrumento foram percebidas diversas falhas metodológicas, que foram apresentadas à ASCOOB;

- Necessidade de ampliação do programa PROMIC, aliás o microcrédito tem a importante característica de levar o crédito a quem a cooperativa, em sua essência, se propõe a ajudar. É uma oportunidade (assim como o crédito rural) das cooperativas reencontrarem seus princípios e “desbancarizarem-se”. Uma outra importância é que ele contribui com a saúde financeira das cooperativas através da pulverização do crédito assim como, contribui com os territórios no sentido da diversificação das atividades do setor primário e possibilita apoio às atividades não-agrícolas;
- Ampliar as possibilidades de captação no território, como forma de direcionamento adequado para tais recursos através dos seus programas de crédito. Robson Sena (presidente da singular Itapicuru), chega a apontar a sugestão para que a ASCOOB busque se estabelecer em todos os municípios do Território Sisal. Logo, aqui, existem duas possibilidades e necessidades de expansão do crédito cooperativo: expansão geográfica (todo o território) e expansão para os diversos rincões de cada município, do território sisal, que já possui uma cooperativa, filiada à ASCOOB;
- O processo de construção DT no sisal começa a trazer em sua companhia um olhar dos sujeitos para o aspecto de valorização do eixo da economia como imprescindível mas não como a única via. É importante se valorizar e se aportar energias e recursos para os eixos culturais, sociais, de organização etc. O CODES, em parceria com a ASCOOB, deve fazer um esforço para nesse sentido e, no eixo econômico, destaca-se a valorização, pelos

¹⁷ “Marco Zero” – metodologia que busca registrar a caracterização sócio econômica da família demandadora de crédito no momento da primeira demanda e ai a cada período posterior é novamente aplicado um questionário para se comparar se houve e em que medida aconteceu a evolução econômica e social da família. Os momentos posteriores são denominados de Marco Um, Marco Dois, etc.

sujeitos e suas organizações, dos pequenos empreendimentos, inclusive se preocupando com as cadeias produtivas de atividades potenciais. Além disso, há uma tendência para o amadurecimento da gestão dos empreendimentos de forma qualificada e coletiva, através de cooperativas de redes etc;

- Há um quadro político partidário, no sisal, ainda bastante reacionário, conservador, paternalista e excludente, praticado pelos partidos e pelos caciques políticos locais. Não obstante, a força e a mobilização das organizações sociais do território deixam marcas profundas na sua estruturação e forma de gestão, muito embora seja necessária uma reavaliação dos papéis dos sujeitos dentro desse novo formato estratégico de projeto de sociedade;
- Há, na questão fundiária, ainda um grande desafio – pois não se faz DT sem reforma agrária. O território sisal tem uma história forte da luta pela terra, mas não se faz reforma agrária o tempo todo na raça – chega um ponto em que os gestores territoriais precisam incorporar a política de acesso e permanência na terra como instrumento de dinamização econômica, mas para além do aspecto econômico, como a geração de renda, de divisas e como aspecto de cidadania, de democratização de políticas de educação de saúde, etc. O acúmulo experimental está posto mas tem muito a ser feito. Não existem possibilidades de dinamização econômica, em um território onde a concentração fundiária é marcante;
- Há uma ausência de estudos teóricos intencional sobre esse processo construtivo do desenvolvimento territorial do Sisal. Embora, existam Campus de duas Universidades Estaduais (UNEB e UEFS), no território, os estudos se limitam às iniciativas de alunos de graduação e pós-graduação assim como de professores – todos de forma aleatória. Por outro lado a Escola Secundarista ainda é muito tímida em estimular os estudos e leituras sobre aspectos relevantes do território, a exemplo do cooperativismo e associativismo. Há de se registrar que as organizações e as ONG's que atuam no território têm feito esse o papel importante de sistematizar as referidas experiências, bem como os debates importantes. De qualquer forma a ausência da atuação das Universidades cria uma lacuna sem tamanho na pauta de se conhecer e se analisar a construção do DT, a partir da dinamização econômica, principalmente na assessoria para a estratégia de formação de lideranças e dirigentes para o DT. É preciso buscar o apoio das instituições de ensino superior, na busca de apoio para superação dos limites citados;
- No início desse processo de DT existia um quadro de desordem no campo das possibilidades de se sentar e se negociar projetos, programas e políticas com o poder

público (nas suas diversas esperas) e com a implantação do CODES esse quadro traz novos desafios, do tipo: é preciso que o gestor público pense para além de seu município – pense num conjunto de municípios e isso não é pensar num somatório aritmético de municípios – pensar território é pensar relações. Se pensar relações no campo da educação, da saúde, do meio ambiente (...), já é desafiante, imaginemos pensar no campo da dinamização econômica territorial do sisal;

E quais devem ser os focos da que devem ser apoiados pela política voltada para a dinamização econômica territorial?

- Vale destacar que a política de desenvolvimento territorial construída pela SDT, tem foco no fortalecimento da agricultura familiar como estratégia para se galgar o patamar do desenvolvimento sustentável mas, é preciso ser reconsiderada para que haja uma maior reflexão sobre as relações entre o desenvolvimento e as diversas possibilidades de participação de agentes e circuitos e cadeias econômicas. Encontra-se neste ciclo a justificativa para uma ação focada nos negócios familiares e associativos, no comércio e no fortalecimento do associativismo destes segmentos. Mas, no que tange ao poder público federal é preciso que se provoque o fato de se entender como relacionar um ente federal que atua num mesmo território com ações divergentes e contraditórias, a exemplo do relacionamento entre o MDA e ministério da Agricultura? Além disso, pode-se chamar a responsabilidade do Governo do Estado, para que não aconteça o mesmo entre a Secretaria Estadual de Agricultura (SEAGRI) e sua Superintendência de Agricultura Familiar (SUAF) – nesse caso, se ocorrer é mais dramático pois a divergência ocorrerá sob a a pasta de uma mesma secretaria. O Chamado aqui caminha na direção da necessidade de articulação das políticas públicas, fator relevante para o desenvolvimento territorial;
- A dinamização econômica carece de financiamento para todas as etapas de seu processo – desde a produção até a comercialização – é preciso que o território sisal se planeje para este aspecto – nos estudos realizados foi patenteada essa marca da ausência de uma política de comercialização – e se não existe essa estratégia se indaga o que está acontecendo com a produção e os serviços financiados?
- O território precisa também tomar o exemplo da ASCOOB como fomentador da dinamização econômica do Sisal e modelar uma proposta (política) de estímulo ao cooperativismo para os diversos segmentos e circuitos econômicos, bem como estimular

as iniciativas associativistas – essa iniciativa promove certa sustentabilidade de gestão, de governança dos processos de desenvolvimento territorial. De um lado as cooperativas alimentam e dão direção à dinamização econômica e do outro, podem ser alimentadas, poderão suporte, interligarem circuitos que dinamizam os segmentos, as cadeias e assim a economia territorial;

- Há uma assimetria explícita entre os diversos territórios no que tange à infra-estrutura relacionada a dinamização econômica territorial (estradas, comunicação, eletrificação,...) e essa assimetria pode ser vista também internamente ao território. O Sisal guarda essa forte característica, como foi visto ao longo do texto, por exemplo, existem município que não tem acesso à agências bancárias, à cooperativas de crédito; dificuldades de acesso a instituições de ensino superior; telefonia celular, acesso a internet, etc. Logo, o aspecto de infra-estrutura precisa ser revisto, na perspectiva da dinamização econômica, aliada ao processo de cidadania e de direitos aos diversos serviços etc.
- O processo de dinamização econômica deve ser eficiente ao ponto de aliar a promoção do Desenvolvimento Territorial com a elevação de renda; da oferta de ocupação e emprego; do relacionamento pacífico com a natureza; garantir a inclusão de grupos excluídos e discriminados; e atender aos diferentes perfis produtivos dos territórios; superando a visão setorial; e que criem ambiente que favoreçam e oportunizem a inovação, mas que acima de tudo garanta efetivamente a gestão compartilhada da dinamização econômica enfocada no desenvolvimento territorial;
- É preciso buscar a estruturara de um entorno territorial, com redes locais, territoriais, estaduais, nacionais e internacionais, que seja capaz de fortalecer os empreendimentos existentes, de sucessos mas, que possam estimular novas possibilidades de empreendimentos e a capacidade de inovação. Nesta direção é fundamental que seja definida uma política territorial de assistência técnica e de estímulo à instalação de bases de serviços (BASER) capazes de superar os gargalos tecnológicos e de gestão e, assim, promover fortalecimento da economia e a entrada de novos empreendedores no círculo de desenvolvimento territorial;
- A ASCOOB, além da participação no Território Sisal, tem sua atuação em um agrupamento de territórios (08 territórios atendidos) e tem alcançado sucesso na gestão dos seus problemas, bem como no fortalecimento institucional, obtendo assim um determinado sucesso quando se trata no controle das políticas públicas voltado para a política de crédito. Esse resultado pode ser visto quando se trata de seu relacionamento

com o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco Central, ministérios, Secretárias de Estado, entidades da cooperação internacional, etc.

Dessa forma, documento preliminar do MDA/SDT aponta para o fato de que o principal resultado a ser buscado os diversos avanços, assim como na captação dos recursos das diversas fontes de recursos não é apenas o impacto sobre as mudanças dos indicadores econômicos, mas dos indicadores de coesão social, capital social e formação humana.

Conforme o estudo realizado, o cooperativismo de crédito filiado a ASCOOB tem respondido às questões e demandas das pessoas e instituições que apostam e estejam decididas a postar num projeto coletivo. Assim como, tem prestado um serviço relevante à dinamização econômica do território do sisal, voltado para seu desenvolvimento territorial, mas o referido estudo revela ainda a necessidade de buscar o aperfeiçoamento dessa ação através do esforço tanto do CODES (isto é, das entidades que o compõe), e da ASCOOB (das singulares que a compõem), mas é preciso também haver empenho e atitude de sujeitos estratégicos como os entes do poder público (União, Estado e Município), empreendedores e do valioso grupo de organizações de assessoria (ONGS). Mas, os limites percebidos no estudo e citados ao longo desse trabalho, não superam os serviços prestados e promovidos pela ASCOOB, à dinamização Territorial do Sisal. Por isso o título apelida o crédito disponibilizado pela ASCOOB como o *Crédito da Esperança*. Por fim, é possível afirmar que o que vem ocorrendo com a atuação das cooperativas de crédito singulares, no Território Sisal, é uma *revolução silenciosa*. E esta oportunidade de estudo possibilitou desvendar alguns silêncios e suscitar outras provocações que já foram compartilhadas com a ASCOOB e o CODES.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo (Organizador). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Annablume; Fapesp; ADS-CUT; SEBRAE, 2004.

_____. e outros. **Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica**. In: Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo: UNESP/EDUSP, 2001.

_____. e VEIGA, José Eli da. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília, abril de 1999, 51p.

_____. **O peso da intermediação bancária do PRONAF**. São Paulo: Gazeta Mercantil, 17 de abril de 2002. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/>.

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar – Textos em História Geral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

AMÂNCIO, Cristhiane O. Graça; LISITA, Frederico Olivieri. **Considerações Sobre a Evolução e Perspectivas do PRONAF**. EMBRAPA: Corumbá, MS. agosto, 2005.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **O avanço do crédito no Brasil e no Nordeste**. Recife: Revista Nordeste – Ano 2 – número 16, 2007. (opinião).

ASSOCIAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE APOIO A ECONOMIA FAMILIAR (ASCOOB). Qualidade de vida e inclusão social para a agricultura familiar. Bahia: Ascoob, Ano 1, nº 1, jul. 2006. 20 p. 2.000 exemplares.

_____. Elementos da metodologia do programa de microcrédito cooperativo da ASCOOB – PROMIC. Feira de Santana: ASCOOB, 2007.

_____. X, XI, XII, XIII, XIV, XV ENASCOOB – encontros semestrais de monitoramento do planejamento estratégico da ASCOOB. Feira de Santana: ASCOOB (material encadernado de diversos anos).

_____. Assembléia Geral Ordinária (AGO) da ASCOOB. Feira de Santana: ASCOOB (material encadernado de diversos anos).

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Anuário Estatístico 2003**. Disponível em: <www.bacen.gov.br>.

BASTOS, Fernando. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar**. São Paulo: Campinas, SP: CERES – Centro de Estudos do IFCH – UNICAMP, 2006

BERGONSI, Sandra S.S; SILVA, Emanuel Sampaio et al. **Panorama do Cooperativismo Brasileiro: história, cenários e tendências**. UNIRCOOP: 2003. Vol. 1, pág 75-102,. Disponível em: www.unircoop.org.br.

BITTENCOURT, G. A. **Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**. 213p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) Universidade de Campinas. Campinas, 2003.

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Cooperativa de crédito rural. agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?** Chapecó: Argos, 2007.

_____. **Evolução do uso do crédito rural e do PRONAF – crédito via as cooperativas de crédito rural ligadas à ASCOOB-BA**. Doc produto de consultoria técnica prestada a ASCOOB. Brasília: IICA/PCT/Pronat/ASCOOB, 2004.

CORSINI, José Nélio. **Microcrédito e inserção social em cidades baianas: estudo da experiência do Centro de apoio aos pequenos empreendimentos da Bahia – CEAPE/BAHIA**. Salvador: UNIFACS, 2007. (Dissertação de Mestrado).

BÚRIGO, Fábio Luiz. **A importância das políticas de crédito para os negócios da agricultura familiar**. Disponível: http://www.rpm.com.br/sbpc58ra/cursos/sbpccontrole/relatorios/relatorio_textos.asp?id=674.

CASTRO, Iná Elias de e outros. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CATTANI, Inácio; STADUTO, Jefferson A. R. **A nova sistemática de risco de crédito: uma avaliação da cooperativa de crédito sicredi costa oeste**. Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, v.11, n.21, novembro 2003.

CET. Relatórios de reuniões. 2005, 2006, 2007. Salvador: CET, 2007.

CHISTIENSEN, Ehlert. **Cooperativismo de Crédito**. In: SEBRAE. **Nordeste demonstra grande potencial**. 2006. Disponível em: www.sebrae.com.br. Acesso em: 12 jan. 2007.

CRESOL Central SC/RS. **Fortalecendo a Agricultura Familiar**. Revista Institucional. Chapecó- SC: CRESOL Central SC/RS, Agosto de 2007.

CODES. Plano de Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Valente, 2007.

_____. Plano Safra territorial 2006. Valente, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 2002.

CUNHA, G. C; SOUZA, A. R; DAKUSAKU, R. Y. (orgs.). **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: contexto, 2003.

GÓES, Thiago Reis e outros. **A oferta de Crédito no período pós-plano real**. In: Revista DESENBAHIA Volume 4, número 6. Salvador: DESENBAHIA 2007 p. 7-22.

DUQUE, Ghislaine. **Da abertura democrática à democratização efetiva: a experiência da articulação do semi-árido na Paraíba**. Campina Grande: UFPB, 2006.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

ETGETO, Anderson A.; SILVA Cássio G. B. et al. **Os Princípios do Cooperativismo e as Cooperativas de Crédito no Brasil**. Revista de Ciências Empresariais, v. 2, n.1, p. 7-19, jan/jun. 2005 Disponível em: www.maringamanagement.com.br.

FREITAS, Jonson César. **O cooperativismo de crédito e a Agricultura familiar – um olhar sobre a ação da ASCOOB – BA**. Feira de Santana: UEFS, 2007 (monografia graduação).

HAESBAERT, R. **Concepções de território para a entender a desterritorialização**. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. In: Santos et al, *Território, Territórios*. Niterói: PPGeo-UFF/AGB - Niterói, RJ, 2002.

IBGE, Pesquisa Municipal, 2002. Rio de Janeiro 2002.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IPEA. **Os objetivos de desenvolvimento do milênio. Relatório nacional de acompanhamento**. Brasília: IPEA, 2004.

JANVRY, alain e Sadotoulet, Elisabeth. “Novas” abordagens de desenvolvimento rural na América Latina. Santiago – Chile: FAO, 2000.

MATTEI, Lauro. **Impactos do PRONAF – Análise de indicadores**. Brasília: MDA/NEAD, 2005

MDA-SDT. Documento referencial para organização de atividade de fortalecimento das instituições territoriais. Brasília: MDA-SDT, 2005. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=477>.

_____. **Institucionalidades para a gestão social do desenvolvimento rural sustentável**. Série Documentos do CONDRAF. Vol. 1, 2, 3. Brasília: 2005.

_____. **Desenvolvimentos com todos. Referências para a gestão social de territórios rurais**. Documentos institucionais, volume 03. Brasília: MDA-SDT, 2005.

Magalhães, Reginaldo. **A importância das instituições e das redes sociais no desempenho dos mercados financeiros.** In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 41. 2003, Poços de Caldas. Anais...Brasília: SOBER, 2003.

MOC. Trilhando caminhos para a convivência com o semi-árido. Relatório anual 2006. Feira de Santana: MOC, 2007

PAGOTTO, Claudete. **Cooperação: natureza social do homem realizada às margens do sistema capitalista.** Revista Espaço Acadêmico. Nº 45, 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/045/45cpagotto>.

PAUL, Singer; SOUZA, André Ricardo de . **A Economia Solidária no Brasil – a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

PINHO, Diva Benevides, **Economia e cooperativismo.** São Paulo: Saraiva, 1977.

_____. **O Cooperativismo no Brasil – da vertente pioneira à vertente solidária.** São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982.

PIRAUX, Marc; TONNEAU, Jean-Philippe; Arns, Paulo César. **Oficina de pesquisa II - Textos Básicos. Campina Grande: UFCG, MDA/SDT, 2006 (material didático de disciplina)**

PNUD/ONU. Atlas do Desenvolvimento Humano. Rio de Janeiro, 2001.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ed. Ática, SP.1993.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

RODRIGUES, Roberto. **Cooperativismo, o rosto humano da economia**. Revista SEBRAE, nº 7, nov/dez. 2002.

SANTOS, M. **Território e dinheiro**. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Território, Territórios. Niterói: PPGeo-UFF/AGB- 2002.

_____. **Território e sociedade – entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000 – 2 edição.

SCHARDONG, Ademar. **Cooperativa de Crédito: instrumento de organização econômica da sociedade**. Porto Alegre: Rigel, 2002.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestão de políticas**. XLIV CONGRESSO DA SOBER. Fortaleza, 23 a 27 de Julho de 2006.

_____. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Porto Alegre: Revista Sociologias, v. 11. 2004. p. 88-125.

SEBRAE. **Cooperativismo de Crédito**. 2004. Disponível em: www.sebrae.com.br.

_____. **Cooperativismo de Crédito**. Abril de 2006. Revista. Disponível em: www.sebrae.com.br.

_____. **Cooperativas de Crédito: o que é, como funciona e como aproveitar os benefícios desse sistema**. Sebrae: 2003. Disponível em www.sebrae.com.br. Acesso em: 30 dez. 2006.

SEPLAN. Boletim: O semi-árido Baiano. 2007. Disponível em <http://www.seplan.ba.gov.br>

SILVA FILHO, Gil Teixeira da. **Avaliação de desempenho em cooperativas de crédito: uma aplicação do Modelo de gestão econômica – Gecon**. UFLA, vol. 4, nº 1, jan/jun de 2002. Disponível em: <http://www.dae.ufla.br/>.

SOUZA, M. J. L. de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I. E. de et al.(Orgs). *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand

SPOSITO, Eliseu Savério e outros. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de cidadania – A saída é pela porta.** São Paulo: Cortez, 2002.

THIOLLENT, M. **Metodologia de pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Construção do conhecimento e metodologia de extensão.** São Paulo: Cortez, 2002.

UNICAFES. Terceiro Encontro Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia solidária. Revista - setembro 2007. Brasília: Unicafes. Disponível em <http://www.unicafes.org.br>

UPB. Boletim UPB Informa. ano 2 – julho 2006. Disponível em <http://www.upb.org.br/>.

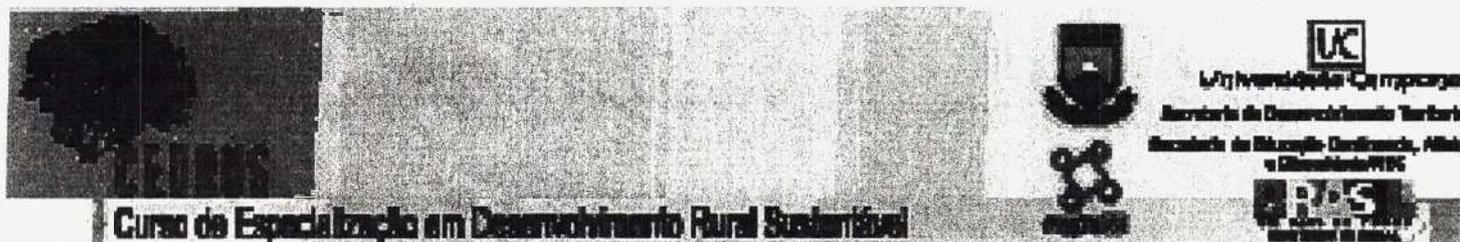
VEIGA, José Eli da. **O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Texto provisório para discussão. Brasília: MDA-SDT, NEAD, CNDRS. Agosto, 2001.



Apêndice 1 - Questionário para Dirigentes das Singulares

1. O que essa diretoria/CONSAD entende por dinamização econômica do território? (como deve ser?);
2. Como está a dinamização econômica dos municípios, na área de atuação da sua singular? (como está?)
3. Qual tem sido a contribuição que sua singular tem dado à Dinamização Econômica do território do sisal (observar questões subjetivas, mas forçar apresentação de dados/números convincentes...);
4. E na direção do dinamismo da economia quais seriam as ações que deveriam ser aprimoradas e implantadas pela sua singular, para tal intento?
5. Os Bancos comerciais, assim como as cooperativas de crédito, atuam no Dinamismo Econômico nos municípios/território. Dessa forma, em quê, concretamente, a ação da sua singular se diferencia da concepção dos bancos, em sua área de atuação?

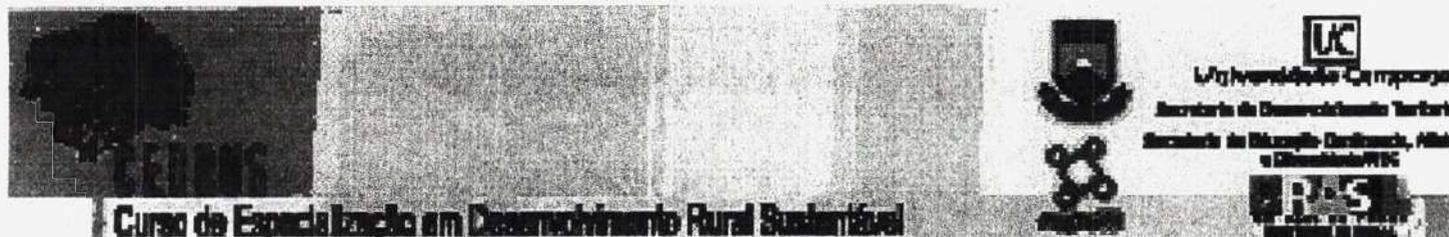
Apêndice 2 - Questionário / Dirigentes/assessores ASCOOB



Apêndice 2 - Questionário / Dirigentes/assessores ASCOOB

1. O que a diretoria/CONSAD entende por dinamização econômica do território? (como deve ser?);
2. Como está o dinamismo econômico dos municípios na área de atuação da ASCOOB?
3. Qual tem sido a contribuição que a ASCOOB tem dado à Dinamização Econômica do território do sisal (observar questões subjetivas, mas forçar apresentação de dados/números convincentes...);
4. E na direção do dinamismo da economia quais seriam as ações que deveriam ser aprimoradas e implantadas pela ASCOOB e para tal intento?
5. Os Bancos comerciais, assim como as cooperativas de crédito, atuam no Dinamismo Econômico nos municípios/território. Dessa forma, em quê, concretamente, a ação da ASCOOB se diferencia da concepção dos bancos, em sua área de atuação?

Apêndice 3 - Questionário / Dirigentes de entidades com atuação no Território Sisal (CODES, APAEB, MOC, COOPERAFIS, ADS)



Apêndice 3 - Questionário / Dirigentes de entidades com atuação no Território Sisal (CODES, APAEB, MOC, COOPERAFIS, ADS)

1. O que essa diretoria/Conselho entende por Dinamização Econômica do território? (como deve ser?);
2. Como os/as senhores/as acham que está a dinamização econômica do território do sisal? (como está?);
3. Qual tem sido a contribuição, sob vossos olhares, que as Cooperativas de crédito tem dado à Dinamização Econômica dos municípios do sisal, onde elas atuam? (ver questões subjetivas, mas forçar apresentação de dados/números convincentes...);
4. Para as/os senhoras/es quais seriam as ações que deveriam ser aprimoradas e implantadas pelo conjunto de cooperativas de crédito para a dinamização da economia do território sisal?
5. Os Bancos comerciais, assim como as cooperativas de crédito, atuam no Dinamismo Econômico nos municípios/território. Dessa forma, em quê, os/as senhores/as concretamente, acham que as cooperativas se diferenciam da concepção dos bancos, em sua área de atuação?